

Universidade Católica de Santos

Pós-graduação Stricto Sensu
Mestrado em Direito Internacional

**Atores não estatais na ONU e o empoderamento feminino: análise da atuação
da Soroptimist International of the Americas**

Tânia Machado de Sá

Santos
2017

Universidade Católica de Santos

Pós-graduação Stricto Sensu
Mestrado em Direito Internacional

Atores não estatais na ONU e o empoderamento feminino: análise da atuação da Soroptimist International of the Americas

Tânia Machado de Sá

Dissertação apresentada à banca de defesa do Programa de Mestrado em Direito Internacional da Universidade Católica de Santos, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito Internacional.

Área de concentração: Direito Internacional

Orientador: Prof. Dr. Fabiano Lourenço de Menezes

Santos

2017

Tânia Machado de Sá

Atores não estatais na ONU e o empoderamento feminino: análise da atuação da Soroptimist International of the Americas

Dissertação apresentada à banca de defesa do Programa de Mestrado em Direito Internacional da Universidade Católica de Santos, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito Internacional.

Área de concentração: Direito Internacional

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Fabiano Lourenço de Menezes

Prof. Dra. Renata Soares Bonavides

Prof. Dr. Luiz Sales do Nascimento.

À Sérgio Luiz, amor de minha vida, eterno companheiro, minha gratidão.

A todos que colaboraram nas diversas etapas deste trabalho, em especial, meu orientador, Prof. Dr. Fabiano L. de Menezes e a minha família.

Elas sorriem quando querem gritar.
Elas cantam quando querem chorar.
Elas choram quando estão felizes.
E riem quando estão nervosas.

Elas brigam por aquilo em que acreditam.
Elas levantam-se para injustiça.
Elas não levam 'não' como resposta quando
Acreditam que existe melhor solução.

Elas andam sem novos sapatos para
Suas crianças poder tê-los.
Elas vão ao médico com uma amiga assustada.
Elas amam incondicionalmente.

Elas choram quando suas crianças adoecem.
E se alegram quando suas crianças ganham prêmios.
Elas ficam contentes quando ouvem sobre
um aniversário ou um novo casamento.

(Mulheres, Pablo Neruda)

Dedico este trabalho as minhas irmãs soroptimistas dos quatro continentes, que há 96 anos lutam pela melhoria da condição de vida de mulheres e meninas.

Ao meu Clube SI Santos, meu especial carinho.

Resumo

O presente estudo analisará como problemática principal o papel das *Soroptimist International of the Americas* (SIA) para a melhoria da condição de mulheres e meninas. Examinaremos suas ações, projetos sociais, luta pelos direitos humanos e resgate de meninas e mulheres em situações de risco, com objetivo de valorizá-las através da educação e de sua reinserção profissional dentro da sociedade. Para tanto, a pesquisa aborda o papel do Estado e dos atores não estatais, no cenário internacional, e fatores, como o reconhecimento da Organização das Nações Unidas e a globalização no surgimento e alcance de atuação das organizações não estatais, como a SIA. O estudo pretende mostrar a capacidade de organização interna das soroptimistas, desde sua fundação em 1921 até seu papel, como ator da sociedade civil, na prevenção e combate de problemas internacionais graves, como a defesa dos direitos humanos e o tráfico de mulheres; a luta pela igualdade de gênero através do empoderamento feminino. Para responder a questão central, a pesquisa faz uma análise histórica a partir do método hipotético-dedutivo. A metodologia empregada é a bibliográfica e também a análise de casos concretos.

Palavras-chaves: empoderamento feminino - Soroptimist International of the Americas - organizações não governamentais - mulher e sociedade

Abstract

The present study will analyze as main problematic the role of Soroptimist International of the Americas (SIA) for the improvement of the condition of women and girls. We will examine their actions, social projects, fight for human rights and rescue of girls and women in situations of risk, with the objective of valorizing them through education and their reintegration into society. To do so, the research addresses the role of the state and non-state actors in the international arena, and factors such as the recognition of the United Nations Organization and globalization in the emergence and scope of action of non-state organizations such as SIA. The study intends to show the internal organization capacity of the Soroptimists, from its foundation in 1921 until its role, as actor of the civil society, in the prevention and combat of serious international problems, as the defense of the human rights and the trafficking of women; The struggle for gender equality through women's empowerment. To answer the central question, the research makes a historical analysis from the hypothetico-deductive method. The methodology used is the bibliographical and also the analysis of concrete cases

Keywords: woman empowerment - Soroptimist International of the Americas - non-governmental organizations - women and society

Lista de Figuras

Figura 1 – Soroptimist International	88
--	----

Lista de Quadros

Quadro 1 – Quadrilhas de traficantes de mulheres, de 1993 a 2000	126
--	-----

Lista de abreviaturas e de siglas

CIJ – Corte Internacional de Justiça
CSM – Comissão sobre o Status da Mulher
CSW - Commission of the Status of Women
CNI – Conselho Nacional de Inteligência
DI – Direito Internacional
DIP – Direito Internacional Público
DIP – Departamento de Informação Pública
ECOSOC – Conselho Econômico e Social das Nações Unidas
EUROPOL – Serviço Europeu de Polícia
FBI - Bureau of Investigation
FBSP - Fórum Brasileiro de Segurança Pública
FIES - Fundo de Financiamento Estudantil
FMI – Fundo Monetário Internacional
GATT – General Agreement on Tariffs and Trade
INTERPOL - International Criminal Police Organization
NSY – New Scotland Yard Metropolitan Police Service
OEA – Organização dos Estados Americanos
OI – Organização Internacionais
OIT – Organização Internacional do Trabalho
OMC – Organização Mundial do Comércio
OMS – Organização Mundial da Saúde
ONG – Organização Não Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
OPEP – Organização dos Países Exportadores de Petróleo
SI – Soroptimist International
SIA – Soroptimist International of the Americas
TPI – Tribunal Penal Internacional
UE – União Europeia
UN – United Nations
UNIFEM – Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para as Mulheres
UNW - United Nations Women
UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

Introdução.....	09
1. Direito Internacional e Atores Não Estatais.....	14
1.1 Direito Internacional Público: sujeitos e atores.....	15
1.2 O Direito Internacional e a História.....	16
1.3 A Globalização e seus efeitos.....	19
1.4 Direito Internacional e Direitos Humanos.....	24
1.5 Sujeitos do Direito Internacional.....	25
1.6 As Organizações das Nações Unidas e sua importância como Organização Internacional.....	27
1.7 Novos Atores Internacionais.....	28
1.8 Sociedade Internacional e Sociedade Global	29
1.9 Organizações Não Estatais no cenário internacional: opiniões controversas.....	30
1.10 O Conselho Econômico e Social das Nações Unidas e a Legitimidade dos atores não estatais.....	32
1.11 Os atores não estatais no Conselho Econômico e Social das Nações Unidas: deveres e privilégios.....	36
1.12 Conclusão parcial.....	37
2. A Mulher como Agente de Mudanças.....	39
2.1 Feminismo e a luta pela igualdade de gênero.....	39
2.2 O ativismo feminista de Bertha Lutz.....	44
2.3 Principais Tratados e Conferências da ONU em defesa da mulher.....	61
2.4 ONU Mulher.....	76
2.5 Criação da Soroptimist Internacional – SI.....	79
2.5.1 SI no sistema ONU	84
2.6 Soroptimist International of the Americas – SIA	88
2.7 Conclusão parcial.....	104
3. Soroptimist of the Americas – Região Brasil.....	107
3.1 Programas desenvolvidos pela Região Brasil.....	107

3.2 Campanha Soroptimistas PARAM o Tráfico.....	115
3.3. Educar e liderar.....	130
3.4 Conclusão parcial.....	138
Considerações Finais	140
Referências	144

Introdução

O tema que fundamenta e estimula a presente pesquisa começou a ser delineado a partir de nossa atuação como membro ativo da *Soroptimist International of the Americas* (SIA), por mais de trinta anos, tendo exercido o cargo em clube, governadora de Região e diretora de *Board*, como conseqüência, nossa experiência direta com a organização, suas ações e projetos da instituição no Brasil e no exterior. Ao integrar o Programa de Mestrado em Direito Internacional da Universidade Católica de Santos, onde tivemos aprofundamento de temas atuais dentro no cenário internacional, como atores não estatais e suas participações no Direito Internacional, surgiu a ideia de desenvolver um trabalho teórico para examinar a atuação de um destes atores, no caso a SIA e seu papel no empoderamento feminino.

Criada em 1921, nos Estados Unidos, a *Soroptimist International* (SI) é uma organização mundial de mulheres que desenvolvem serviços de voluntariado em comunidades. O termo soroptimist origina-se de duas palavras latinas, *sóror* (irmã) e *optima* (ótima), criando um neologismo que significa “irmãs unidas para o melhor”. Formada por profissionais de destaque em suas áreas, rapidamente se expandiu para diversas cidades norte-americanas, também instalando-se em outros países. Em sua Primeira Convenção Internacional (1928), realizada em Washington, participaram 28 clubes Soroptimistas, reunindo mulheres dos Estados Unidos, Canadá, França, Inglaterra, Escócia e Holanda.

Na histórica Convenção de São Francisco, EUA, em 1945, durante a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), as soroptimistas tiveram importante participação em defesa dos direitos da mulher. Destaca-se o trabalho singular da brasileira Bertha Lutz, pela inclusão da proposta relacionada com os princípios fundamentais sobre igualdade de direitos entre homens e mulheres na Carta da ONU. Esta notável cientista e advogada trouxe para o Brasil o Movimento Soroptimista, instalando, no Rio de Janeiro, o primeiro clube da América do Sul em 1947.

A importância internacional da SIA pode ser vislumbrada em sua participação no Conselho Econômico e Social (ECOSOC) da ONU desde 1951, uma vez que este órgão é a porta de entrada das Organizações Não Governamentais ao Sistema da ONU. Desde 1984, a SAI detém o status consultivo geral no ECOSOC, integra a lista especializada da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e possui status consultivo na Organização de Desenvolvimento Industrial das Nações Unidas (UNIDO).

A justificativa para abordarmos o tema deve-se à atuação da SIA em uma temática com dimensões globais, no caso o empoderamento feminino, trabalhada pelas soroptimistas desde sua criação: que é fornecer condições e infraestrutura para melhorar a vida de mulheres e meninas, transformando-as em agentes de mudança social. No presente estudo, utilizaremos conceito de empoderamento como o processo que permite perceber-se capaz e habilitado a tomar decisões e a maximizar as oportunidades disponíveis. Estas oportunidades são oferecidas pelas soroptimistas através de seus Programas principais, desenvolvidos e mantidos pela SIA são: *Viva seu Sonho, Educação e Capacitação para Mulheres* e *Sonhe e Realize – Apoio Profissional para Meninas*.

O Programa *Viva seu Sonho* (Live your Dream), inclui a Campanha *Soroptimistas Param o Tráfico*, dedicado à combater o tráfico internacional de meninas e mulheres, bem como a violência contra a mulher, dando-lhes oportunidade de recolocá-las em atividades profissionais e educativas e que será objeto de nossa análise posterior. Em se tratando de um problema grave e global, esta dissertação definiu, como objetivos principais, através da atuação da SIA e da Região Brasil, demonstrar como os atores não estatais são vistos no cenário internacional e como suas ações afetam Estados e a sociedade civil.

Porém, o alcance das ações da SIA ainda não foi academicamente estudado e por esta razão a presente pesquisa buscará responder duas questões: 1) Como o empoderamento da mulher é essencial para a SIA continuar desenvolvendo seus Programas, em especial, o *Viva seu Sonho* (Live your Dream); e 2) Até que ponto as ONGs, através de suas forças internas de mobilização, podem ser o meio adequado para desenvolver ações voltadas para o empoderamento feminino.

Para tanto formulamos as seguintes hipóteses:

- a SIA mantém o comprometimento original da SI em buscar a elevação do status social e econômico da mulher, porém, são instrumentos ao estimular cidadãos, legisladores e provedores de serviço na conscientização de problemas graves enfrentados internacionalmente, como o crime de tráfico de meninas e mulheres.
- não apenas a situação de risco em si, mas o caráter e o aprimoramento da personalidade (valores), mantidos pelas mulheres ou meninas mesmo em situação tão desfavorável, são fatores considerados decisivos na escolha das ganhadoras, pelos Programas desenvolvidos pela SIA, em especial o *Viva seu Sonho*, que mantém a Campanha *Soroptimistas Param o Tráfico*.
- o desenvolvimento e resultados do Programa *Viva seu Sonho* fornece às soroptimistas um meio de cobrança do apoio internacional às mulheres, dentro da própria ONU, principalmente pelo fato de nenhum recurso financeiro para desenvolvê-lo vir do ECOSOC ou de outros doadores internacionais, mas sim, das próprias associadas, reforçando o papel de mobilização das ONGs.
- embora reconheça a importância do papel dos atores não estatais como agentes de mudança social, a ONU não responde/interage de forma eficaz/rápida na avaliação e posterior execução dos Projetos e sugestões recebidos dos Membros Consultivos Gerais, como a SIA.

A fim de corroborar, ou não, nossas hipóteses, escolhemos o método observacional como técnica a ser utilizada na coleta e análise de dados. Neste método, observa-se algo que aconteceu ou que acontece e é um dos mais utilizados nas Ciências Sociais. Desta forma, a presente pesquisa delimita sua análise do Projeto desenvolvido pela SIA, *Soroptimistas Param o Tráfico*, desenvolvido a partir do ano 2000 e que visa aumentar a conscientização sobre o tráfico sexual de meninas e mulheres, bem como estimular a prevenção e discussão sobre este problema global com vários setores da sociedade, incluindo legisladores.

Os objetivos desta pesquisa são:

- Examinar a atuação de atores não estatais no cenário internacional e sua capacidade de gerar mudanças significativas na sociedade na qual se insere;

- Avaliar o perfil das ganhadoras do *Prêmio Viva seu Sonho* e se este permanece de acordo com os princípios de empoderamento da SIA;
- Observar a Campanha *Soroptimistas param o Tráfico* como instrumento possível de formulação de novas políticas dedicadas à promoção da mulher proposta pela SIA e Região Brasil.

Para responder as duas questões centrais, esta dissertação utilizará a metodologia qualitativa, a qual utilizaremos a literatura de direito internacional, relatórios de organizações internacionais e não governamentais. Nos dois capítulos sobre a SIA, analisaremos as informações internas dessa organização, manuais de organização, de preparo e de divulgação das suas campanhas; documentos oficiais dos seus projetos; cartas das candidatas selecionadas pelos clubes ao prêmio e suas referências pessoais/profissionais. Analisaremos também os sites da SIA e Região Brasil, ONU Mulheres, bem como seus respectivos relatórios sobre tráfico de meninas e mulheres, informações divulgadas pela *Comissão sobre Status da Mulher (CSW)*, *Declaração de Pequim* e *Plataforma de Ação*.

O presente trabalho será dividido em três capítulos. O primeiro capítulo analisará o Direito Internacional e a atuação dos atores não estatais; o reconhecimento dos mesmos pela ONU e as bases do conceito de Estado, soberania, direitos humanos, globalização e governança global, que vão propiciar o fortalecimento das ONGs, através do ECOSOC, no cenário internacional. No segundo capítulo, avaliaremos a questão do feminismo e da igualdade de gênero; a participação da brasileira Berta Lutz na defesa dos direitos da mulher e, em especial, sua atuação na Carta da ONU; os principais tratados e conferências internacionais propostos pela ONU em prol das mulheres e a criação e contribuição do SI e do SIA na elevação do status de mulheres e meninas.

No terceiro capítulo, observaremos a SIA Região Brasil, composta atualmente por 27 clubes, estabelecidos em seis Estados: Goiás, São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Distrito Federal e seus programas e prêmios voltados à qualidade de vida e inclusão social que, para as soroptimistas significam educação e capacitação profissional. Ainda, analisaremos o *Programa Viva seu Sonho* através da Campanha *Soroptimistas PARAM o Tráfico* e como os clubes

brasileiros, em 2000 e 2001 desenvolveram campanha e cartilha de informação sobre o tema. Este capítulo pretende discorrer também sobre a importância de uma ONG como a Região Brasil, atuante em ações sociais avançando no que seria dever do Estado.

Nas Considerações Finais apresentaremos o resultado das ações do trabalho da soroptimistas como real agente de mudança social para mulheres e meninas resgatada de situações de risco, porém, auxiliadas, em sua elevação social e econômica, por uma ONG, que conta com suas associadas para a continuidade de suas propostas, sem ajuda efetiva do ECOSOC, embora seja membro efetivo desta instituição. Ao final, pretende-se deixar evidenciado os caminhos de valorização da mulher, ainda tão frágeis nas resoluções internacionais.

1. Direito Internacional e Atores Não Estatais

Para entender a dimensão do trabalho da Soroptimist of the Americas – SIA, precisamos traçar o que norteou, originalmente, a criação das Ongs e sua participação no cenário internacional, ocupado, por muitos séculos, pelo Estado. Se até o século XIX o Estado predominava no âmbito das relações internacionais, a partir do final da II Guerra Mundial, passa a dividir, com outros atores internacionais, papel e responsabilidade no sistema internacional, em especial, após a Carta das Nações Unidas em 1948.

A partir de então, a criação e o desenvolvimento do direito internacional são compartilhadas com outros atores, a saber, qualquer entidade que exerça funções identificáveis no sistema internacional (EVANS;NEWNHAM,1998). Desta forma, embora o Estado continuasse a ser a principal unidade organizadora, com poder final de decisão, também começam a se projetar no cenário internacional, atores estatais (os Estados) e não estatais (públicos e privados). No segundo caso, os públicos são criados pelo Estado (como as Organizações Internacionais – OIs) e os privados, não têm ligação formal com eles (MENEZES, 2010), porém, são perseverantes em exigir dos governos ações efetivas de alcance nacional e multilateral, a fim de atender os padrões exigidos de direitos humanos e ambientais, bem como estabelecer e manter a paz (CARESIA, 2006). Entre as OIs está a Organização das Nações Unidas – ONU.

Por um lado, as OIs começaram a intervir de forma crescente na agenda das negociações internacionais, cuja característica é ser uma entidade coletiva, estabelecida entre Estados Soberanos por meio de acordo internacional; têm pelo menos um órgão decisório, com uma vontade coletiva e segue as normas do Direito Internacional Público. Contudo, de acordo com Menezes (2010), mesmo com as OIs, ainda não era possível encontrar soluções para diversos problemas e assuntos globais, de origens não apenas política e econômica, mas culturais também e é neste contexto que o autor chama atenção para a importância da atuação dos atores não estatais privados, como as Ongs, que têm papel igualmente preponderante em questões sociais, políticas e de segurança.

O termo tem sua origem na expressão inglesa Non-Governmental Organizations (NGO) e foi utilizado pela primeira vez para designar organizações supranacionais e internacionais. No âmbito das Nações Unidas, a expressão *ONG* aparece na Resolução 288(X), de 1950, do Conselho Econômico Social, para designar uma organização internacional a qual não foi estabelecida por acordos governamentais (CAREZIA, 2006), mas sim, por indivíduos. A partir do final da década de 60, as ONGs passam a ter maior visibilidade no cenário internacional, com o surgimento de organizações não estatais relevantes, como o Greenpeace, cujos temas expostos para discussões e soluções versavam sobre temas que abrangiam desde o despejo de lixo tóxico nuclear na Antártida à preocupação com o crescimento da população, ameaçada também pelo uso indiscriminado de agrotóxicos e da poluição (CRUZ, 2013).

Com esta abrangência de temas, não é de se estranhar a dificuldade de conceitualizar as Ongs. Isto porque a gama de ONGs é considerável e o objeto a que se dedicam, também. Grande parte delas especificam-se em atividades relacionadas ao bem comum e aos direitos humanos, o que já revela uma das expressões correspondentes ao que se designa como governança global.

Por esta razão, cabe traçar um breve panorama do Direito Internacional para que se coloque não apenas a importância de uma ONG como a Soroptimistas, dentro de contextos tão complexos, mas torná-las co-participes na busca pela dignidade do ser humano como os demais organismos internacionais de relevância.

1.1 Direito Internacional Público: sujeitos e atores

Segundo Accioly; Silva e Casella (2011, p.36), “nos últimos cem anos, dentre todos os ramos jurídicos, o direito internacional é o que mais tem evoluído, influenciando todos os aspectos da vida humana”. Porém, as origens reais do direito internacional se perdem no tempo. O primeiro tratado internacional registrado na História aconteceu entre 1280 e 1272 A.C.: o acordo de paz celebrado entre Hatusil III, rei dos hititas, e Ramsés II, faraó egípcio, pôs fim às guerras entre os dois povos e com isso, estabeleceu aliança contra inimigos comuns e disciplinou as respectivas relações de comércio, migração e extradição. Ainda na Antiguidade, a Grécia também reconhecia a inviolabilidade dos embaixadores, o respeito a tratados e a

solução de conflitos por arbitragem. Porém, para Roma, apenas sua lei interna prevalecia (*lex romana*). Mesmo assim, o Estado Romano exerceu forte influência na formação do Direito Internacional: estabeleceu regras precisas, de ordem interna, para regular suas relações com outros países, bem como as relações entre cidadãos romanos e estrangeiros (*jus gentium*).

Na Idade Média, era o Papa quem exercia o papel de árbitro internacional dos conflitos entre as nações, bem como o grande mediador político das mesmas, com poderes, inclusive para desobrigar um chefe de Estado a cumprir um tratado. A Igreja torna-se, assim, umas das influências do Direito Internacional, através do conceito de humanização da guerra, que partia de três princípios: Paz de Deus, Trégua de Deus e Guerra Justa. Porém, as relações entre os Estados e a Igreja foram se tornando cada vez mais complexas, com a necessidade de instrumentos diplomáticos mais sofisticados e cientificamente elaborados. Os Estados abandonam, assim, a ideia de hierarquia internacional baseada na religião e não mais reconheceriam nenhum outro poder acima de si próprios. A aliança da religião com Estado, uma herança medieval, não mais se adaptava a um mundo no qual o poder das monarquias nacionais era cada vez mais forte (ACCIOLY; SILVA e CASELLA; 2011).

Desta forma, o marco inicial tanto do fim do poderio eclesiástico sobre os Estados, o início da Era Moderna e o Direito Internacional como conhecemos, surge com os Tratados de Westfália, em 1648, que colocaram término à Guerra dos Trinta Anos entre católicos e protestantes. Nessa época, foram definidos elementos mínimos para a existência de um Estado. Com a Paz de Vestfália, estabeleceram-se as bases do moderno Direito Internacional Público, ao estabelecer uma organização política centrada na ideia de que a cada nação corresponderia um Estado. Temos, então, o direito internacional como instrumento de regência das relações entre os estados, que vêm a ser os atores mais importantes do Direito Internacional. Surge então o conceito de Soberania Estatal e Estado Nacional (ACCIOLY; SILVA e CASELLA; 2011).

1.2 O Direito Internacional e a História

A Paz de Westefália inaugurou o conceito do moderno estado-nação, ao pôr fim ao sacro império romano-germânico e ao poder do papado; alguns autores vêem nos Tratados de Westefália a primeira Carta Constitucional da Europa, pois: legitimaram juridicamente o novo mapa político do Velho Continente e criaram-se as bases do que seria o direito público europeu, ao estabelecerem os princípios da soberania e da igualdade dos estados nas relações internacionais — princípios que se mantêm até hoje (CARVALHO, 2006) .

Até a Revolução Francesa, um dos adventos mais importantes que mudou os rumos do Direito Internacional, acreditava-se que a soberania residia no povo e não nos monarcas, sendo o Direito Internacional não só a relação entre os Estados, mas entre os povos que são indivíduos livremente iguais. Com a Revolução Francesa, em 1789, e as Guerras Napoleônicas (1792/1815), houve a destruição dos conceitos propostos pelo Tratado de Westfália e, conseqüentemente, o Direito Internacional passou por uma espécie de recrudescimento. O Congresso de Viena, em 1815, consagrou a queda de Napoleão e estabeleceu uma nova ordem política na Europa, com a instituição de novos princípios de direito internacional, como a proibição do tráfico de negros, a liberdade de navegação e a classificação para os agentes diplomáticos. Assim, o direito internacional baseia-se na necessidade, diante da coexistência de diversas ordens jurídicas heterogêneas, de pôr fim aos conflitos normativos entre Estados e de estabelecer o consenso entre os diversos ordenamentos internos. No entender de Gonçalves (2014, p.90), “somente os Estados-nacionais figuravam entre os reais sujeitos de Direito Internacional”.

Na explanação de Accioly; Silva e Casella (2011, p.36) o direito internacional pode ser definido como o

[...] conjunto de normas jurídicas que reage a comunidade internacional, determina direitos e obrigações dos sujeitos, especialmente nas relações mútuas dos estados e, subsidiariamente, das demais pessoas internacionais, como determinadas organizações, bem como dos indivíduos.

A palavra público é acrescentada à expressão direito internacional como forma de diferenciar a matéria do direito internacional privado, esta expressão utilizada pela primeira vez em 1843, por Foelix, autor do primeiro estudo desta disciplina (MELLO, 2000) .“Outras expressões sugeridas, como direito público internacional [...] têm o

objetivo de salientar o primado do direito público sobre o dado internacional” (ACCIOLY; SILVA e CASELLA, 2011, p.39).

Mello (2000, p.73) aponta que o sistema jurídico internacional apresenta algumas características similares ao direito interno: “a) é uma ordem normativa; b) é dotado de sanção; c) tem idêntica noção de ato ilícito, isto é, que ele consiste na violação de uma norma. Todavia, o DI é ‘primitivo’ em relação ao direito interno e as suas sanções são ainda coletivas”. Porém, o autor chama atenção para a multidisciplinaridade do Direito Internacional Público, pois as normas internacionais correspondem a um fenômeno social internacional:

há assim estreita relação com a Sociologia, a História, a Geografia, a Demografia, a Economia e, finalmente, poderíamos dizer com as Relações Internacionais que, como ciência, engloba as enumeradas anteriormente, inclusive a Política, uma vez que ela se preocupa com a vida internacional na sua totalidade (MELLO, 2000, p.80).

Segundo Mello (2000), a política liga-se tão estreitamente ao DIP que se torna muitas vezes difícil diferenciá-las. De acordo com Mello, para a Escola Norteamericana, o direito e os institutos legais só operam dentro de determinado contexto político; por outro lado, a posição de um cidadão dentro do DIP é decorrência da qual seu Estado tem na política exterior. Para o autor (2000, p.77), o DIP “como todo direito, é um ‘instrumento de política’ ou uma ‘forma de política’, e no campo internacional isto surge ainda de modo mais acentuado”. Ao citar Henkin (1990), Mello (2000) concorda que a diplomacia beneficia-se do direito, pois prevê mecanismos e procedimentos para as nações manterem relações entre si.

No tocante às relações, cabe mencionar as violações cometidas pelos Estados e que, segundo Mello, em seu estudo de 2000 (p.76), não são privilégio apenas das grandes potências, mas que todo governo as comete porque a violação de um acordo ou tratado internacional só é compensadora quando o lucro advindo da mesma é maior que o risco:

[...] na sociedade internacional esta situação pode se apresentar para qualquer país. É óbvio que ela se apresenta com maior constância em favor das grandes potências. A violação praticada por estas é de maior repercussão porque atinge maior número de interesses, bem como cria uma ameaça maior a todos os Estados.

Mello (2000, p. 79) ainda chama atenção para o fato de que, se as normas internacionais são elaboradas através de atos unilaterais, seja para criar um tratado ou um costume, na prática, são os Estados mais poderosos que iniciam um precedente, o que acaba sendo contraditório, de acordo com esta declaração do senador norte-americano William Fulbright:

[...] os EUA, sendo um poder conservador no mundo, têm interesse em manter a ordem [...] as violações praticadas por ele atendem a seus interesses a curto prazo, mas leva também outros Estados a violarem o DI, o que não atendem aos interesses dos EUA a longo prazo.

Esta contradição pode ser explicada da seguinte forma:

O paradoxo central do direito internacional está no fato de este ter o estado como sujeito e ao mesmo tempo somente se ordena e se constrói como sistema institucional e normativo, na medida em que impõe limites a esse sujeito, na expressão concreta da soberania do estado (ACCIOLY; SILVA e CASELLA, 2011, p. 253).

Os autores também observam que, se de um lado, o Direito Internacional ultrapassa o sistema interestatal clássico, de outro, está ligado ao seu arcabouço como forma de se sustentar institucionalmente e de atuar na prática. Thierry (1990) e Silva e Casella (2011, p.253) afirmam que justamente são sobre estas limitações impostas à soberania do Estado que se forma o Direito Internacional.

1.3 Globalização e seus efeitos

O conceito de soberania é complexo, varia no tempo e no espaço. Em sua acepção exata e correta, a soberania designa, não o poder, mas uma qualidade do poder do Estado. Não admite a existência dentro do próprio Estado, de nenhum outro poder juridicamente superior, nem mesmo igual ou semelhante. A soberania do Estado é considerada sob dois aspectos: interno e externo, ou seja, a supremacia na ordem interna e independência na ordem externa. A supremacia na ordem interna se apresenta sendo o Estado sua autoridade máxima que procura pelos meios mais eficientes à manutenção da ordem, através das normas e seu cumprimento imperativo. O Estado procura manter o equilíbrio social através de resoluções intervencionistas e ajuda à iniciativa privada.

A independência na ordem externa se caracteriza por liberdade no trato com os demais Estados, não existindo subordinação nas relações recíprocas, mas igualdade. O aspecto externo da soberania é a independência, isto é, nas relações

entre os diferentes Estados soberanos não pode haver subordinação ou dependência de uns para outros, mas sim absoluta igualdade.

A soberania do Estado difere, também, sob o ponto de vista objetivo, de outros poderes, inclusive públicos, pelo esforço de, procurando seus próprios fins, manifestar-se por meio de três funções de conteúdo diverso: legislação, jurisdição e administração. Porém, deve-se observar que a soberania é o ponto máximo do poder político e não o poder político: este não é o Estado, mas sim, um de seus elementos. Nesta visão, Caparroz (2012) destaca ainda que deve-se diferenciar muito bem o reconhecimento do Estado e o reconhecimento do governo que o administra, em especial em situações de ruptura ou alteração da ordem institucional.

Modernamente, entende-se a soberania como um poder imaginário, exclusivo, incondicionado e coativo. Os Estados relacionam-se com outros por dependência histórica e interesses diversos, não por dependência eminentemente jurídica. O ordenamento de um Estado pode, quando muito, constituir o limite do ordenamento de outro Estado, mas não sua fonte, como nos casos dos Estados-membros em relação ao Estado Federal.

De acordo com Gonçalves (2014, p.88), o Direito Internacional Público sofreu profunda modificação a partir da globalização, entendida pelo autor, como a ampliação de fluxos de comércio, capital e pessoas em todo o globo, possibilitados e ampliados por diferentes tipos de infraestrutura: (i) física (como os transportes ou os sistemas bancários); (ii) normativa (como as regras de comércio internacional); e (iii) simbólica (o inglês utilizado como idioma universal), que criaram as condições regulares e relativamente duradouras para a interligação global.

A globalização permitiu, assim, a interação mundial entre Estados e sociedades, ao reduzir o poder do Estado e aumentar o protagonismo de outros atores como indivíduos e a sociedade civil organizada. Obviamente, não se trata do fim da soberania estatal, porém, da realidade de um novo paradigma ou processo, como no entender de Pierik (2003, pp.454-455), para o qual a globalização seria

um conjunto de processos cumulativos, gerando um conjunto dialéticos de mudanças políticas, econômicas, tecnológicas e culturais [...] ela é um fenômeno multidimensional que engloba uma mudança na organização da

atividade humana e o deslocamento do poder da orientação local ou nacional para padrões globais, uma interconexão crescente na esfera global, e uma consciência crescente dessa interconexão.

A intensificação de relações sociais, políticas e econômicas mundiais, não significou necessariamente uma proposta de união harmônica dos povos de todo o mundo, transformando-o em uma sociedade global, no sentido estrito. Ao contrário: no plano internacional, opera-se cada vez mais o afastamento dos países periféricos de importantes esferas de decisão e o futuro das populações foi posto em jogo a partir do momento em que os governos do mundo todo abandonaram projetos nacionais em nome de ajuste estruturais globais (SWINARSKI, 1991).

Grandes desafios foram impostos nesta fase histórica, na qual as relações internacionais se caracterizam por dois movimentos opostos: o da globalização ou integração econômica, alimentados por interesses políticos, comerciais e financeiros, e o da fragmentação sócio cultural, já que a globalização é um processo de decisões privadas e públicas, tomadas na forma de sucessivos e inacabados desafios e ajustes, que geram intensas transformações, cujas origens e consequências envolvem múltiplas dimensões não econômicas (WRISTON, 1994).

Uma dessas consequências, a fragmentação sócio-cultural ou do Estado-nação adquire dimensão transfronteiriça que, se não retira toda a soberania do Estado, contribui para sua reconfiguração no cenário internacional, como entende Gonçalves (2011a, p.36): o governo tem “seu poder muito mais na capacidade de policiar seus limites físicos” e de representar, efetivamente seus cidadãos. Contudo, vale ressaltar que o comércio entre as nações sempre existiu; os transportes continentais rápidos existem há décadas; as empresas multinacionais prosperam e os movimentos de capitais não são invenção da última década do séc. XX.

Contudo, já em 2004, o Conselho Nacional de Inteligência (CNI), órgão dos Estados Unidos, apontava como consequências da globalização, a instabilidade política e a alienação cultural, que acabariam por gerar extremismos étnicos, ideológicos e religiosos (SOARES, 2010).

Desta forma, com a globalização, o conceito de soberania, tão difundido no Direito Internacional, vem sendo substituído pela interdependência e, para definição e defesa dos interesses públicos internacionais, em escala cada vez maior, requerem intenso desenvolvimento normativo e institucional do Direito Internacional Público (MONSERRAT FILHO, 1995).

Mesmo admitindo-se a irreversibilidade da globalização, com seus efeitos e impactos positivos e negativos nas comunidades e nações, simultaneamente integradores e desestruturadores, permanece a tarefa formidável de como conduzir e orientar esse processo sem cometer falácias e confundir as consequências da acumulação centralizadora de capital (crise social, desemprego erosão e aniquilação de culturas e valores tradicionais) com as oportunidades efetivas de integração, aproximação e cooperação mundiais.

Soares, no mesmo estudo de 2011 (p.366) prossegue afirmando que o Estado, diante da globalização

retraiu-se, gradativamente, e a sociedade civil se descaracterizou e os cidadãos foram subtraídos de seus espaços políticos. Assiste-se, com o processo de globalização, à vulneração dos direitos clássicos da liberdade e ao retrocesso na compreensão dos direitos sociais.

De acordo com Canotilho (2006, p.292), “trata-se de perda de poder e enfraquecimento do princípio democrático, em face da demonstração de impotência de governo democraticamente legitimado para arcar e responder, com eficiência, às novas demandas”.

Não obstante conduzido pela economia, o processo de globalização transcende os fenômenos meramente econômicos e, para o entendimento de toda sua extensão e profundidade, deve ser apreendido também em suas dimensões políticas, ecológicas e culturais. Ademais, buscando formular premissas de alternativas de desenvolvimento em uma perspectiva histórica, portanto, sem rejeitar a globalização, a autora aponta para opções abertas, dentro deste marco, à cooperação pacífica entre povos e Estado, à democratização e à universalização dos direitos humanos e à solidariedade internacional dos movimentos sociais.

Porém, a globalização exige regras a serem cumpridas e nesta visão surge o conceito de governança global, uma nova via de procedimentos no mundo com novos desafios para enfrentar.

Segundo Gonçalves (2011a, p.21) o termo governança aparece nos meios acadêmicos no final dos anos 1980, “quando o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional passaram a utilizar a expressão ‘boa governança’ como um conjunto de princípios para guiar e nortear seu trabalho e ações com países membros”. Em 1989, explica o autor, o Banco Mundial, em seu relatório sobre a África subsaariana, define governança como tudo que abrange os arranjos institucionais dos Estados; os processos envolvidos na formulação de políticas públicas, tomada de decisão e implementação, os fluxos de informação nos governos bem como as relações globais entre os cidadãos e seus governos. Em estudo de 2014, Gonçalves afirma que, nos anos 80, a boa governança, também era uma ferramenta para definir financiamentos e ajuda a países subdesenvolvidos, tornando-se parte tanto da esfera política como da econômica no plano internacional. Continua ainda o autor:

Nos primeiros anos que se seguem a essa proposição, a governança é marcada por uma conotação liberal. Promover o desenvolvimento estava associado necessariamente à responsabilidade dos governos em respeitar leis que permitissem o livre funcionamento do mercado, garantindo a propriedade privada e a segurança dos investimentos. Boa governança proporcionaria transações efetivas nos mercados e, como consequência, favoreceria o crescimento econômico e a redução da pobreza (GONÇALVES, 2011a,p.40).

Canotilho (2006, p.326) utiliza a expressão governança responsável “vinculada à essência do Estado, pois o desenvolvimento sustentável, centrado na pessoa humana, pressupõe o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais”.

Mas na prática, durante os anos de 1990, os pressupostos da boa governança começam a mudar: com caráter liberal,

[...] construí-la era uma recomendação, a exigir instituições e práticas políticas que propiciassem a gestão saudável do desenvolvimento, marcada pelo compromisso dos governos em respeitar leis que permitissem o pleno e eficaz funcionamento dos mercados, notadamente, na garantia da propriedade e segurança dos investimentos (GONÇALVES, 2014, p.85).

Daí a observação contundente de Soares (2011, p.368), para o qual a governança

[...] jamais se preocupou com a legitimação política. Ademais, seus agentes não são democraticamente legitimados, bastando observar as estruturas

internas das organizações internacionais que não se sujeitam aos princípios democráticos.

De acordo com Gonçalves (2014) o divisor de águas sobre o alcance real da governança acontece com a criação, pela ONU, da Comissão sobre Governança Global em 1992, cujo relatório de 1994, define o termo como a totalidade das diversas formas de administrar problemas comuns que afetam os indivíduos e instituições, públicas e privadas, em um processo contínuo e capaz de acomodar interesses conflitantes e realizar ações cooperativas (COMISSÃO SOBRE GOVERNANÇA GLOBAL, 1996, p.2).

Justamente são estas diversas formas de administrar problemas comuns em um processo contínuo de transformação mundial, o cenário propício para o surgimento de novos atores não-governamentais da sociedade civil, como as ONGs. “Essas podem ser definidas com bases nos mesmos elementos que a própria sociedade civil – embora independentes dos Estados, defendem interesses que podem ser considerados público” (MATIAS, 2005, 448).

A partir de problemas transnacionais, derivados, em especial, do ritmo do mercado financeiro, as ONGs surgem como uma reação a esse processo de lucro a qualquer preço, com o caráter de denúncia e conscientização quanto ao aquecimento global, destruição da camada de ozônio e a poluição transfronteiras, por exemplo, no entender de Matias (2005). O autor também afirma que as atuações das ONGs “seriam a resposta da sociedade civil à intensificação da interdependência dos povos” (MATIAS, 2005, p.449).

1.4 Direito Internacional e direitos humanos

Na prática do DI encontram-se também os direitos do homem – com expressão direta da dignidade e da personalidade humana - e a obrigação dos Estados de reconhecer esta dignidade e o dever de solidariedade entre estes com o propósito de assegurar, de forma eficaz e universal, a proteção dos direitos humanos.

Piovesan (2013) afirma que, ao enfrentar as atrocidades cometidas durante a Segunda Guerra Mundial, com o holocausto e outras violações do regime nazista, a comunidade internacional colocou a proteção dos direitos humanos como uma

questão legítima de interesse e preocupação internacional, que extrapola o domínio do Estado bem como sua competência nacional exclusiva, sendo um dos principais objetivos da Carta das Nações Unidas, em 1948. No entender da autora, o indivíduo passa de objeto das relações internacionais – com direitos e obrigações no plano internacional – para sujeito das mesmas, que possui e exerce direitos e obrigações de cunho internacional: uma passagem que faz o indivíduo deixar de ser objeto da compaixão internacional para sujeito de direito internacional (PIOVESAN, 2013). Já Henkin (1990, p.561) esclarece que, “normalmente um ato do Estado que não está em conformidade com uma obrigação internacional é um ato internacionalmente incorreto, que implica responsabilidade por parte do Estado”.

Accioly, Silva e Casella (2011, p.52) prosseguem com a explicação de que

[...] nenhum estado, ao violar essa obrigação internacional de proteção pode se eximir de sua responsabilidade internacional, sob alegação de que tal domínio constituía, essencialmente, matéria de sua competência nacional, ou de seu domínio reservado. [...] os estados, agindo individual ou coletivamente, têm direito de adotar, com relação a qualquer outro estado que tenha infringido as obrigações de proteção dos direitos fundamentais, quaisquer medidas diplomáticas e econômicas admitidas pelo direito internacional, desde que não comportem o uso de força armada, de modo a constituir violação da Carta das Nações Unidas. Essas medidas não podem ser consideradas como intervenção ilícita nos assuntos internos de qualquer estado.

Contudo, se a clássica noção de Direito Internacional, exclusivamente preocupada com os direitos e deveres dos Estados, ainda domina a jurisprudência internacional por mais de três séculos, os Estados soberanos passaram a conviver com relações muito mais complexas e enfrentando problemas comuns como comércio ilegal de armas, degradação ambiental, crime organizado, entre outros (MENEZES, 2010) e que acabaram por influenciar o Direito Internacional Público. Mais, o tsunami que abalou as estruturas da usina nuclear de Fukushima, no Japão, é outro exemplo de que os Estados estão à mercê de acontecimentos fortuitos que não controla e que saem do âmbito interno para o alcance internacional.

1.5 Sujeitos do Direito Internacional

Neste contexto, os Estados deixaram de ser considerados os únicos sujeitos do Direito Internacional e outras entidades passaram a ser reconhecidas como tendo personalidade jurídica internacional, mesmo que de forma mais restrita que aquelas reservadas aos governos soberanos. (GONÇALVES, 2014, p.90). Desta forma, o

direito internacional passa de sociedade de estados para comunidade internacional de pessoas, enfatizando não mais uma determinada nação, mas a comunidade humanidade como um todo, em uma perspectiva global das relações internacionais (ACCIOLY; SILVA e CASELLA, 2011).

Na medida em que existe a capacidade para agir internacionalmente, existe a personalidade jurídica internacional. De forma geral, os sujeitos de Direito Internacional, segundo Portela (2016) são três: Estado, Organizações Internacionais e Indivíduos.

Contudo, Rezek (2011,p.183) é de opinião os indivíduos não têm personalidade jurídica de direito internacional e explica a razão de seu argumento:

A percepção do indivíduo como personalidade internacional pretende fundar-se na lembrança de que certas normas internacionais criam direitos para as pessoas, ou lhes impõem deveres. É preciso lembrar, entretanto, que indivíduos e empresas — diversamente dos Estados e das organizações — não se envolvem, a título próprio, na produção do acervo normativo internacional, nem guardam qualquer relação direta e imediata com essa ordem.

[...]

Para que uma ideia científica — e não simplesmente declamatória — da personalidade jurídica do indivíduo em direito das gentes pudesse fazer algum sentido, seria necessário pelo menos que ele dispusesse da prerrogativa ampla de reclamar, nos foros internacionais, a garantia de seus direitos, e que tal qualidade resultasse de norma geral. Isso não acontece. Os foros internacionais acessíveis a indivíduos — tais como aqueles, ainda mais antigos e numerosos, acessíveis a empresas — são-no em virtude de um compromisso estatal tópico, e esse quadro pressupõe a existência, entre o particular e o Estado copatrocinador do foro, de um vínculo jurídico de sujeição, em regra o vínculo de nacionalidade.

Ressaltamos, assim, que das três faculdades básicas dos sujeitos de direito no âmbito internacional, o Estado remanesce como o único ente a dispor de todas: capacidade jurídica, capacidade de agir e direito de participar da elaboração das normas. Mesmo assim, os reais sujeitos do Direito Internacional Público “são aqueles entes aos quais o Direito atribui uma determinada condição [porém] um sujeito de direito, como indivíduo isolado, não terá capacidade de influência” (GONÇALVES, 2014, p.90).

1.6 A Organização das Nações Unidas e sua importância como Organização Internacional

Como organização internacional de vocação universal, o lugar de destaque cabe à Organização das Nações Unidas (ONU), cuja origem remota à Sociedade das Nações, criada em 1919, após a Primeira Guerra Mundial, na tentativa de atingir todos os Estados soberanos. A ONU¹, com seu surgimento em 1945, após a Segunda Guerra Mundial, é a reunião de Estados, que afirmam os seguintes propósitos:

- manter a paz e a segurança internacionais;
- desenvolver relações amistosas entre as nações, baseadas no respeito ao princípio de igualdade de direitos e de autodeterminação dos povos;
- conseguir uma cooperação internacional para resolver os problemas internacionais de caráter econômico, social, cultural ou humanitário e para promover e estimular o respeito aos direitos humanos e as liberdades fundamentais para todos;
- ser um centro destinado a harmonizar a ação das nações para a consecução desses objetivos;

A Carta das Nações Unidas de 1945 é o primeiro documento de fato, histórico, envolvendo fundamentos acolhidos por 51 Estados, no que chama de regras universais que regeriam a humanidade. Segundo Bobbio (2004), na prática, porém, estas regras se dirigem a um homem racional, fora do espaço e do tempo, porque os direitos do homem passam a ser protegidos (mas não garantidos) somente nos Estados que os reconhece. Os membros da ONU são originários ou eleitos. Os primeiros são os 51 governos que participaram da Conferência de São Francisco, em 1945, e assinaram a Carta. Já os eleitos são admitidos pela Assembleia Geral mediante recomendação do Conselho de Segurança. Na verdade, poderão ser admitidos como membros os estados que aceitam as obrigações contidas na Carta (ACCIOLY; SILVA e CASELLA, 2011).

A estrutura da ONU, onde os Estados e outros atores atuam, é formada pelos seus principais órgãos (Assembleia Geral, Conselho de Segurança, Conselho Econômico e Social – ECOSOC – e Corte Internacional de Justiça – CIJ), programas e fundos, como Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e agências especializadas como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), entre outros (MENEZES, 2010, p.39)

¹ www.un.org

À medida que o mundo se transformou e transformou as formas de relações entre os sujeitos internacionais, também aumentou sua conscientização a respeito dos problemas especificamente internacionais, “ante os quais são impotentes os estados, mesmo os que se arrogam a condição de mais poderosos, evidenciando as crescentes necessidades de operação coordenada por parte dos estados” (ACCIOLY; SILVA e CASELLA, 2011, p.434). Se nesta coordenação fazem papel crucial as Organizações Internacionais, encabeçada pela ONU, também se formaram outros atores no sistema internacional.

1.7 Novos Atores Internacionais

Cabe aqui diferenciar os conceitos entre sujeito internacional e atores nas relações internacionais. O primeiro possui a titularidade de direitos e obrigações. Já o segundo possui conotação ampla e pode se referir a qualquer pessoa ou entidade que busque espaço ou possua voz no cenário internacional (SOARES, 2002).

Os atores são divididos em dois grupos, estatais e não estatais. No primeiro, encontram-se os Estados; no segundo, coexistem os atores não estatais públicos, criados pelos Estados, e os privados, que não têm ligação formal como os mesmos. Entre os atores não estatais públicos encontram-se as Organizações Internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU) e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Segundo Menezes (2010) as Organizações Internacionais podem ter poderes regionais e poderes funcionais.

Segundo a explanação de ACCIOLY; SILVA e CASELLA (2011, p.465), nos artigos 52 a 54 da Carta das Nações Unidas, as entidades regionais

poderão ocupar-se da manutenção da paz e da segurança internacionais em assuntos suscetíveis de ser regulados por ação regional, desde que tais [...] entidades e atividade prevista sejam compatíveis com os propósitos e princípios das Nações Unidas.

Como exemplo de Organizações Internacionais com poderes regionais temos a Organização dos Estados Americanos (OEA) e União Europeia (ACCIOLY; SILVA E CASELLA, 2011). Entre as Organizações Internacionais com poderes funcionais encontram-se, entre outras, a Organização Mundial da Saúde (OMS), Agência de

Energia Internacional (AEI) e Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) (MENEZES, 2010).

1.8 Sociedade Internacional e Sociedade Global

Podemos dizer que a participação das Organizações Internacionais no desenvolvimento do direito internacional foi acelerada por causas materiais, como a diversificação de objetos do direito internacional, englobando questões sociais, penais, sanitárias e ambientais, entre outras. Causas normativas e jurídicas, como a defesa de liberdades fundamentais, também favoreceram mudanças estruturais na evolução recente do direito internacional. Exemplos atuais são atores agindo em nome das opiniões públicas de vários países, para exigir respostas jurídicas contra Estados soberanos ou outros atores internacionais. O que nos remete a diferenciar os conceitos de sociedade internacional e sociedade civil global, cenários das OIs.

Para muitos estudiosos do tema, definir sociedade internacional seria tarefa praticamente impossível, porque esta não é uma sociedade, mas um conceito intelectual sobre a organização da vida política em oposição a outra coisa, como o estado de natureza, o totalitarismo e até mesmo regimes autoritários atuais; é um sentido que implica a organização dessa sociedade como forma de participação política motivada pela vontade/necessidade de democratizar os mecanismos internacionais de tomada de decisão (BARROS-PLATIAU, 2001).

Já como sociedade global Wapner (1997) define tudo que se encontra entre as esferas pública e individual, ou seja, o que há abaixo do Estado e acima do indivíduo. Neste contexto, cabe a pergunta de Barros-Platiau (2001, p.4).

[...] quem é membro da sociedade civil global? A resposta, que todos nós somos, traz à tona a questão bem mais complexa da legitimidade de atores internacionais que se apresentam como os representantes da sociedade civil. Todavia, a sociedade civil global não foi construída por ninguém, ela se autoproclamou para contestar a ordem estabelecida. Ela é composta por grupos que formam coalizões mais ou menos estáveis, ou redes, para entrar na cena política. O objetivo desses atores é principalmente o de criar um espaço público autônomo em relação aos Estados, ou aos atores poderosos, para realizar seus objetivos específicos de defesa de interesses comuns.

Assim, para a autora, na sociedade global temos a participação dos atores não-estatais cada vez mais independentes do Estado. Por esta razão, para Barros-

Platiau (2001, p.5), “o ponto de partida para a identificação do estatuto da sociedade civil global seria o reconhecimento de uma miríade de atores transnacionais, a começar pelas ONG’s”.

1.9 Organizações Não Estatais no cenário internacional: opiniões controversas

Para Accioly; Silva e Casella (2011, pp.485-486)

As ONGs seriam a expressão da sociedade civil internacional, mas essa expressão precisa, todavia, encontrar canais e caminhos adequados para a veiculação dos seus reclamos e a melhor ordenação de sua atuação.

Para os autores acima, “enquanto expressão da sociedade civil internacional, as ONGs ilustram a extensão e irreversibilidade das mudanças ocorridas no sistema internacional, nas últimas décadas” (2011, p. 487). Ainda,

[...] transformam os modelos tradicionais de gestão do mundo. Expressam facetas de sociedade internacional em mutação, em que ainda será preciso determinar quais serão os protagonistas para esses novos modelos de governabilidade internacionalmente focalizada [...]

São forças inovadoras que têm transformado e conturbado o antes sisudo e cinzento cenário das reuniões das organizações internacionais, estritamente intragovernamentais, com a expressão das forças as mais variadas [...] desde a expressão de protestos populares, criando ruído surdo e bloqueando acessos às reuniões interministeriais, mas de modos muito mais eficientes e organizados, como canais e caminhos possíveis para veicular anseios da sociedade civil internacional, com demonstrada capacidade inovadora e crescente poder de pressão sobre governos e sobre os modelos de gestão das organizações internacionais intergovernamentais. (ACCIOLY; SILVA E CASELLA, 2011, p.486).

Barros-Platiau (2001, p.5) chama atenção para se diferenciar atores não-estatais e ONGs. Segundo a autora, esta última pertence

a uma categoria de atores internacionais mais militantes as quais são contra-poderes sem estatuto jurídico internacional. Dessarte, criou-se a dialética de atores internacionais que não são sujeitos de direito internacional, mas que exercem pressão sobre a elaboração de normas internacionais. [...] os atores não-estatais não são “novos”, mas possuem um caráter inovador na medida em que influenciam de maneira crescente tanto na elaboração como na aplicação de normas internacionais, independentemente de suas fontes. Como os destinatários das normas internacionais são também as pessoas, parecia lógico que os cidadãos exigissem um determinado direito de controle de novas normas internacionais, principalmente após os anos 1960. Todavia, existem vários acordos internacionais que excluíram atores não governamentais, como a negociação de 1995 sobre a proliferação de armas nucleares, a Rodada Uruguay do Gatt e a OMC. Na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, em 1992, a questão da participação das ONG’s trouxe uma nova vida ao debate e revelou a lacuna da falta de um verdadeiro reconhecimento jurídico da participação de atores não-estatais.

A autora vê com certa reserva o alcance das ONGs justamente pela falta de reconhecimento jurídico dentro de uma forte influência internacional e não sofre controle algum

[...] seus representantes se autodesignam sem que a questão de sua legitimidade seja abordada [...] as ONG's, por exemplo, podem espionar livremente e interceptar documentos que ainda nem foram publicados, desviando os mecanismos clássicos de tomada de decisão. Enfim, não se deve ignorar o poder de lobbying desses atores (BARROS-PLATIAU, 2001, p.5).

A mesma reserva encontramos em Gonçalves e Costa (2011, p. 69):

Um sério problema surge [...] quando se analisam o funcionamento e a atividade dentro destas organizações. Ele diz respeito a sua finalidade pública e a sua função sociopolítica [...]. Não há dúvida que as várias ONGs atuam e defendem interesses podem ser considerados públicos, como a proteção ao meio ambiente ou a defesa dos direitos humanos. Mas, mesmo quando as organizações atuam nessas áreas, muitas vezes não deixam de representar interesses minoritários, de grupos específicos.

Gonçalves e Costa (2011), em sua explicação sobre a legitimidade das ONGs destacam alguns dos estereótipos que a mídia e a opinião pública ajudaram a criar em torno das mesmas: causas como a preservação do meio ambiente ou a questão do acolhimento aos refugiados revestem as ONGs com uma aura quase de santidade (expressão dos autores). Esta imagem é reforçada pelo enfrentamento, às vezes direto, com os poderosos (por exemplo, as ações do Greenpeace):

Embora simplificadora e maniqueísta (reduzindo tudo a um confronto entre o bem e o mal), essa postura acaba por convencer que as Ongs estão, de fato, defendendo a humanidade, ou, pelo menos, parcelas significativas que sofrem problemas ou ameaças. Além disso, o caráter voluntário dos ativistas e dirigentes das organizações afasta a ideia de que estariam movidos apenas por interesses próprios (GONÇALVES e COSTA, 2011, p.71).

Contudo, os autores também demonstram que o espaço vago, criado pela corrupção política, o individualismo com relação aos problemas privados, foram ocupados justamente pelas ONGs na defesa de causas que organizações tradicionais já não conseguem promover:

Isto é tão presente que até a realizações de funções tradicionais do Estado, como a promoção social ou a condução de políticas públicas na saúde, educação ou cultura tem sido transferida, por variados mecanismos, a organizações não governamentais. Estas deixam de apenas representar, pressionar, fiscalizar, e passam a realizar, de fato, tarefas públicas (GONÇALVES e COSTA, 2011, p.72).

Por estas razões, é inegável o desenvolvimento de parcerias entre autoridades públicas e as ONGs. Segundo a ONU, milhares de organizações da sociedade civil

tomam parte ativa em seus trabalhos e não têm simplesmente um papel de mera observadoras, como atesta Barros-Platiau, 2001, p.7:

Além das parcerias, há um crescente reconhecimento funcional das ONG's na esfera jurídica internacional, como, por exemplo, o estatuto consultivo que as agências da ONU atribuem a algumas ONG's internacionais, como a OMS (Organização Mundial da Saúde).

[...] A ONU é responsável pelo grande progresso no reconhecimento da pessoa jurídica de associações, pois o estatuto consultivo, mesmo que não seja perfeito, conduz a um reconhecimento mútuo entre elas. Ademais, todos os discursos de Kofi Annan refletem uma posição favorável à democratização das negociações internacionais, tanto pela criação de parcerias com o setor privado como pelo reconhecimento de ONG's e de suas atividades em diversos países. Por exemplo, os textos da Assembleia-Geral sobre uma "Nova ordem humanitária internacional" reconhecem as ONG's sem que uma base jurídica real lhes seja atribuída.

A crescente atuação internacional das ONGs também deixa margens para perguntas como a origem de seu aporte financeiro, os procedimentos internos de administração - controle institucional, fiscalização, eleição de membros, prestação de contas. "No Estado democrático, são estabelecidas regras claras para o controle e fiscalização dos agentes públicos, que não podem agir de forma independente [...] entre as ONGs o quadro é distinto. Não há controles institucionais sobre suas atividades", segundo Gonçalves e Costa, 2011, p.72.

Matias (2005) observa que nos Estados democráticos, o poder é legítimo e este requisito é fundamental para as instituições dentro da sociedade global, em especial, as ONGs, os atores mais importantes da sociedade civil. Neste sentido, para Gonçalves e Costa (2011) se as ONGs são atores de peso, que somem suas atividades e princípios aos de outros tradicionais (Estados, organizações internacionais, por exemplo) que existem no cenário internacional, porém, sem o caráter messiânico de representação da humanidade como um todo.

1.10 O Conselho Econômico e Social das Nações Unidas e a Legitimidade dos atores não estatais

A participação de organizações não governamentais nas Nações Unidas iniciou com o convite feito pelo Departamento de Estado norte-americano a 42 organizações não governamentais, com atividade e interesses diversos, para participarem da delegação dos Estados Unidos, na Conferência de San Francisco (1945), na qualidade de consultores; entre estas organizações constavam o Conselho

Americano de Educação; a Federação Americana do Trabalho; o Lions International, o Rotary International (TAVARES, 1999) e as soroptimistas.

[...] antes mesmo de serem convidadas, muitas dessas organizações já se estavam preparando para enviar representantes a San Francisco, como observadores – condição na qual outras 197 ONGs, das quais 160 norte-americanas, presenciaram a Conferência (TAVARES, 1999, p. 40).

Assim, desde sua criação, a Organização das Nações Unidas desenvolveu vários mecanismos de cooperação, formal ou informal, com as ONGs e com a sociedade civil. De acordo com CARESIA (2006), entre os mecanismos formais, encontram-se o Conselho Econômico e Social (ECOSOC), o Departamento de Informação Pública (DIP) e o Serviço de Enlace com as ONGs; os dois primeiros são os principais órgãos da ONU que mantêm vínculos oficiais com ONGs, porém, é através do ECOSOC que estas alcançam reconhecimento, através do status de membro consultivo.

O Conselho Econômico e Social constou, na Carta da ONU, com as seguintes atribuições:

Artigo 62.1 O Conselho Econômico e Social fará ou iniciará estudos e relatórios a respeito de assuntos internacionais de caráter econômico, social, cultural, educacional, sanitário e conexos e poderá fazer recomendações a respeito de tais assuntos à Assembleia Geral, aos Membros das Nações Unidas e às entidades especializadas interessadas.

2. Poderá, igualmente, fazer recomendações destinadas a promover o respeito e a observância dos direitos humanos e das liberdades fundamentais para todos.

3. Poderá preparar projetos de convenções a serem submetidos à Assembleia Geral, sobre assuntos de sua competência.

4. Poderá convocar, de acordo com as regras estipuladas pelas Nações Unidas, conferências internacionais sobre assuntos de sua competência.

No Capítulo X, Artigo 71 da mesma Carta, estipula que o ECOSOC também

poderá entrar nos entendimentos convenientes para a consulta com organizações não governamentais, encarregadas de questões que estiverem dentro da sua própria competência. Tais entendimentos poderão ser feitos com organizações internacionais e, quando for o caso, com organizações nacionais, depois de efetuadas consultas com o Membro das Nações Unidas.

A partir do Artigo 71, o ECOSOC torna-se o órgão diretamente responsável pela consulta com as ONGs, porém, a utilização do termo “organizações não governamentais” permitiu que

[...] fossem caracterizadas como ONGs, para efeito dos trabalhos do Conselho e de seus órgãos subsidiários, entidades particularmente heterogêneas. Um dos elementos centrais que, em princípio,

caracterizariam as ONGs – a ausência de fins lucrativos – jamais foi objeto de menção específica nas resoluções do ECOSOC sobre a matéria, o que levou, por exemplo, federações comerciais e conselhos empresariais a solicitar, e receber, permissão para atuar no âmbito do Conselho, como organização não governamental (TAVARES, 1999, p.19).

A participação cada vez maior das ONGs nas conferências, contribuiu para a decisão do ECOSOC de promover a revisão geral do sistema da ONU para consultas com as ONGs. Esta revisão forneceu para a ONU, Estados-membros e ONGs a um novo padrão de cooperação, instituindo-se novas regras e procedimentos para deliberação com as ONGs. De acordo com Caresia (2006, p.791) em julho de 1996, o ECOSOC revisou seus ajustes para as consultas com as ONGs, tendo como marco

a Resolução 1996/31, adotada na XLIX Reunião Plenária daquele Conselho (a qual modernizou a norma da anterior resolução 1296 (XLIV) do ECOSOC, adotada em 23 de maio de 1968). Além de revisar os ajustes para as consultas das ONGs junto a este Organismo, regularizou os ajustes por dar crédito as ONGs para as conferências da ONU, agilizou o processo de solicitar a ECOSOC o “status consultivo”, e decidiu que as ONGs nacionais seriam aptas para solicitá-lo.

Willetts (2000) explica que o termo status consultivo, criado pela ONU, foi escolhido para que as ONGs tivessem um papel secundário, para dar consultorias para governos, mas sem ter um papel – ou ter direito a voto – no processo decisório.

A resolução estabelece três categorias de status consultivo que as ONGs podem obter junto ao ECOSOC:

Categoria I- organizações com um *status* consultivo geral: para ONGs internacionais cuja atuação se refira à maior parte da agenda do ECOSOC; Categoria II- organizações com um *status* consultivo especial: para ONGs que tenham especial competência em alguns campos de atividades do ECOSOC; Categoria III- *Status “roster”*- [...]ONGs cuja competência lhes credencie a dar contribuições ocasionais ao trabalho da ONU (CARESIA, 2006,p.792).

Menezes (2010, p.54) discorre que na categoria I, com status consultivo geral, encontram-se as ONGs que representam os mais importantes segmentos da sociedade em diversas partes do mundo: “no momento, 138 organizações enquadram-se nestes status [...]: *Care International, Caritas Internationalis, Greenpeace International, Legião da Boa Vontade, etc*”. Dentro deste status, prossegue o autor, as ONGs podem apresentar propostas para a agenda provisória do ECOSOC e de seus organismos subsidiários, com direito de usar a palavra e

apresentar declarações escritas com até 2.000 palavras nas reuniões do Conselho Econômico e de seus órgãos subsidiários.

Na categoria II, o status consultivo especial pertence à ONGs que possuem competência especial em algumas áreas abrangidas pelo ECOSOC e seus órgãos subsidiários, porém, não podem apresentar proposta para a agenda provisória; não têm direito à palavra nas reuniões: suas declarações escritas devem ter 500 palavras nas reuniões do ECOSOC e 1.500 palavras nas dos organismos subsidiários; até 2010, 2.166 organizações encontram-se neste status consultivo, como *Human Rights First*, *Human Rights Watch*, entre outras (MENEZES, 2010).

As ONGs que não se enquadram em nenhuma das duas categorias acima são incluídas em uma lista, conhecida como Roster. Nesta categoria, elas só participam de reuniões ligadas a sua área de atuação e apresentam declarações apenas mediante convite do secretário-geral da ONU; até 2010, 983 ONGs mantinham o status de roster, entre as quais, *Center for International Cooperation*, *Institute of International Education*, *Refugees Internationals* (MENEZES, 2010).

Contudo, desde a década de 50 que o ECOSOC preocupa-se em expulsar ou suspender ONGs do sistema de consulta e as resoluções de 1946 e 1950 não previam tais medidas, que só foram formalmente incorporadas aos textos de 1968 e 1996. A Resolução 1996/31 ampliou as possibilidades de defesa das ONGs, mas manteve as razões para expulsão ou suspensão do ECOSOC: 1) atos contrários aos princípios e finalidades da Carta; 2) ausência de contribuição positiva aos trabalhos da ONU durante três anos e 3) financiamento irregular (incluindo recursos vindos de atividades criminosas como tráfico de drogas, lavagem de dinheiro, entre outras) (TAVARES, 1999).

O ECOSOC mantém um Comitê Intergovernamental, composto por 19 Estados-membros, que analisa o status de consultivo ou de roster das ONGs junto ao ECOSOC, examina o trabalho das organizações já registradas com status consultivo e resolve questões gerais como único comitê intergovernamental no sistema da ONU, voltado exclusivamente para gerenciar as relações com ONGs (CAREZIA, 2006). Participam deste comitê Angola, Burundi, China, Colômbia, Cuba, Dominica,

Egito, EUA, Guiné, Índia, Israel, Paquistão, Peru, Catar, Reino Unido, Romênia, Rússia, Sudão e Turquia.

1.11 Os atores não estatais no Conselho Econômico e Social das Nações Unidas: deveres e privilégios

De acordo com o estudo de Caresia (2006), para uma ONG obter algum status (geral, especial e roster) deve encaminhar solicitação de status à Sessão de ONGs do Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais; a carta de solicitação deve conter o timbre da organização e as assinaturas de seu presidente e secretário geral. Recebida a carta, a Sessão de ONGs enviará à organização, os documentos formais de solicitação, que incluem questionário e materiais de apoio (respondido em Inglês ou Francês). Esta documentação será analisada pelo Comitê Intergovernamental do ECOSOC, que se reúne uma vez ao ano. Cabe ao Comitê recomendar ao ECOSOC as organizações adequadas à cada categoria, o qual tomará a decisão final. As instituições com status consultivo ou especial devem encaminhar, a cada quatro anos, relatório de atividades e, em especial, suas efetivas contribuições para o trabalho realizado pela ONU

Outros requisitos de importância também são exigidos. A ONG de status geral ou especial deve contar com um mecanismo democrático para tomada de decisões; ser reconhecida oficialmente pelos organismos governamentais competentes de seu Estado de origem há pelo menos dois anos antes de solicitar o status; seus recursos financeiros devem vir de contribuições de filiados nacionais ou outros membros individuais, cuja origem seja legal (CARESIA, 2006). O não cumprimento destes requisitos pode resultar em expulsão ou suspensão.

Se por um lado Gonçalves (2011, p.74) observa que as ONGs “não são democráticas uma vez que seus membros não são eleitos nem escolhidos pela sociedade”, Menezes (2010, p. 59) confirma a mesma tendência não democrática do próprio Comitê Intergovernamental do ECOSOC:

Entre os dezenove membros atuais do comitê das ONGs, a grande parte pode ser citada como violadora dos direitos humanos pela comunidade internacional. Ou seja, Estados que decidem se uma ONG deve receber o status consultivo, ou mesmo perder o status concedido ou receber uma punição, são os Estados que geralmente são visados pelas ONGs de direitos humanos por conta de suas práticas.

A partir da conquista de status geral ou especial, a ONG adquire o reconhecimento como entidade consultiva, com vantagens práticas como o credenciamento automático para as grandes conferências, podendo participar desde a preparação até a possibilidade de influenciar nas decisões adotadas; obtenção de permissão para entrar nos recintos da ONU; assistir reuniões e interagir com os governos, funcionários, Secretaria, bem como solicitar sua associação junto ao Departamento de Informações Públicas - DIP (CARESIA, 2006). Porém,

é importante ressaltar que a obtenção de status consultivo de uma ONG junto à ONU não equivale à incorporação desta no sistema das Nações Unidas nem outorga à organização associada de nenhum tipo de privilégio, imunidade ou condição especial (CARESIA, 2006, p.793).

O reconhecimento da importância e influência das ONGs é tanto que a ONU concede outras três possibilidades de participação, contudo, sem o status consultivo do ECOSOC:

1. As ONGs podem receber credenciamento para participar de uma conferência ou outro evento. Esse credenciamento é feito pelo secretariado e possibilita as ONGs participarem do processo de preparação e do resultado do próprio evento;
2. As ONGs podem estabelecer relações de trabalho com departamentos, programas e agências especializadas do Sistema das Nações Unidas, com base nas áreas de atuação e interesse;
3. As ONGs podem associar-se com o Departamento de Informação Pública das Nações Unidas (DIPNU) (MENEZES, 2010, p.60).

Apesar das três opções alternativas, é o status de consultoras no ECOSOC que reforçará, internacionalmente, a capacidade de uma ONG na atuação e pressão à governos e opinião pública em prol de suas causas, dando a estas a visibilidade necessária.

1.12 Conclusão parcial

. O papel exercido pelas OIs, dentro do sistema internacional, começa a tomar forma a partir da Carta das Nações de 1948, que passam a exigir ações efetivas por parte do Estado a novos problemas sociais, políticos e econômicos.

. Estes novos desafios, vão transformar o Direito Internacional e seus sujeitos, em especial, o Estado e seu conceito clássico de soberania, vindo com a Revolução Francesa. Não se trata mais de uma única nação, porém, da Humanidade como um todo.

. De vocação universal, coube à ONU transformar as relações dos sujeitos internacionais e aumentar a conscientização dos Estados sobre os problemas que enfrentam estes sujeitos.

. As OIs e os Estados não conseguem coordenar e resolver ações referentes a temas como segurança, saúde, meio ambiente, entre outros, dando espaço para atuação de novos sujeitos no cenário internacional, como os atores não governamentais privados, as ONGs, dando-lhes mecanismos de colaboração formal e informal de cooperação civil, com deveres e privilégios bem demarcados.

. Com a globalização, o Estado tem seu poder reduzido; por outro lado, ela vai permitir que o conceito de soberania seja transformado em interdependência. A globalização também aumentou o protagonismo dos atores internacionais, como a sociedade civil organizada, gerando uma interconexão nas relações sociais, culturais, políticas e econômicas. Mesmo assim, não houve a harmonia pretendida dentro do cenário mundial.

. O protagonismo das ONGs, apesar de sua importância reconhecida pela ONU, ainda gera discussões no tocante à transparência, já que não são eleitas como porta-vozes da sociedade como um todo e seus aportes financeiros e processo administrativos obedecem à regras próprias e fechadas.

. O reconhecimento das ONGs por parte da ONU não significa apoio político ou financeiro pela organização, mas sim, uma normatização de procedimentos em suas ações, rigorosamente observadas e analisadas através do ECOSOC, principal órgão internacional de referência das ONGs.

A partir do segundo capítulo, o presente trabalho vai analisar a questão do feminismo e da igualdade de gênero, através da participação da brasileira Berta Lutz, em especial, sua atuação na Carta das Nações; os principais tratados e conferências internacionais propostos pela ONU na defesa de mulheres e a criação e contribuição do SI e da SIA na elevação do status de mulheres e meninas.

2. A Mulher como Agente de Mudança

Desde a Antiguidade, filósofos como Aristóteles já sustentavam a ideia de inferioridade e submissão da mulher perante a superioridade do homem. O patriarcado pressupôs que o sexo determinava as funções sociais e o Estado moldou uma sociedade cuja identidade social baseava-se nos papéis atribuídos a homens e mulheres. Assim, a História da Humanidade veio sendo contada sob o prisma masculino.

Contudo, Jardim-Pinto (2010) chama a atenção para o fato de que na história ocidental sempre houve mulheres a lutar por sua liberdade e por sua condição, mesmo sob intensa perseguição. Como exemplo, a autora cita a Inquisição da Igreja Católica, implacável com qualquer mulher que desafiasse os princípios estabelecidos por ela como ordem social, ou, ordem do mundo, o que não as impediu deste confronto, mesmo tendo como destino, as fogueiras.

Assim, o feminismo, enquanto movimento social, surge no contexto das ideias iluminista transformadoras da Revolução Francesa e da Independência Americana, e se processa, em um primeiro momento, em torno da demanda por direitos sociais e políticos (COSTA, 2005). Ou seja, o feminismo é caracterizado, em grande parte, como um movimento de inclusão política:

Tratava-se de estender às mulheres os direitos que o pensamento liberal atribuía aos homens e que a Revolução Francesa prometia conceder a *todos* os homens. O eixo das reivindicações era o acesso à esfera pública e um conjunto de direitos que eram necessários para que tal acesso pudesse ocorrer, como os direitos à educação e à propriedade. Não por acaso, a face mais visível do movimento feminista do século XIX é o sufragismo: a luta pelo direito de voto sintetiza a exigência de igualdade política entre mulheres e homens (MIGUEL, 2017, p.01).

As *sufrajetes*, como ficaram conhecidas, promoveram grandes manifestações em Londres, foram presas várias vezes, fizeram greves de fome. Em 1913, na famosa corrida de cavalo em Derby, a feminista Emily Davison atirou-se à frente do cavalo do Rei, morrendo (JARDIM-PINTO, 2010, p.15).

2.1 O feminismo e a luta pela igualdade de gênero

Na opinião de Miguel (2017), pode-se dizer que o sufragismo venceu em seu objetivo principal, já que o direito de voto foi conquistado pelas mulheres na maior parte dos regimes eleitorais nas primeiras décadas do século XX – no Reino Unido,

foi conquistado em 1918 -porém, as sufragistas não conquistaram a transformação ou redefinição no espaço doméstico, em particular e na sociedade, no geral. Porque para além do aspecto político, a condição feminina sempre esteve ligada à questão de gênero.

Com relação ao movimento feminista no Brasil, Duarte (2003, p.151) também aponta que a grande derrota do movimento feminista

foi ter permitido que um forte preconceito isolasse a palavra, e não ter conseguido se impor como motivo de orgulho para a maioria das mulheres. A reação desencadeada pelo antifeminismo foi tão forte e competente, que não só promoveu um desgaste semântico da palavra, como transformou a imagem da feminista em sinônimo de mulher mal amada, machona, feia e, a gota d'água, o oposto de "feminina".

Ckagnazaroff e Machado (2008) veem *gênero* como um conceito socialmente construído. A partir dos sexos masculino e feminino, a sociedade agrega aos dois diferentes significados, valores e atributos para moldar o mundo de acordo com a concepção do que é próprio ao mundo masculino e ao mundo feminino. Os autores argumentam que este modelo pode enfatizar uma falsa idéia de que todas as mulheres são iguais por serem mulheres e assumirem o modelo feminino de visão de mundo e o mesmo acontecendo com os homens, por assumirem o modelo masculino.

A relação de gêneros quase sempre geraram condições desfavoráveis às mulheres, iniciadas a partir da família, da escola e da igreja. Neste sentido, Molyneux (2007) faz distinção entre as necessidades práticas de gênero – que surgem das ideologias de gênero e da divisão sexual do trabalho - e interesses estratégicos de gênero, que se refere essencialmente à mudança da posição das mulheres na sociedade. Para a autora, é necessário destacar a importância da organização e mobilização das próprias mulheres para conquista de seus interesses estratégicos, ou seja, essa conquista resulta de uma ação coletiva.

Duarte (2003) diferencia quatro momentos do feminismo no País e suas bandeiras à época: 1830, 1870, 1920 e 1970, dos quais vamos resumir os três primeiros períodos por seu direcionamento no contexto desta dissertação.

Na primeira fase, a luta se restringiu ao direito básico de aprender a ler e a escrever, então reservado ao sexo masculino e o nome que se destaca é o de Nísia Floresta Brasileira Augusta, para a qual a educação seria a forma da mulher compreender o grau de submissão a que era imposta. O momento seguinte já apresenta uma “imprensa feminina”, em especial no Rio de Janeiro, que destaca as primeiras exigências de participação política, fortalecida pelas notícias de brasileiras fazendo cursos universitários, no exterior e no país:

E a cada nova médica ou nova advogada, a imprensa feminista expressava seu regozijo pela importante vitória “sobre os conceitos brutais da educação atrofiante, ainda infelizmente em vigor”. Mas também a literatura, o teatro e a imprensa masculina se manifestavam, encarregando-se de ridicularizar as doutoras e insistindo que seria impossível manter um casamento, cuidar de filhos e exercer uma profissão. A resistência à profissionalização das mulheres da classe alta e da classe média permanecia inalterada, pois esperava-se que elas se dedicassem integralmente ao lar e à família. Apenas as moças pobres estavam liberadas para trabalhar nas fábricas e na prestação de serviços domésticos (Duarte, 2003, p. 158).

Segundo a autora, o nome expressivo deste período é o de Josefina Álvares, a primeira mulher a defender publicamente o voto feminino. O início do século XX encontra as mulheres em busca de maior organização, mas pressionando a sociedade não apenas pelo direito ao voto, como pela ampliação do campo de trabalho, já que, fora da família, as opções profissionais eram aquelas que mantinham o status feminino (de gênero), como o magistério ou a enfermagem.

Com a Primeira Guerra Mundial, mudanças estruturais e de costumes fizeram com que a presença da mulher fosse exigida e absorvida pelo ambiente de trabalho fora do lar, com sua dinâmica econômica redimensionando o que a História e a sociedade chamavam de mundo masculino. Este mundo começava a ruir e a urgência de qualificar a mulher para o trabalho tornou-se fundamental. A transição do lar para o mercado de trabalho e, conseqüentemente, para a economia, fez com que a mulher começasse a ser consciente de seu papel social e de possível mudança na sociedade (JARDIM-PINTO, 2010).

Neste primeiro momento, podemos dizer que o engajamento das mulheres transcendeu às necessidades básicas de saúde e educação e as remeteu para um patamar que as poderia transformar em sujeitos da própria vida e romper os limites da esfera familiar, o duo pai-marido, ou na falta destes, irmãos e filhos, conforme o caso. Era preciso, assim, construir referências coletivas para as necessidades de respeito e expressão política exigidas pela mulher (DUARTE, 2003).

Entretanto, já no século XXI, nenhum país possui igualdade total entre homens e mulheres. Os pontos mais problemáticos continuam a ser a oportunidade profissional e econômica e a participação na política. Mesmo a Suécia, país no topo do ranking de igualdade, a mulher recebe 71% do salário de um homem na mesma posição. Nos Estados Unidos, em 2005, somente 15% dos cargos parlamentares, ministeriais e de chefes de Estado eram ocupados por mulheres em 2005 (AMARAL, 2012).

Em 2012, a Revista Forbes, conhecida por sua listas “dos mais” (poderosos, ricos, famosos, entre outros) elegeu Angela Merkel como a mulher mais poderosa do mundo. Isto significa avanço, dentro das conquistas femininas contra o machismo e pela igualdade de gêneros? Na Alemanha, as mulheres votam desde 1918, mas sabe-se que no país ainda não existe nenhuma política de combate à discriminação de gênero e a desigualdade salarial entre homens e mulheres gira em torno de 100 euros ganhos por uma mulher contra 123 euros pelos homens (23% de diferença). Ainda, embora as mulheres sejam quase metade dos estudantes, correspondem apenas a pouco mais dum terço dos colaboradores científicos, e apenas a 17% dos professores universitários (AMARAL, 2012).

No Reino Unido, as mulheres obtiveram o direito de voto em 1928. Em 2013, o relatório divulgado pelo Instituto Nacional de Estatísticas britânico destacou que as mudanças na legislação, para igualdade de gênero, contribuíram para leis contra discriminação sexual, contra diferenças de salários para um mesmo cargo e a favor do direito da mulher à licença-maternidade. Porém, o mercado de trabalho no Reino Unido está longe de ser justo na prática: os empregos de altos salários continuam dominados pelos homens; com base nas profissões mais populares, o relatório

apontou diferença média salarial de 20% entre homens e mulheres (UK STATISTICS AUTHORITY, 2013).

A França, reconhecida como berço do feminismo e da luta pela universalização dos direitos civis foi um dos últimos países da Europa onde mulheres passaram a participar da escolha de seus representantes políticos. Apesar da luta feminista de Olympe de Gouges, durante a Revolução Francesa, apenas em 1944, as mulheres conquistaram o direito de eleger e de serem eleitas e um ano depois, em abril de 45, participaram das primeiras eleições municipais do pós-guerra e em outubro, escolheram os líderes nacionais. Os opositores do voto feminino argumentavam que os deveres de mãe e esposa eram incompatíveis com o exercício desse direito. E também alegavam que as mulheres eram muito influenciadas pela Igreja, o que contrariava o ideal de Estado laico (FRANCE MÉDIAS MONDE, 2015).

No Brasil, a conquista do voto feminino é resultado de um processo iniciado antes mesmo da proclamação da República: em 1880, Izabel Mattos Dillon, formada em Odontologia pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, solicitou sua inscrição na lista de eleitores do Rio Grande do Sul. O juiz municipal indeferiu a petição, mas o juiz de direito, Dr. José Lomelino de Drummond, baseando-se no art. 4º da Lei Saraiva (“Serão eleitores todos os diplomados por qualquer faculdade do Império”), concedeu o título de eleitor à Izabel (PRIORI, 1995).

Em 1894, a Constituição Municipal da cidade de Santos, no Estado de São Paulo, foi pioneira e promulga o direito das mulheres ao voto – a medida, porém, foi derrubada no ano seguinte pela Constituição Estadual. Com a República, em 1905, desta vez, em Minas Gerais, três mulheres conseguiram se alistar e votar (PRIORI, 1995).

Mas foi em 1927, que a professora Celina Guimarães obteve o primeiro título de eleitor feminino, na cidade de Mossoró, Rio Grande do Norte, com base na legislação estadual, criada pelo governador Juvenal Lamartine, que possibilitou a eleição de Alzira Soriano para a prefeitura de Lages em 1929 (PRIORI, 1995).

Na prática, porém, as mulheres começaram a votar e receber votos em âmbito nacional a partir de 1933, na eleição para a Assembleia Nacional Constituinte. Em 1988, veio a maior conquista: a Constituição Federal, que consagrou a igualdade de gênero como direito fundamental. Em 2002, o Novo Código Civil consolidou as mudanças constitucionais. Portanto, no aspecto legal, nada poderia obstruir a igualdade de gênero no Brasil. Então, o que tem impedido que ela aconteça na prática?

Quando nos defrontamos com esta pergunta, Pitanguy (2011) chama atenção para o critério de sexo (ou de gênero) como fundamental para demarcar a menos valia das mulheres ao longo dos séculos, em um caminho de menortitularidade e aponta que, se na Grécia Antiga, mulheres e escravos estavam excluídos dos direitos de cidadania, era teoricamente possível um escravo ganhar a liberdade por feitos heroicos; para as mulheres não havia possibilidade de superar sua condição de sexo.

Em 2017, ao comemorarmos os 85 anos da conquista do voto feminino, ainda permanecem dois grandes obstáculos dentro da igualdade de gênero: o abismo salarial entre os dois sexos e a desigualdade no acesso à educação. As mulheres ocupam a maioria dos bancos das universidades (quase 60%) e estudam mais que os homens, mas, em termos proporcionais, ingressam menos que eles no Ensino Fundamental (PITANGUY; BARSTED, 2011). O que torna a informação/educação cruciais para a igualdade de gênero.

E é justamente em dois campos tidos como masculino, a Ciência e a Política, que surgiu Bertha Lutz. Formada em Ciências Naturais pela Sorbonne (1918) e em Direito (1933), no Brasil, ela vai direcionar e dar coerência à luta pela igualdade entre homens e mulheres.

2.2 O ativismo feminista de Bertha Lutz

O trabalho e desempenho desta brilhante cientista e advogada para o movimento feminista do Brasil pode ser considerado como verdadeira base da luta pela igualdade de gênero, porém, os primeiros estudos existentes sobre Bertha Lutz datam da década de 1970, dentro do contexto político dos movimentos feministas

daquele período e que mostraram seu trabalho de militância e contribuição efetiva aos direitos das mulheres na sociedade como um todo, em especial, no mundo político (MARQUES, 2016). Mas a prática de Bertha transcende o feminismo. Na verdade, é uma personagem que tem atuação multifacetada em áreas como a Ciência, a Educação, o Direito e o uso correto, para seus fins, da tecnologia da época, seja o rádio como o avião com função publicitária. Conhecer resumidamente suas ações, mesmo que resumidamente, dá a dimensão necessária da importância que teve na igualdade de gêneros onde quer que esta se fizesse necessária.

Já durante sua formação acadêmica (botânica, ecologia, embriologia e química biológica) Bertha Lutz teve contato, na Europa, com a ebulição que os movimentos feministas provocavam, naquele momento de Primeira Guerra Mundial, ao expor os problemas sociais e ela começa a se envolver como movimento feminista internacional tanto na França como na Inglaterra (SOIHET, 1974; 2000), ainda que a sua mãe a proibisse de participar das manifestações de rua, por ser estrangeira e menor de idade (VENÂNCIO JUNIOR, 2016).

Quando retorna ao país em 1918, depois de formada, é contratada como tradutora pelo Instituto Oswaldo Cruz, onde simultaneamente auxiliava seu pai, o cientista Adolpho Lutz, em seus trabalhos científicos e pesquisas acadêmicas (SOUSA, 2009). Influenciada pelo pensamento feminista europeu e americano, funda, neste ano, a Liga pela Emancipação da mulher, instituição que pautava a luta por direitos iguais às mulheres, percebidas como pessoa humana e cujos direitos fossem legalmente reconhecidos para que elas pudessem ser membros ativos da sociedade. (VENÂNCIO JUNIOR, 2016).

Ainda em 1918, inicia sua campanha pública feminista publicando Cartas Feministas, na Revista da Semana, cujos textos inflamados denunciavam a opressão das mulheres, mas que já apontavam sua preocupação em organizar, de forma coletiva, o movimento feminista, defendendo a criação de uma associação que canalizasse todos os esforços isolados até então, inclusive internacionalmente (DUARTE, 2003; LOPES; SOUSA, 2004).

A conquista do direito ao voto feminino representou uma vitória, sem dúvida – embora não a única – na batalha pela redução das desigualdades que caracterizam as relações entre os sexos na vida social do país. Na primeira década do século XX, não estava claro o que o feminismo vinha ser, explica Marques (2016, p.20):

Grupos de mulheres na Europa, nos Estados Unidos e nas Américas desenvolviam seu próprio entendimento sobre a palavra. Uns se perguntavam se a igualdade de oportunidades seria mais importante que procurar a igualdade jurídica e outros pensavam ser necessário começar por romper com as amarras que prendiam a mulher ao mundo doméstico. Também havia muita controvérsia sobre o trabalho feminino [...] Convinha defender a proteção legal das trabalhadoras ou a igualdade com os homens? Seria a igualdade de participação política a grande razão de ser do feminismo? Os grupos políticos de mulheres formaram-se, cada um escolhendo uma prioridade e entendendo o feminismo ao seu modo.

Neste sentido, as principais reivindicações de Lutz, desde o início de seu ativismo, foram centralizadas e bem marcadas nos direitos à educação e profissionalização feminina (SOUSA, 2009). Desde seu retorno ao país, deixou claro que seu empenho seria para tornar viáveis políticas públicas que elevassem o status jurídico e econômico das mulheres (MARQUES, 2016).

Em 1919 ingressa, através de concurso público, no Museu Nacional do Rio de Janeiro para o cargo de “secretário”; o concurso aconteceu em meio a grande debate na imprensa, pois era vedada a participação de mulheres em seleção pública como esta; Bertha concorreu com mais dez candidatos, todos homens, um dos quais acabou desistindo por considerar uma afronta disputar com uma mulher.

A congregação que avaliou o concurso de Bertha Lutz, composta por intelectuais como Bruno Lobo, Edgard Roquette-Pinto, Alberto Betim Paes Leme, cientistas renomados da instituição, poderiam escolher entre os três primeiros colocados. Aprovada em segundo lugar, tendo Sr. Mourão dos Santos alcançado o primeiro lugar, a intelectual foi escolhida, que o foi um fato polêmico (VENÂNCIO JUNIOR, 2016, p.07).

Certamente sua formação intelectual, o ambiente científico em que já nasceu inserida e o fato de falar três línguas estrangeiras (inglês, francês, alemão), fundamentais para o cargo na instituição, facilitou a escolha controversa. Ela falava que pleiteara a vaga não apenas pelo interesse profissional, mas também por sua aspiração política: as mulheres tinham o dever e o direito de trabalhar e construir uma carreira, assim como os homens (LOPES, 2008). Não bastou ser a primeira mulher admitida no funcionalismo público no Brasil: ainda foi necessário o parecer favorável do consultor jurídico ministerial para sua admissão (SOUSA, 2009). Até

1938, Bertha Lutz foi o único brasileiro com diploma especializado em ciências naturais, curso que só naquele ano foi instituído no País.

Em toda sua trajetória, Ciência e Feminismo se interligam de forma coesa também em sua atuação política em prol da emancipação feminina, além do direito ao voto, nas questões relativas ao trabalho feminino e à legislação relativa à mulher (LOPES; SOUSA; SOMBRIO, 2004). No mesmo ano de seu ingresso no Museu, funda a Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher (DUARTE, 2003). Também em 1919 representa o Brasil no Congresso da Organização Internacional do Trabalho.

Em 1922, Bertha é enviada aos Estados Unidos para atividades museológicas e de pesquisa de campo no Grand Canyon, designada pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, do qual o Museu Nacional fazia parte. Mas não só isso: o Ministério indicou Bertha para que, durante sua permanência também estudasse os principais estabelecimentos de ensino em trabalhos manuais voltados à economia doméstica, quer os privativos de cada sexo e os que compunham o regime pedagógico norte-americano. O objetivo era buscar métodos de Ensino Doméstico para inserir no Brasil (VENÂNCIO JUNIOR, 2016). Embora tímida do ponto de vista de políticas públicas, a iniciativa mostra o lento interesse de abrir outros leques profissionais, em especial para a mulher.

Ainda nos Estados Unidos, participa, como representante brasileira, do Congresso Feminista de Baltimore, cujo tema principal discutia o feminismo e políticas sociais femininas. Durante o evento, foi eleita vice-presidente da Sociedade Pan Americana de Mulheres. Desta experiência e com o apoio das feministas norte-americanas, em sua volta ao Brasil cria a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF) – principal instituição de agremiação de mulheres até a década de 1970 no país (LOPES e SOUSA, 2004; SOUSA, 2009; VENÂNCIO JUNIOR, 2016). Com a FBPF, Bertha viu o meio de articular e organizar politicamente o movimento feminista no País, através de uma pauta de ações comuns na esfera pública.

A FBPF contava com sete pilares de empenho: 1) promover a educação da mulher e elevar o nível da instrução feminina; 2) proteger as mães e a infância; 3) obter garantias legislativas e práticas para o trabalho feminino; 4) auxiliar as boas

iniciativas da mulher e orientá-la na escolha de uma profissão; 5) estimular a cooperação entre as mulheres e interessá-las pelas questões sociais e de alcance público; 6) assegurar à mulher os direitos políticos conferidos pela Constituição e prepará-la para o exercício inteligente desses direitos e 7) estreitar os laços de amizade com os demais países americanos afim de garantir a manutenção perpétua da Paz e da Justiça no Hemisfério Ocidental (LOPES, 2009).

Os objetivos da instituição, na redação de seu estatuto, também teve a participação da líder feminista norte-americana Carie Chapman Catt, mentora de Lutz e presidente da *National Woman's League*, entidade que conduziu as negociações políticas para conquista do voto pelas mulheres norte-americanas (MARQUES, 2016, p.22), demonstrando o forte laço entre Bertha e o movimento feminista dos Estados Unidos.

Carie é a convidada de honra do Primeiro Congresso Internacional Feminista (VENÂNCIO JUNIOR, 2016), no Rio de Janeiro, organizado por Bertha em dezembro de 1922. Este era também o ano de comemoração do Centenário da Independência e

as feministas desdobraram-se para se fazer ouvir também em fóruns de prestígio. Em outubro de 1922, um grande congresso jurídico propôs o exame de teses para revigorar as instituições do país. Nesse encontro, a advogada Mirtes Campos defendeu a constitucionalidade do voto feminino [...] A vitória da tese de Mirtes Campos foi amplamente noticiada e comentada no prestigioso *Correio da Manhã* (MARQUES, 2016, p.23).

Assim, foi quase natural que o mesmo *Correio da Manhã* cobrisse o Congresso Feminista: o movimento deixava as páginas de jornais e revistas populares e passava à pauta de interesse de meios prestigiosos como aquele. Também em 1922, Bertha participa da fundação da Associação Brasileira de Educação (ABE), defendendo a co-educação entre meninos e meninas nas escolas (VENÂNCIO JUNIOR, 2016), organizando o Congresso de Educação.

No evento, defendeu e conquistou o acesso feminino no Colégio Pedro II, principal instituição de ensino secundário do Rio de Janeiro – e porta de entrada para o ensino superior – até então de matrícula exclusiva aos meninos (LOPES, 2009). A ABE regeu o pensamento das reformas educacionais do Brasil; organizou no Rio e

Janeiro um recenseamento que pode dividir o público escolar, por idade, sexo e distritos. Bertha Lutz participou do núcleo de intelectuais daquela instituição (VENÂNCIO JUNIOR, 2016).

Em 1923, é aprovada em primeiro lugar para o cargo de professor da Cadeira de Botânica da Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Rio de Janeiro. Em 1925, nos Estados Unidos, durante sua viagem de estudos sobre árvores frutíferas das regiões tropicais e subtropicais, em especial as cultivadas no Brasil participou, em Washington, como presidente da Conferência Interamericana de Mulheres (LOPES; SOUSA; SOMBRIO, 2004).

A necessidade de articular a luta pelos direitos das mulheres, utilizando embasamento jurídico fez a FBPF acompanhar a movimentação política neste sentido e sondar a opinião dos parlamentares, usando seus contatos no mundo social político. Em 1927, a instituição passou a publicar regularmente no jornal O País a seção chamada Feminismo, com artigos defendendo o voto feminino e repetindo a pergunta: “as mulheres já votam em 36 países. Por que não hão de votar no Brasil?”. Também publicavam manifestações favoráveis à causa, de diversas personalidades, políticos ou não, por exemplo, a plataforma eleitoral que Washington Luís apresentou ao concorrer à Presidência da República, da qual constava seu apoio ao sufrágio feminino (MARQUES, 2016).

Para melhor trafegar neste mundo jurídico, Bertha inicia, em 1928, o curso de Direito. À época, por exemplo, o Código Civil permitia que o marido, caso quisesse, pudesse tirar a esposa de qualquer emprego que julgasse atentar contra sua honra (VENÂNCIO JUNIOR, 2016). Bertha foi a primeira mulher a sobrevoar o Rio de Janeiro de avião, em 1928, jogando panfletos a favor do voto feminino (LOPES, 2009).

Assim, no plano político, indica o nome de Alzira Soriano, em 1929, para concorrer, pelo Partido Republicano Feminino, ao cargo de prefeita do Município de Lajes (Rio Grande do Norte), derrotando o coronelismo da região por 60% dos votos, o que a tornou a primeira prefeita da América do Sul (DUARTE, 2003). De acordo com Lopes

(2009), mesmo ano, funda a União Universitária Feminina (UUF, posteriormente denominada Associação Brasileira de Mulheres Universitárias).

A UFF tinha caráter de engajamento de profissionais (advogadas, médicas, pintoras, professoras) com objetivos de

‘precisamente, coordenar os esforços das mulheres diplomadas ou matriculadas em universidades e escolas superiores, no sentido de auxiliarem-se mutuamente na carreira, defenderem os interesses femininos nas profissões liberais, desenvolverem a intelectualidade feminina brasileira e colaborarem na solução dos problemas sociais’ (LOPES, 2009, p.114).

Entre seus primeiros projetos achariam-se ‘várias medidas de apoio à mocidade feminina matriculada nas nossas Universidades e outras relativas à adaptação do ensino secundário feminino, de modo a permitir o maior número de mulheres adquirir preparo adequado, afim de matricular-se nas Escolas Superiores do país’ (LOPES, 2009, p.115)

As associadas da UUF quando se formavam eram recebidas com o “Chá da Vitória”. A instituição se constituía de dois Departamentos (Intelectual e de Assistência) e duas Comissões (de Relações Internacionais e de Paz) e também prestava auxílio às associadas, que deveriam ser portadoras de diploma ou estar matriculadas em universidade ou escola superior universitária “oficialmente reconhecida”. A UUF ainda mantinha parcerias com instituições norte-americanas para Bolsas de Estudos ou de Pesquisas, entre estas o *Institute of International Education* (Nova Iorque); Federação Internacional de Mulheres Universitárias; Associação Americana de Mulheres Universitárias e a Federação de Clubes Femininos de Ohio. A União Universitária Feminina mantinha as contempladas por um ano letivo para especialização ou pesquisa, financiando a contemplada associada em todas as despesas de matrícula, moradia, entre outras (LOPES, 2009).

O movimento civil-militar que depôs Washington Luís em outubro de 1930 trouxe novos rostos ao centro do poder, gente com quem as feministas ainda não estavam habituadas a dialogar. Cautelosamente, tanto a Federação como a UFF decidiram se manter como observadoras dos acontecimentos políticos. Porém, uma ativista recentemente admitida à FBPF ou soube romper com estas diretrizes:

a advogada gaúcha Natércia da Silveira discursou nas escadarias do Palácio Tiradentes, saudando os ventos que vinham do Sul [...]. Foi o bastante para Natércia ser desligada da entidade, provavelmente em termos pouco amistosos. A ruptura deixou cicatrizes emocionais que não se sanaram. Nos anos seguintes, Bertha e Natércia protagonizaram uma

disputa pública pela bandeira do feminismo no Distrito Federal. Logo Natércia recompôs-se e, em janeiro de 1931, os jornais noticiavam o surgimento de um novo grupo político: a Aliança Nacional de Mulheres (MARQUES, 2016, pp. 32-33).

Em 1931, Bertha está à frente do programa semanal *Cinco minutos feministas*, mantido pela FBPF na Rádio Sociedade. Com desenvoltura, neste poderoso meio de comunicação, exorta a luta pela independência econômica de todas as mulheres e critica de projeto de lei que visava o direito ao voto apenas àquelas dotadas de rendaprópria. Discordando, Bertha

conclama às mães e donas de casa que se empenhem em sua independência econômica através do trabalho remunerado, para desfrutarem também dos direitos e deveres cívicos. Ao lado daquelas que já não mais se encerravam no mundo privado, considera a participação dessas senhoras do lar igualmente representativas, de “alto valor econômico e social”. Devendo lutar pelo seu reconhecimento, o exercício político e sua intervenção na formação das leis não significaria o descuido com seus lares e prole – ao contrário, beneficiaria a ambos (LOPES, 2009, p.149).

Bertha é uma das líderes da conquista do voto feminino, mas apenas em 1932 que Getúlio Vargas incorpora ao Novo Código Eleitoral o direito de voto à mulher, nas mesmas condições que os homens, excluindo os analfabetos. Em 1933 obteve o título de Bacharel em Ciências Jurídicas pela Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro e apresenta seus *13 Princípios Básicos: Sugestões ao ante- Projeto da Constituição*, promulgada em 1934. (LOPES;SOUSA;SOMBRIIO 2004;SOUSA 2009).

Suas propostas à Constituição, discutidas nas reuniões promovidas pela FBPF e levadas à Constituinte por Carlota Pereira de Queiroz, que teve sua candidatura à Assembleia Constituinte (1933) apoiada por Bertha e foi a única mulher a participar daquele evento, envolvem temas como a situação da maternidade, infância, bem como preservação de monumentos naturais, proteção da natureza e a importância da conservação da flora e fauna do país. No documento afirma que “qualquer forma de representação funcional (de classe) abrangerá a representação social e cultural, sendo dada participação à mulher, às agremiações representativas da ação social e cultural e às universidades” (LOPES;SOUSA;SOMBRIIO 2004, p.102). Os 13 Princípios que deveriam nortear a Constituição tratavam da:

- 1) racionalização do poder; 2) organização da economia; 3) dignificação do trabalho; 4) nacionalização da saúde; 5) generalização da previdência; 6) socialização da instrução; 7) democratização da justiça; 8) equiparação dos

sexos, 9) consagração da liberdade; 10) proscricção da violência; 11) soerguimento da moral; 12) flexibilidade do direito e 13) dinamização da lei (MARQUES, 2016, p.55).

O terceiro Princípio trata da Dignificação do Trabalho e Lutz aborda a dupla jornada da mulher operária, propondo a proteção da lei sem distinção de sexo e nacionalidade. Bióloga, ela não deixa de usar metáforas naturalistas até em sua manifestação política quando, por exemplo, utiliza o termo “parasitismo”, em seu entender, “quer biológico, social ou econômico, todos sinônimos de degeneração” (LOPES;SOUSA;SOMBRIIO 2004, p.102).

No oitavo Princípio, Bertha Lutz discorre sobre a igualdade de gênero, justificada pela diferença e não inferioridade da organização anátomo-fisiológica. Nesse Princípio, a cientista explica que o cérebro da mulher não é inferior ao do homem e que os caracteres sexuais são secundários e derivados das funções reprodutivas. Mas é no Princípio 10, sobre o combate à violência, que Bertha utiliza elementos da Paleontologia comparando o comportamento violento masculino à bestialidade:

Se a força tivesse maior capacidade realizadora do que a inteligência, o mundo seria dominado, não pelo organismo inerte do homem, mas pela musculatura e presas das grandes feras, hoje extintas, como o tigre com dentes de sabre e o urso das cavernas’ (LOPES;SOUSA;SOMBRIIO 2004, p.103).

Mesmo convivendo com o mundo da Ciência, Bertha também chama atenção ao papel desta e da religião (outro domínio masculino) na efetivação da paz (11º Princípio):

para que servem as descobertas da ciência, o aperfeiçoamento da técnica, a inspiração da arte genial [...] os vinte séculos de cristianismo, se as civilizações masculinas ainda não encontraram outra solução para suas contendas’(LOPES;SOUSA;SOMBRIIO 2004, p.103).

Em 1933, Bertha e outras ativistas fundariam ainda a União Profissional Feminina e a União das Funcionárias Públicas (LOPES, 2009). Ela considerava as mulheres tanto como agentes/educadoras quanto como receptoras/educandas e a partir da educação, lutou por uma nova função social feminina, apoiada tanto em sua inserção científica e institucional quanto no movimento feminista do qual fazia parte (SOUSA, 2009).

Sousa (2009) também chama atenção que Bertha Lutz foi um produto de seu tempo e soube tirar partido, para seus ideais feministas, de uma educação e círculos sociais privilegiados. Para a autora, o elo entre Ciência e Feminismo na trajetória de Bertha era a educação:

A questão educacional foi centro de intenso debate público na época e esteve presente entre os interesses de diferentes segmentos da sociedade: cientistas em busca da divulgação, legitimação e “aplicação” de seus trabalhos, e uma vertente do movimento feminista que defendia a emancipação de mulheres através de sua instrução. A educação, para uma parcela de intelectuais, da qual Bertha também fazia parte, era defendida como a forma mais acabada de promover a evolução dos indivíduos e, por conseguinte, o Progresso da Nação. Tais questões passam a ser pautadas também por um crescente interesse governamental, principalmente no regime varguista, a partir de 1930 (Sousa, 2009, p. 19).

Com este panorama social da época, autores como Costa (2005) atribuírem seu ativismo a um movimento de elite, de aspiração burguesa, a que chamam de “bem comportado” e conservador, que implicaria em uma manutenção dos papéis tradicionais femininos, já que nos seus 13 Princípios para a Constituição, o divórcio nem sequer é mencionado. Porém, deve-se entender o contexto histórico em que Bertha viveu, em especial, em um país que mal tinha saído do regime escravocrata. Pertencia, sim, a uma elite letrada, da qual faziam parte poucas mulheres, porém sua trajetória profissional, no campo da Ciência, em especial, teve mérito próprio.

Seu reconhecimento internacional nesta área lhe deu o devido respeito em sua atuação feminista: foi com sua autoridade científica que escreveu os 13 Princípios enviados à Constituinte de 34, onde expôs a crítica ao mito da inferioridade feminina, afirmando a necessidade da educação e profissionalização das mulheres para romper com o atraso que a sociedade masculina insistia em mantê-las (LOPES; SOUSA; SOMBRIO, 2004). Marques (2016, p.10) também discorre que o voto feminino não foi alcançado apenas porque o momento social e econômico da elite exigia, mas teve relação direta com o embate entre as feministas, das quais o grupo liderado por Bertha se destacava, e os atores políticos:

As diferentes experiências do ativismo das mulheres, fossem elas auto proclamadas feministas ou não, variaram conforme a maneira de as líderes perceberem o mundo público, o papel do Estado e as dinâmicas internas que se instauram em cada grupo político.

Neste sentido, Lopes (2009) explica que muitas mulheres buscavam os movimentos e associações feministas como forma de continuarem a estudar e ter qualificação profissional, sem de fato exercer a luta feminista:

Assim, Bertha Lutz contou com uma ampla rede de mulheres que já se educavam e se profissionalizavam, e que lutaram para ampliar ainda mais as condições de acesso ao ensino e profissionalização do contingente feminino. No movimento organizado, relacionadas com instituições científicas e educativas nacionais e estrangeiras – assim como iniciativas feministas internacionais -, promoviam o incentivo, bolsas de estudo e o auxílio em suas carreiras (LOPES, 2009, p. 155).

A autora afirma que Bertha incentivava suas contemporâneas a cumprirem seus papéis, devidamente contextualizados à sua época, em especial, a maternidade e aí, talvez a crítica à manutenção do papel tradicional da mulher, que alguns autores ainda fazem à Lutz.

Contudo, para ela, a maternidade tinha outro significado e por isso mesmo, merecia o devido cuidado do governo:

O lar não cabe mais no espaço de quatro muros – vai além. Lares são todos os palácios e casebres, fábricas, ateliês, repartições públicas onde palpitam corações de mães, opulenta sou operárias, economicamente independentes ou obrigadas a trabalhar pela sua subsistência. Lares são todas as escolas, onde se vão criando os filhos da Nação. A proteção à Infância, à mulher, à mocidade, não podem mais ser adstritas aos particulares, tem que ser criadas as instituições competentes; a pacificação do mundo e outras questões de magna importância tem que ser levantadas nas Assembleias Legislativas pela voz da mulher (LOPES, 2009, p. 147).

Aliás, Bertha não via qualquer dilema com relação à maternidade, porém bateu-se pela educação das mulheres para que estas pudessem ser mães esclarecidas, para formar cidadãos. A informação, neste caso, é o que moveria a mulher para fora do ambiente de submissão, concordando com o pensamento de Araújo (1999, p.155), para o qual

No contexto das práticas sociais, a informação é um elemento de fundamental importância, pois é por meio do intercâmbio informacional que os sujeitos sociais se comunicam e tomam conhecimento de seus direitos e deveres e, a partir deste momento, tomam decisões sobre suas vidas, seja de forma individual, seja de forma coletiva.

Para Lutz, se o século XIX havia representado o desenvolvimento científico e as unificações nacionais, para uma nova etapa rumo ao estabelecimento da Paz, o século XX demonstraria outro momento histórico importante: as inovadoras

descobertas da Ciência, o estreitamento de relações entre os países e a inclusão das mulheres em todos os setores da sociedade, com seus direitos e responsabilidades (LOPES, 2009).

Outra crítica à Bertha Lutz diz respeito à sua aproximação com o governo Vargas. Venâncio Junior (2016, p.14), afirma que, “como mulher, cientista e intelectual, ainda que sendo da elite, usou da sua pertença, do seu prestígio científico, para abrir espaços para defender aquilo que defendia como educação e progresso”. Na verdade, as feministas do grupo de Bertha,

desde a chegada de Vargas ao poder, não pararam de se articular com as novas forças políticas, de procurar entender em que direção país caminhava e tirar o melhor proveito dos recursos políticos de que dispunham (MARQUES, 2016, p.17).

Bertha soube compreender que o voto era apenas um dos fios que prendiam a mulher; a falta de amparo legal que permitisse empregos com melhor remuneração, mesmo as com ensino superior, mantinham as mulheres na dependência dos homens.

Sem direitos políticos, tratadas pela legislação civil como tuteladas e com limitadas perspectivas de trabalho, as mulheres no Brasil viviam no limbo dos direitos que a ordem liberal proclamar a serem universais. A saída era cultivar uma calculada imagem pública de serenidade para dialogar com os homens poderosos (MARQUES, 2016, p.22).

A criação da *Aliança Nacional de Mulheres*, lideradas por Natércia da Silveira, fez com que Bertha e suas colaboradoras tivessem um bom incentivo para estabelecer pontes com o governo provisório de Vargas e em março de 1931, a Federação anuncia, para junho, o *Segundo Congresso Internacional Feminista*; para o evento, representando o governo, Vargas nomeia Maria Eugênia Celso. O Congresso, que debatia temas como assistência social profissionalizada e considerações sobre o modelo de boa mãe de família, evitou temas espinhosos, como as condições de vida das operárias. Porém, do ponto de vista da Federação, foi uma aproximação estratégica com o governo e no documento encaminhado a ele, infantizou-se a necessidade de franquear o direito ao voto feminino (MARQUES, 2016). Em fevereiro de 1932, o Código Eleitoral prevê o sufrágio feminino.

Não havia dúvidas, dentro da Federação, quanto ao nome de Bertha para a Assembleia Legislativa de 32. Porém os apoios táticos se mostraram mais delicados

no confronto com as demais feministas, entre eles, o da Igreja. Se Bertha mantinha silêncio quanto ao divórcio, a razão era, entre outros exemplos públicos, o discurso do Bispo de Niterói, D. José Pereira Alves, em 1927, no qual elogia o feminismo por este não “desintegrar a mulher do lar [...] e sempre terá as bênçãos da Igreja” (MARQUES, 2016, p. 46). Este apoio teve um alto custo para Bertha, que viu a Federação começar a se esvaziar.

Em outubro de 1932, a exemplo do que as norte-americanas passaram a fazer após conquistarem o direito de votar, a Federação promoveu jornadas de estudos constitucionais, com juristas de renome, sempre mediadas por uma das diretoras, em especial, Bertha. Iniciativas desse tipo geravam interesse na imprensa, que noticiava cada um dos encontros; as feministas do grupo de Lutz acreditavam que atrairiam, assim, não só o público de mulheres universitárias, mas as donas de casa, as comerciárias e as operárias a participar das reuniões (MARQUES, 2016).

De acordo com Venâncio Junior (2016), o Jornal O Globo de 30 de junho de 1932 apontava que 5.000 mil pessoas assinaram a indicação de Bertha Lutz para escrever a Constituinte de 1932.

Em julho de 1932, Vargas nomeia a comissão responsável pela elaboração do anteprojeto de Constituição, a se reunir no Palácio Monroe, sede do Senado. Bertha Lutz e Natércia da Silveira são nomeadas para integrar a comissão ampliada, reunida no Palácio Monroe. A subcomissão de redação do anteprojeto, composta por ministros de Estado, reúne-se no Itamaraty e não admite a participação de Bertha (MARQUES, 2016, p.149).

Em outubro de 32, Lutz filia-se ao Partido Autonomista (Rio de Janeiro) e quase é eleita para a Assembleia Nacional Constituinte, em maio de 33, obtendo 16.423 votos. Concorre à Câmara dos Deputados em 1934 e alcança a primeira suplência do Partido com 39.008 votos. “Bertha fez!” era o mote da sua campanha, já que nove de suas proposições, através Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, foram colocadas na Constituição de 34, estendendo novos direitos às mulheres:

“I – Direito à nacionalidade.

O que significa não poder ser retirada da mulher brasileira, mesmo pelo casamento com estrangeiro, a proteção do seu país, medida esta completada, agora, pela transmissão da nacionalidade aos seus filhos.

II – Igualdade política.

Com direitos idênticos entre os sexos quanto ao voto, elegibilidade, participação nos conselhos técnicos, exercício de todas as funções do poder público.

III – Direito da mulher de ocupar cargos públicos e a eles concorressem distinção de estado civil, não sendo possível demitir ou excluir a professora ou funcionária casada, como algumas repartições e estados têm feito ultimamente.

IV – Licença às funcionárias com vencimentos e sem perda das vantagens decorrentes do exercício, durante três meses, para fins de maternidade.

V – Implementação dessas medidas antes da promulgação da Constituição, pelo digno e humanitário Sr. Interventor do Distrito Federal, Dr. Pedro Ernesto, e seus colegas do Rio Grande do Sul e Mato Grosso.

VI – Participação e direção feminina, preferencial dos serviços de assistência social ligados à maternidade, infância, trabalho feminino e organização do lar.

VII – Medidas de assistência à mãe necessitada, assim como de defesa da criança contra o abandono e a exploração física, moral e intelectual.

VIII – Isenção do serviço militar obrigatório para a mulher” (MARQUES, 2016, p. 194)

Seu programa é extenso e ela agora pleiteia a reforma do Código Civil, a defesa ampla do trabalho feminino e, o mais importante em sua visão, a criação do Departamento da Mulher e da Criança. Finalmente Bertha assume uma cadeira na Câmara, em julho de 1936, em virtude do falecimento do titular do mandato do qual era suplente e onde ficou até novembro de 1937, quando Vargas fecha o Legislativo e decreta o Estado Novo.

Ainda em 36, antes de assumir a Câmara dos Deputados, mas como representante da FBPF, solicita à União Universitária Feminista que intercedessem perante o Ministério da Educação; Bertha apontava que o questionário do Ministério

não diz nenhuma palavra sobre a educação da mulher, apesar de estarem quatro professoras na comissão que o fez [...]. Como não fala em educação feminina, orientando-nos por ele pouco podemos fazer”. A estratégia elaborada por Bertha seria que a UUF enviasse ofício à Federação “pedindo em termos polidos dizer ao Ministro o quanto estranhamos não haver nada no questionário sobre o assunto” (LOPES 2009, pp.115-116).

O pouco tempo de Lutz como deputada, não impediu que levasse à Câmara não apenas pautas do movimento feminista, mas também de temas relacionados a ciência, universidade e saúde pública. Seu contato com agências públicas norte-americanas como *Children’s Bureau* e *Women’s Bureau*, a inspiram no Projeto de Lei para a criação do Departamento Nacional da Mulher (PL nº 623/1937), o qual teria como função os serviços referentes ao Trabalho Feminino no Lar; Assistência à Mulher, à Infância e à Maternidade e à Previdência Social. Também propõe a ampla reformulação dos direitos jurídicos da mulher – através do Projeto de Lei nº736/1937, que previa a criação do Estatuto da Mulher e propunha ampla alteração

nos direitos civis relacionados à mulher, estendendo-se por matérias de direito penal (MARQUES, 2016).

No primeiro Artigo e Parágrafo Único do Estatuto, escrito por Bertha, reconhecemos a insistência de sua luta pela igualdade de gêneros:

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Na organização do Estado brasileiro, baseado na lei, na paz e na justiça, é reconhecida a equivalência do homem e da mulher.

Parágrafo único. Os direitos e garantias fundamentais do indivíduo são extensivos a todos os seres humanos, sem distinção de sexo ou estado civil.

Também reconhecemos o estilo da proposta no Preâmbulo e Art. 1 de outro documento internacional, do qual Bertha teve participação fundamental. Porque se foi a feminista Natércia da Silveira quem primeiro, deste movimento, saldou Getúlio Vargas ao chegar no poder, foi Bertha Lutz quem Getúlio indicou para representar o Brasil na criação das Nações Unidas em 1945.

A Carta da ONU de 1945 constitui-se como primeiro documento internacional que menciona os direitos das mulheres como parte de direitos humanos fundamentais.

Já em seu Preâmbulo, a Carta afirma que

NÓS, OS POVOS DAS
NAÇÕES UNIDAS, RESOLVIDOS

a preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra, que por duas vezes, no espaço da nossa vida, trouxe sofrimentos indizíveis à humanidade, e a reafirmar a fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor do ser humano, na igualdade de direito dos homens e das mulheres [..]

E PARA TAIS FINS,

praticar a tolerância e viver em paz, uns com os outros, como bons vizinhos, e unir as nossas forças para manter a paz e a segurança internacionais [..].

Continua o documento:

Artigo 1

3. Conseguir uma cooperação internacional para resolver os problemas internacionais de caráter econômico, social, cultural ou humanitário, e para promover e estimular o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião².

²<https://nacoesunidas.org/carta/>

Contudo, no Encontro que selou a Carta das Nações, apenas 3% dos 160 representantes de 50 países eram mulheres. Porém, foi Bertha Lutz que, além de ter sido a porta-voz para o direito de gênero constar no texto deste documento, observou que “nunca haverá paz no mundo enquanto as mulheres não ajudarem a criá-la”.

Bertha tinha um objetivo bem específico ao aceitar o pedido de Getúlio Vargas para representar o Brasil, como delegada plenipotenciária, e lutar pelos direitos da mulher no Encontro de San Francisco: exigir que a igualdade entre homens e mulheres entrasse textualmente na Carta das Nações Unidas. Lutz foi a primeira mulher a integrar uma delegação diplomática brasileira nessa qualidade.

Ela conseguiu seu intento no Preâmbulo da Carta, no item 3 de seu Artigo 1 e no Artigo 8, o qual também garante que

As Nações Unidas não farão restrições quanto à elegibilidade de homens e mulheres destinados a participar em qualquer caráter e em condições de igualdade em seus órgãos principais e subsidiários.

Porém, o clima que antecedeu a assinatura da Carta das Nações era de urgência para a criação de um mecanismo internacional capaz de evitar outros conflitos mundiais. Ainda, um organismo de tendência universal, chamado Nações Unidas, era ambição do presidente norte-americano Franklin D. Roosevelt, morto em abril de 1945.

Além de Bertha Lutz, mais três mulheres faziam parte dos participantes que assinaram o tratado: Virginia Gildersleeve (Estados Unidos), Minerva Bernardino (República Dominicana) e WU Yi-fang (China). A Rússia não enviou representantes mulheres alegando que a viagem sobre o Polo Norte seria muito desgastante para os corpos femininos. Importante destacar que outras mulheres também participaram da Conferência, porém, não seguiram até a finalização e assinatura da Carta: Canadá e Uruguai enviaram representantes plenipotenciárias, que partiram mais cedo. Também enviaram delegadas o Reino Unido, México, Noruega, Venezuela e Austrália.

Em um primeiro encontro das participantes, Bertha não teve boa impressão do que iria encontrar: só compareceram a norte-americana e as duas delegadas inglesas. Na ocasião, Virginia Gildersleeve ainda observou para que a brasileira não pedisse nada para as mulheres na Carta das Nações Unidas, porque tal atitude seria muito vulgar (SOARES, 2016).

Bertha entendia a amplitude que a questão de gênero envolvia, já que em nenhum lugar do mundo existia a igualdade de oportunidades e de direitos para as mulheres. Para Gildersleeve, a luta feminista não só estava resolvida nos países desenvolvidos, como os discursos em defesa dos direitos da mulher funcionavam apenas em países atrasados. Uma das representantes do Reino Unido frisou que o fato dela própria ter chegado ao Gabinete do Conselho de Estado, era prova de que as mulheres já haviam conquistado seus direitos e chegaram ao topo. A brasileira fez notar que uma pessoa não significava todas. De acordo com Barroso (1989), as versões preliminares da Carta, preparadas antes da própria Conferência, não mencionavam a igualdade entre os sexos; seus redatores justificaram que o assunto ainda não permitia acordo.

Durante a Conferência, as poucas mulheres presentes não formaram um grupo coeso e com posições muitas vezes inconciliáveis. Bertha apresentou proposta para criar uma Comissão sobre a Condição Feminina, apoiada pelas delegadas do México e da República Dominicana. Por sua vez, as representantes dos Estados Unidos e China argumentaram que a discriminação contra as mulheres deveria ser tema da Comissão de Direitos Humanos (Barroso, 1989).

A brasileira também rebateu a posição de Gildersleeve para a qual o termo “direitos humanos para os homens” também incluiria os das mulheres. Lutz argumentou que era de conhecimento geral de que ao longo dos séculos as mulheres tinham sido incluídas no termo “homens”, porém, isto resultou no fato de impedi-las de participarem de assuntos públicos (SOARES, 2016).

Com sólida formação acadêmica europeia e vinda de seu próprio embate político, Bertha soube se movimentar muito bem naquele ambiente e estabeleceu alianças não apenas com as representantes do México, Venezuela e Austrália, como também

os delegados de outros países, além das participantes com funções consultivas e membros de organizações feministas ou não-governamentais. Entre estas organizações estava a Soroptomist International que soube apreciar, com devido interesse, o desempenho da brasileira.

Apesar de quatro mulheres terem assinado a Carta das Nações Unidas, somente duas defenderam os direitos de gênero: Lutz e a delegada dominicana. A participação de Bertha Lutz era, ainda em nossos dias, ignorada pela própria ONU. Através da descoberta de suas anotações sobre o evento, em uma caixa da Biblioteca de Estudos Femininos da *London School of Economics* (LSE), no ficheiro pessoal de Margery Corbett Aashby, sufragista inglesa com quem a brasileira trocava correspondência. Esta documentação faz parte agora do Projeto “As Mulheres e a Carta das Nações Unidas” em parceria com a ONU e a Escola de Estudos Orientais e Africanos da Universidade de Londres (SOAS) (SOARES, 2016).

2.3 Principais Tratados e Conferências Internacionais da ONU em defesa da mulher

A Carta da ONU estabelece, assim, o envolvimento desse organismo internacional com as questões de gênero; antes relegadas ao domínio doméstico das jurisdições nacionais, passam em definitivo para o âmbito das considerações globais. Inicia-se, embora lentamente, um processo internacional de codificação dos direitos das mulheres.

2.3.1 Criação da Comissão para o Status das Mulheres (1946)

A *Commission on the Status of Women* (CSW), criada pelo ECOSOC, tinha duas funções específicas: preparar relatórios e recomendações sobre a promoção dos direitos das mulheres nas áreas política, econômica, civil, social e educacional e indicar problemas referentes aos direitos das mulheres que requeressem atenção imediata.

Apesar de sua importância para institucionalizar os direitos das mulheres no contexto internacional e de influenciar na elaboração de documentos, declarações e tratados, a esta Comissão, segundo Guarnieri (2010, p. 04),

nunca foram concedidos poderes para investigar casos suspeitos de discriminação e violação de direitos das mulheres. Com isso, a comissão nunca esteve autorizada a tomar medidas capazes de assegurar o comprometimento dos países aos critérios feministas onusianos.

Autoras como Piovesan (2001), Guarnieri (2010) e Pereira (2016) divergem quanto ao “peso” que a CSW teve na elaboração da Declaração Universal dos Direitos Humanos. As duas primeiras concordam em sua preocupação de incluir o termo “igualdade entre homens e mulheres”, evitando o uso da expressão “homem” como sinônimo de humanidade. Mas é Pereira que mostra que, mesmo com Eleanor Roosevelt na Comissão de Direitos Humanos, e dando a ela a insistência na colocação do termo de igualdade, a questão feminina ainda não tinha sido bem resolvida para os Estados em 1948 na apresentação do texto final da Declaração.

Mesmo com tais obstáculos, a Comissão para o Status das Mulheres organizou, entre 1949 e 1962, uma série de tratados para proteger e promover os direitos da mulher em áreas onde esses direitos fossem considerados vulneráveis pela Comissão; entre estes documentos internacionais estão a Convenção dos Direitos Políticos das Mulheres (1952); a Convenção sobre a Nacionalidade de Mulheres Casadas (1957); a Convenção Sobre o Casamento por Consenso, Idade Mínima para Casamento e Registro de Casamentos (1962).

2.3.2 Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948)

A Declaração dos Direitos Humanos define o elenco das liberdades fundamentais e estabelece duas categorias de direitos: os civis e políticos e os econômicos, sociais e culturais; combina, ainda, o discurso liberal e o discurso social da cidadania, conjugando valores de liberdade e de igualdade. Ela se afirma como um sistema normativo global de proteção internacional dos direitos humanos no âmbito das Nações Unidas e que, aos poucos, vai se ampliando com o advento de diversos outros documentos, nas próximas décadas, referentes a determinadas e específicas violações de direitos, como a discriminação contra a mulher (MONTEBELLO, 2000). Contudo, no início de sua elaboração esta discriminação custou a ser entendida em sua dimensão.

Novamente, é uma mulher quem fará as Nações Unidas colocar a igualdade de direitos na pauta de discussões, desta vez, a norte-americana Eleanor Roosevelt. Porém, não com a veemência de Bertha Lutz, como veremos a seguir. De acordo com o estudo de Pereira (2016, p.73),

A comissão para a qual Eleanor foi designada, chamada de Comissão de Direitos Humanos ou, simplesmente, Comissão nº3, foi criada em 16 de fevereiro de 1946, durante uma sessão do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, ficou estabelecido que ao ser criada os trabalhos dessa comissão se desenvolveriam em três etapas. Primeiro, era preciso elaborar uma declaração de direitos humanos, de acordo com o disposto no artigo 55 da Carta das Nações Unidas. Em seguida, deveriam ser criados pactos internacionais que fossem mais vinculantes que a declaração. E, finalmente, era preciso criar um instrumento adequado para assegurar a proteção aos direitos humanos e tratar os casos em que fossem violados.

Porém, prossegue a autora, para os Estados Unidos, a Comissão de Direitos Humanos era, na verdade, uma das menos importantes e que não afetaria, de forma contundente, os interesses norte-americanos. As Comissões de Orçamento e de Assuntos Legais pareciam ter maior atenção dos delegados. No entender de Pereira (2016) o fato da pouca importância dada à Comissão de Direito Humanos reflete a grande preocupação à época: a ONU, na ocasião, consideraria como primordial a manutenção da paz e acabar com os possíveis focos de guerra, com o compromisso de proteger os direitos humanos aparecendo em terceiro lugar no Artigo 1 dos Propósitos. Ainda, os direitos humanos aparecem em conjunto com problemas internacionais de caráter econômico, social, cultural ou humanitário (PEREIRA, 2016).

Mesmo assim, Eleanor introduziu princípios em favor da igualdade homem-mulher durante as primeiras reuniões da Comissão e incluiu a noção ainda não existente de que, se o trabalho entre homem e mulher era igual, o salário também deveria ser. Com isto, Eleanor Roosevelt acreditou firmemente em dar às mulheres as ferramentas necessárias para defender e melhorar as suas próprias vidas, oferecendo-lhes condições de serem sujeitos dos direitos humanos (PEREIRA, 2016). Mas a Declaração, em seu texto, universalizou o sentido de “igualdade”, justamente o termo que Bertha lutou para tornar-se específico em favor da mulher.

Neste sentido, Pereira (2016, p.108) aponta a generalidade dos direitos humanos na Declaração que, por abrangentes demais, não especificam para quem seriam:

Essa configuração exige a declaração de garantir esses direitos a cada pessoa, individualmente, pois, se os mesmos são para todos da humanidade, ao mesmo tempo não são para ninguém. Ou seja, se não é possível identificar a quem se destina o direito, não é possível saber se esse direito foi recebido e está sendo efetivado junto àqueles que os receberam

Com relação aos direitos da mulher, este aparece apenas no quinto parágrafo do Preâmbulo:

Considerando que, na Carta, os povos das Nações Unidas proclamam, de novo, a sua fé nos direitos fundamentais do Homem, na dignidade e no valor da pessoa humana, **na igualdade de direitos dos homens e das mulheres** e se declaram resolvidos a favorecer o progresso social e a instaurar melhores condições de vida dentro de uma liberdade mais ampla. (DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, 1948).

Embora reconheça a igualdade de direitos, a Declaração não atribui quais sejam estes direitos às mulheres:

A Declaração reconheceu que esse grupo possui direitos, mas não identificou quais são esses direitos. Deste modo, a despeito de ter sido reconhecida como portadora de direitos pela DUDH, a mulher não teve seus direitos identificados, muito menos a sua definição como sujeito. Isto é, não houve por parte dos redatores da Declaração o reconhecimento da luta feminina por direitos (PEREIRA, 2016, p.107).

Pereira discorre que as verdadeiras vozes pela causa feminista não foram realmente ouvidas, apesar do trabalho sério de Eleanor; talvez, pelo fato dela própria não pertencer ao movimento, como Lutz: em suas correspondências, Eleanor toma conhecimento do movimento feminista apenas em 1919 (PEREIRA, 2016): mas conhecimento, não significa prática. Desta forma,

Nas reuniões para arrecadação da DUDH, outros falaram por elas. Isso pode ser constatado pela leitura da documentação produzida a partir dos debates para a elaboração da Declaração de 1948, na qual se verifica a inexistência, à exceção dos próprios redatores, de participação direta de outros grupos, principalmente formados por mulheres. Essa carência fora suavizada, à época, pelo compromisso de que a atribuição aos direitos, ou melhor, a imposição de medidas para que os Estados participantes da ONU garantisse maior proteção aos direitos humanos, seria estabelecida com a criação do Pacto Internacional sobre os Direitos Cívicos e Políticos de 1966 e do Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais de 1976. [...] a elaboração dos pactos seria feita futuramente, ao passo que a Declaração deveria ser escrita para que fosse aprovada o mais rápido possível. Diante desse panorama, para que o projeto da Declaração dos Direitos Humanos fosse aprovado pelos representantes dos Estados na Assembleia Geral, era preciso que contivesse um conjunto não vinculante de princípios. Ou seja, deveriam ser escritos artigos que não obrigassem os Estados a estabelecer medidas imediatas em relação aos direitos humanos. Tal processo só seria aprovado se fosse lento e gradual (PEREIRA, 2016, p.109).

Apesar da Declaração fazer referência explícita à igualdade de direitos entre homens e mulheres, a avaliação sobre o cumprimento dos direitos humanos não tratou especificamente das violações aos direitos humanos das mulheres.

2.3.3 Convenção sobre os Direitos Políticos da Mulher (1953)

Segundo Guarnieri (2010), a Comissão sobre o Status das Mulheres exerceu influência na elaboração da Convenção dos Direitos Políticos das Mulheres, adotada pela Assembleia Geral da ONU em 1952, cujos objetivos principais eram o reconhecimento e a proteção dos direitos políticos das mulheres. O texto incluía a cidadania política, o direito ao voto, o direito à concorrer às eleições bem como ocupar funções ou cargos públicos; tais garantias suscitaram resistências e reservas, quando de sua ratificação pelos Estados.

A Comissão, ainda na década de 50, chamou a atenção de outros organismos da ONU para questões de costumes e tradições prejudiciais à saúde, dignidade e bem-estar de meninas e mulheres, como os dotes para casamento, testes de virgindade e mutilação genital. O grande desafio permanece até nossos dias: entender que são partes da cultura e tradição de um povo, cuja prática viola a dignidade humana e como suprimir tais aspectos culturais, sem os princípios de não-interferência nas questões internas dos Estados membros. Em 1954, “apesar das divergências, a Assembleia Geral conseguiu aprovar resolução recomendando os Estados-membros a tomarem medidas para suprimir práticas e costumes violadores dos direitos humanos das mulheres” (GUARNIERI, 2010).

2.3.4 Declaração sobre a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres (1967)

Na década de 1960, a ONU aceita, como Estados membros, dezessete nações africanas, muitas delas ex-colônias e com economias ainda elementares. Diante deste cenário, as Nações Unidas tiveram que incluir em suas ações situações até então relegadas ao Terceiro Mundo e reconheceram o papel central que as mulheres teriam no desenvolvimento econômico e social dos países, tanto como beneficiárias e, em especial, como agentes de mudanças (GUARNIERI, 2010).

A partir de 1965, a Comissão sobre o Status das Mulheres começa a trabalhar, no que se tornaria a Declaração sobre a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres, adotada em 1967 e que pode ser considerada como documento representativo, no plano internacional, de afirmação dos direitos das mulheres, pois incluía, em um único instrumento legal, padrões internacionais que articulavam direitos iguais de homens e mulheres. Contudo a Declaração não se efetivou como um tratado. Para Guarnieri (2010), apesar de sua força moral e política, ela não estabeleceu obrigações para os Estados: seu caráter era recomendatório e não-coercitivo, o que limitava seus efeitos na prática.

Esta obrigação dos Estados-membros era um dos pontos de trabalho contínuo da Comissão para o Status das Mulheres e outra tentativa de incorporar força de lei à Declaração aconteceu na década de 70.

2.3.5 I Conferência Mundial sobre a Mulher, Plano de Ação Mundial e Ano Internacional da Mulher (1975)

Em 1975, a ONU realizou, na Cidade do México, a Primeira Conferência Mundial sobre a condição jurídica e social da mulher; nesta Conferência identificam-se como objetivos principais: garantir às mulheres o acesso à educação, ao trabalho, à participação política, à saúde, ao planejamento familiar e à alimentação. O Plano pedia uma Convenção para a Eliminação da Discriminação contra a Mulher, porém, com procedimentos legais efetivos para sua implementação (PIMENTEL, 2008).

A Conferência do México também serviu para marcar o Ano Internacional da Mulher e, pela primeira vez, se desenvolveu um Fórum de Organizações Não Governamentais em paralelo às discussões plenárias, cujo lema foi “Igualdade, Desenvolvimento e Paz” (GAURNIERI, 2010; FÁVERI, 2014). Com 14 mil representantes de 113 países, o evento mobilizou mulheres de várias partes do mundo e fortaleceu o relacionamento entre a ONU e a sociedade civil, por meio da atuação das ONGs participantes (embora ainda não tivessem poder suficiente para negociar com as delegações governamentais presentes) e aprovou ainda diretrizes a toda comunidade internacional para os dez anos seguintes, no que foi reconhecido, meses mais tarde, como Decênio das Nações Unidas para a Mulher (1975-1985).

O estabelecimento de toda uma década voltada para as mulheres refletia a consciência da gravidade da situação da mulher no mundo, trazendo para primeiro plano as questões femininas e ajudando a promover, organizar e legitimar o movimento internacional das mulheres (GUARNIERI, 2010, p. 09).

2.3.6 Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW) (1979)

De acordo com Pimentel (2005), esta Convenção deve ser tomada como parâmetro mínimo das ações estatais na promoção dos direitos humanos das mulheres e na repressão às suas violações, tanto no âmbito público como no privado, resultado de inúmeros princípios normativos e políticos que foram construídos nas décadas anteriores, dando valor jurídico à Declaração de 1967.

Barsted (2004) vê na CEDAW elementos normativos presentes na Convenção Internacional contra a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial (1968), aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1968:

As duas convenções são paradigmáticas, pois, além de definirem o conceito de discriminação, pela primeira vez, incluíram no direito internacional o tema da diversidade humana e a necessidade da criação de proteções especiais voltadas às necessidades de sujeitos de direitos específicos, complementando a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, que se referia a uma proteção geral, voltada a um sujeito de direito abstrato (BARSTED, 2004, p.56).

Na visão da autora, a CEDAW proclama a comunidade reconhecer que em quase todos os países do mundo, as discriminações por motivo de sexo, e também de raça, produziam vulnerabilidades maiores para determinados grupos e por esta razão, proteções especiais deveriam ser promovidas pelos Estados signatários dessa convenção (BARSTED, 2004).

Já Pimentel (2005) afirma que a Convenção vai além das garantias de igualdade e idêntica proteção: através de instrumentos legais vigentes, estipula medidas para o alcance da igualdade entre homens e mulheres, independentemente de seu estado civil, em todos os aspectos da vida política, econômica, social e cultural; neste contexto, os Estados membros têm o dever de eliminar a discriminação contra a mulher e adotar medidas legais, políticas e programáticas, aplicadas a todas as esferas da vida, desde questões relacionadas ao casamento à eliminação de

discriminação contra a praticada por qualquer pessoa, organização, empresa e pelo próprio Estado.

Nos artigos 1º e 6º da Convenção

os Estados-parte concordam em tomar medidas apropriadas a fim efetivar os avanços das mulheres. Estas tomam a forma de medidas constitucionais, legislativas, administrativas e outras, incluindo medidas especiais temporárias, tais como ação afirmativa, modificação de padrões sociais e culturais de conduta, além da supressão do tráfico de mulheres e da exploração da prostituição feminina (PIMENTEL, 2005, p.16).

O Comitê CEDAW possui três mecanismos para monitorar o exercício efetivo dos direitos das mulheres nos Estados signatários da Convenção: análise dos relatórios enviados periodicamente pelos Estados, com observações e recomendações específicas; recomendações gerais que buscam interpretar os direitos e princípios previstos na Convenção e as comunicações apresentadas por indivíduos ou grupos de indivíduos que aleguem a ocorrência de violações a quaisquer direitos previstos no documento (PIMENTEL, 2005).

2.3.7 II Conferência Mundial sobre a Mulher (1980)

Esta Conferência fez uma avaliação dos avanços obtidos a partir da Conferência do México e do CEDAW no ano anterior e o evento mostrou que permanecia o hiato entre a igualdade legalmente reconhecida e a real aplicação dos direitos de igualdade: era preciso mais que o reconhecimento nas leis, e sim, o exercício destes direitos, a participação das mulheres e da igualdade de oportunidades reais entre homens e mulheres.

O evento serviu como mais um alerta sobre a deterioração da situação da mulher no mundo; desta forma, o Programa de Ação da Conferência de Copenhague sustentava medidas mais enérgicas por parte dos Estados membros, para assegurar os direitos das mulheres, em especial no tocante à posse, propriedade, direitos de herança e de custódia sobre os filhos (GUARNIERI, 2010).

Copenhague também centrou-se na igualdade de acesso à educação; igualdade de oportunidades no trabalho e atenção à saúde das mulheres, além de sugerir uma terceira conferência mundial:

Embora tenha cumprido seu objetivo de rever a implementação do Plano de Ação estabelecido na Conferência do México, em 1975, a Conferência de Copenhague não teve a mesma repercussão da conferência anterior. Diferentemente do Plano de Ação do México, o Programa de Ação de Copenhague não logrou consenso: 22 delegações se abstiveram, enquanto 94 votaram a favor, e 4 contra (GUARNIERI, 2010, p.11).

A Conferência de Copenhague teve a última participação de Bertha Lutz e, como não podia deixar de ser, foi nos bastidores que se deram os embates, desta vez, entre a posição oficial do Brasil e as ideias defendidas pelas feministas do evento. Porém, Bertha, já idosa, não teve o mesmo destaque de 1945 e sua presença representou mais uma homenagem do governo brasileiro do que atribuição de função (SAFFIOT, 1995).

2.3.8 III Conferência Mundial sobre a Mulher (1985)

A terceira Conferência Mundial sobre a Mulher tinha como objetivo avaliar as ações e conquistas realizadas durante o Decênio, proposto no México em 1975. A conclusão foi a de que o chamado progresso das mulheres efetivamente não se realizara; novas estratégias deveriam ser promovidas no cenário mundial, para alcançar, nos quinze anos seguintes, metas capazes de eliminar as discriminações contra a mulher.

A Conferência de Nairóbi manteve o esquema de realização de um fórum de ONGs em paralelo ao encontro oficial e que se tornaria prática nos encontros posteriores, consolidando assim a importância da participação da sociedade civil no âmbito das Nações Unidas (GUARNIERI, 2010). As “Estratégias de Nairóbi” estabeleceram novo Plano de Ação para mais igualdade e oportunidade para as mulheres, nos contextos internacional, regional e, principalmente, nacional. Apesar das inúmeras reservas ao documento, conseguiu-se fazer adotá-lo por consenso.

Nairóbi também tocou, pela primeira vez, em um ponto crucial para os movimentos feministas da época, ao enfatizar a violência contra as mulheres como um obstáculo à sua real participação na vida social (BARSTED, 2004).

Contudo, após cinco anos da terceira conferência, relatórios da Comissão para o Status das Mulheres constatavam que apesar dos esforços das Nações Unidas, a Década das Mulheres havia pouco avançados; muitos países tiveram progresso econômico, porém, não houve melhoras significativas nas três áreas prioritárias da Conferência de Nairóbi: emprego, educação e saúde das mulheres.

Em vistas dessas conclusões e por recomendação do ECOSOC, a Assembleia Geral da ONU determinou a realização da IV Conferência Mundial sobre a Mulher: Ação para a Igualdade, o Desenvolvimento e a Paz, a ser realizada, em Beijing, na China, em 1995. (GUARNIERI, 2010, p.13).

Com Nairóbi, começa novo ciclo de agenda internacional para as Nações Unidas que, com a Queda do Muro de Berlim, passa a direcionar suas conferências internacionais integrada ao desenvolvimento humano mundial, a partir de temas inter-relacionados e globais: meio ambiente, direitos humanos, população e desenvolvimento social e todos eles, segundo as Nações Unidas, dependiam, do papel concedido às mulheres no plano internacional. Esta postura vai delinear as conferências realizadas em toda década de 90.

Por conta disso, em cada uma dessas conferências, deu-se oportunidade para que as agendas feministas fossem consideradas, admitindo-se, afinal, que as perspectivas de gênero eram essenciais a todos os temas e programas enfocados (GUARNIERI, 2010, p.14).

2.3.9 Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992)

Também conhecida como RIO-92 e ECO-92, a Conferência realizada no Brasil é um marco no fortalecimento das mulheres, pois, pela primeira vez, sua opinião era importante em temas que não se relacionavam, diretamente, às causas feministas.

No Fórum das ONGs, mulheres de várias partes do mundo discutiram, do ponto de vista feminino, questões como ciência e tecnologia, globalização, pobreza, militarismo e educação. A Rio-92 consolidou, com isso, a efetiva participação feminina nos temas globais (GUARNIERI, 2010).

2.3.10 Conferência Mundial sobre Direitos Humanos (1993)

Realizada em Viena, a Conferência reconhece os direitos de meninas e mulheres como direitos humanos universais, interdependentes, inalienáveis e indivisíveis. Também é nesta Conferência que as ONGs vão mobilizar, com mais eficácia, a mídia e a opinião pública para a causa da igualdade de gênero. A Conferência de Viena deu suporte para que, no mesmo ano, as Nações Unidas aprovassem a Declaração sobre a Eliminação da Violência Contra a Mulher, por meio da Resolução 48/104.

Na opinião de Barsted (2004), a Declaração constitui-se um marco na doutrina jurídica internacional e, com seus princípios e orientações, servirá como base, em 1994, da Convenção para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra as Mulheres, organizada pela Organização dos Estados Americanos (OEA), da Convenção para Prevenir,

2.3.11 Convenção para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra as Mulheres (1994)

Também chamada de Convenção de Belém do Pará, o evento reconheceu que a violência de gênero contra a mulher é uma ofensa à dignidade humana e uma manifestação de uma manifestação de relações de poder historicamente desiguais entre mulheres e homens e que transcende todos os setores da sociedade, independentemente de sua classe, raça ou grupo étnico, níveis de salário, cultura, nível educacional, idade ou religião, e afeta negativamente as bases da própria sociedade.

A OEA, a partir desta Convenção, passa a entender a violência como

“qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado”[...] considera-se violência física qualquer conduta que ofenda a integridade física de uma pessoa. A violência psicológica é definida como qualquer conduta que vise degradar ou controlar ações, comportamentos, crenças e decisões de outrem, por meio de ameaça direta ou indireta, humilhação, manipulação e isolamento, ou que cause prejuízo à saúde psicológica, à autodeterminação e ao desenvolvimento pessoal [...] A violência sexual é compreendida como qualquer conduta que constranja uma pessoa a manter contato sexual físico ou verbal, ou a participar de relações sexuais com uso de força, chantagem, suborno, manipulação, ameaça direta ou indireta ou qualquer outro meio que anule ou limite a vontade pessoal. Essas formas de violência podem ocorrer na família, no trabalho, na sociedade ou nas instituições do Estado (Barsted, 2004, p.55).

2.3.12 Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (1994)

Realizada no Cairo, a Conferência coloca em debate a questão demográfica e destaca os direitos reprodutivos no âmbito dos direitos humanos, afirmando com isso o direito da mulher a seu corpo, como instrumento de sua autonomia e liberdade.

2.3.13 Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social (1995)

Este evento na cidade de Copenhague foi marcado por reconhecer a capacitação política, econômica e social das mulheres como essencial ao desenvolvimento social global. Tanto o Vaticano como países islâmicos mostraram-se resistentes a temas como saúde reprodutiva, prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, diversas formas de constituição de família e igualdade de direitos entre os sexos; contudo a Cúpula Mundial conseguiu manter os avanços obtidos em Viena e no Cairo (GUARNIERI, 2010).

2.3.14 IV Conferência das Nações Unidas sobre a Mulher (1995)

Pequim foi palco da última conferência internacional, do século XX, sobre a mulher e também marcou os 50 anos da ONU, preparada durante 18 meses por 180 países. Embora lentamente, cada conferência trouxe um aspecto/tema da luta pela igualdade de gênero da mulher: no México (1975), trabalho, educação e saúde; em Nairóbi (1985), a violência; no Cairo (1994), os direitos reprodutivos. Em Pequim, a preocupação voltou-se para a situação das meninas.

Seffiot (1995, p.200) aponta que esta Conferência mostrou a evolução das ONGs no cenário internacional:

Em boa parte do mundo as ONGs passaram a desempenhar função importante de pesquisa de ação de denúncia. Ao mesmo tempo fiscalizam a atuação do Estado e, sobretudo preenchem, utilizando capitais privados, uma função pública.

Guarnieri (2010), por sua vez, destaca que Beijing contou com cerca de cinquenta mil participantes, sendo mais de 2/3 mulheres, tornando-se o maior fórum de discussões já organizado pela ONU, sobre qualquer tema e em qualquer país; a Plataforma de Ação de Beijing pede ação concreta de governos e da sociedade civil para eliminar 12 áreas críticas contra o desenvolvimento das mulheres, entre elas a

pobreza; as desigualdades no acesso à educação e treinamento e aos serviços de saúde e a violência contra a mulher.

A Conferência conseguiu avançar também em pontos delicados (sexualidade e aborto, acesso aos serviços de saúde para doenças sexualmente transmissíveis, por exemplo) em sua Plataforma de Ação.

2.3.15 Declaração do Milênio (2000)

Assinada no ano anterior à virada do milênio tinha como objetivo promover o desenvolvimento global com base nas políticas de valores defendidos pela Declaração dos Direitos Humanos. Seu texto é contundente na pouca vontade dos Estados membros em realizar, na prática, mudança de paradigmas com relação aos direitos humanos.

Em texto sobre a Declaração do Milênio, Salil Shetty (2005, pp.07-08), à época Diretor da Campanha do Milênio das Nações Unidas, afirma que

A chamada comunidade internacional costuma agir com espantoso atraso. Preferimos lidar com as consequências do que atuar ao perceber os alertas iniciais [...]O direito à educação fundamental é negado a 120 milhões de crianças que estão fora das escolas – e os números são bem mais elevados e incluímos as que freqüentam escolas totalmente ineficientes, com taxas de matrícula irreais. Um bilhão de pessoas, em sua maioria mulheres e crianças, não têm acesso aos serviços sanitários. Escancarada diante de nós está a maior arma de destruição em massa – a pobreza. Paradoxalmente, o mundo jamais viu tanta prosperidade. Consta que as mil pessoas mais ricas do planeta detêm uma fortuna pessoal maior do que os cerca de 500 milhões de habitantes dos chamados “países menos desenvolvidos”.

Assim, a Declaração não apenas é uma constatação pungente de que, apesar dos esforços internacionais, a pobreza não apenas foi erradicada como tornou-se o agravante da violência em escala mundial:

Envergonhados pela magnitude dessa violação aos direitos humanos fundamentais e perturbados pela potencial reação sobre a segurança global dessa extrema privação enfrentada pela maioria da população, os líderes mundiais, em setembro de 2000, assumiram um compromisso. Na maior reunião de chefes de Estado da história da humanidade, subscreveram um documento solene no qual prometiam libertar seus concidadãos da indignidade e do sofrimento que acompanham a abjeta pobreza (SHETTY, 2005, p.08).

Ou seja, não se tratava “apenas” de direitos humanos, mas de sobrevivência dos Estados membros. Nesta que a ONU reconheceu como a maior reunião de chefes de Estado da história da Humanidade, estes signatários elaboraram um conjunto de metas e objetivos mínimos, conhecido como Metas de Desenvolvimento do Milênio, ou Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, a serem concretizados até 2015:

1. Erradicar a pobreza extrema e a fome
2. Atingir o ensino básico universal
3. Promover a igualdade dos sexos e a autonomização das mulheres
4. Reduzir a mortalidade de crianças
5. Melhorar a saúde materna
6. Combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças
7. Garantir a sustentabilidade ambiental
8. Criar uma parceria mundial para o desenvolvimento

Segundo a Declaração, estes oito objetivos eram perfeitamente alcançáveis tendo em vista a real prosperidade de países ricos, instigados a cumprir seus compromissos quanto a destinar os 0,7% da renda nacional bruta para a Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) e aperfeiçoar a qualidade desta ajuda. Para tanto, haveria monitoramento quanto aos Estados signatários:

Os mecanismos de monitoramento foram estabelecidos sob a forma de relatórios nacionais referentes à execução dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e relatórios do Secretário-Geral à Assembleia da ONU. Muitos atores da sociedade civil começam a examinar processos independentes de rastreamento (SHETTY, 2005, p.13).

Quinze anos se passaram e as Nações Unidas reconheceram que os Objetivos não foram atingidos, em especial, pela falta de vontade e de compromisso do ponto de vista político. Temos os meios, mas não a vontade e, novamente, postergou-se o cumprimento dos direitos humanos plenos ao futuro, mais especificamente, 2030

2.3.16 Pequim+20: Empoderar as Mulheres, Empoderar a Humanidade e ONU 2030 (2015)

O ano de 2015 marca um ciclo onde a ONU se voltou para a análise dos resultados alcançados em áreas temáticas nos últimos 20 anos, através da Campanha “Pequim+20: Empoderar as Mulheres, Empoderar a Humanidade. Imagine!”. Neste ano, a organização comemorava seu septuagésimo aniversário e lança também a

Proposta Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, na qual reconhece que os Estados membros pouco avançaram, concretamente, nas questões referentes aos direitos da mulher e, por isto mesmo, a importância de incluir a igualdade de gênero na busca por um futuro de paz.

A Agenda 2030 é composta por 17 objetivos de desenvolvimento sustentável e 169 metas, trabalhados nos objetivos que não obtiveram êxito com a Declaração do Milênio. Em um primeiro momento, o documento passa um caráter pessimista porque é o resultado essencial do que os Estados membros não lograram fazer em prol dos direitos de homens e mulheres, incluindo nestes direitos, a preservação do planeta. Ao mesmo tempo em que apresenta compromissos para um “futuro provável”, como se lê na Introdução, no terceiro parágrafo:

3. Nós resolvemos, entre agora e 2030, acabar com a pobreza e a fome em todos os lugares; combater as desigualdades dentro e entre os países; construir sociedades pacíficas, justas e inclusivas; proteger os direitos humanos e promover a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres e meninas; e assegurar a proteção duradoura do planeta e seus recursos naturais. Resolvemos também criar condições para um crescimento sustentável, inclusivo e economicamente sustentado, prosperidade compartilhada e trabalho decente para todos, tendo em conta os diferentes níveis de desenvolvimento e capacidades nacionais (Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, 2015, p.3).

Porém, na Visão da Agenda, as metas se transformam mais em desejo, quase um sonho, do que ações a serem cumpridas pelos Estados membros e cobradas pela organização:

Prevemos um mundo de respeito universal dos direitos humanos e da dignidade humana, do Estado de Direito, da justiça, da igualdade e da não discriminação; do respeito pela raça, etnia e diversidade cultural; e da igualdade de oportunidades que permita a plena realização do potencial humano e contribua para a prosperidade compartilhada. Um mundo que investe em suas crianças e em que cada criança cresce livre da violência e da exploração. Um mundo em que cada mulher e menina desfruta da plena igualdade de gênero e no qual todos os entraves jurídicos, sociais e econômicos para seu empoderamento foram removidos (Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, 2015, p.4).

A Agenda continua seu tom futurista ideal, porém, enfatizando que este mundo “ideal” só será possível após o reconhecimento da igualdade de gênero e eliminação de todas as suas formas de discriminação e violência.

Na verdade, mesmo que em cada conferência e plataformas de ações, a Carta das Nações Unidas, de 1945, e a Declaração de Direitos Humanos, de 1948, tenham sido mencionadas como reforço para igualdade de direito para as mulheres, tal propósito ainda não foi alcançado de forma efetiva: a ONU tentou, em cada evento, colocar nova dimensão na questão feminina, garantiu-lhes o direito à vida, à reprodução, à saúde, à educação, porém, sempre na dependência da boa vontade dos Estados signatários de cada carta internacional. Apesar da importância da Comissão para o Status da Mulher em cada conquista no cenário mundial, a própria ONU só vai dar voz às mulheres em 2010, com a criação da ONU Mulher.

2.4 ONU Mulher

Em julho de 2010, a Assembleia Geral da ONU criou a ONU Mulheres, entidade das Nações Unidas para tratar as questões de igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres. Sua criação fez parte da agenda de reforma da ONU, reunindo recursos e mandatos para gerar mais impacto³.

A instituição agrega e constrói sobre o trabalho de quatro setores prévios distintos do Sistema das Nações Unidas, que se centravam exclusivamente na igualdade de gênero e no empoderamento das mulheres: *Divisão para o Avanço das Mulheres* (DAW); *Instituto Internacional de Pesquisas e Capacitação para o Progresso da Mulher* (INSTRAW); *Escritório de Assessoria Especial para Questões de Gênero e Promoção da Mulher* (OSAGI) e o *Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher* (UNIFEM)⁴.

Entre suas principais funções, a ONU Mulher serve como apoio à *Comissão para o Status das Mulheres* na formulação de políticas, padrões e normas globais; apoio técnico e financeiro aos Estados-membros para implementar estas normas e, em especial, parcerias com a sociedade civil. Também exerce função impar de auxiliar o Sistema ONU a ser responsável pelos seus próprios compromissos sobre igualdade de gênero, incluindo o acompanhamento regular do progresso do Sistema⁵.

³ www.onumulheres.org.br

⁴ Ibid.

⁵ Ibid.

Em 2015, a ONU Mulheres lançou o relatório *Progresso das Mulheres no Mundo 2015-2016: transformar as economias para realizar direitos*, no qual propõe uma agenda de prioridades para políticas públicas de fortalecimento das mulheres e enfrentamento das desigualdades de gênero. No documento, a ONU Mulheres reconhece a importância da atuação dos movimentos feministas para a concretização dessas políticas e sugere, como estratégia, a centralização nos direitos humanos (NOBRE, 2016).

A ONU Mulheres foi criada para resolver tais desafios. A agência é uma instância forte e dinâmica voltada para as mulheres e meninas, proporcionando-lhes uma voz poderosa a nível global, regional e local para questões como: eliminação da discriminação contra as mulheres e meninas; empoderamento das mulheres, e realização da igualdade entre mulheres e homens como parceiros e beneficiários do desenvolvimento, direitos humanos, ação humanitária e paz e segurança.

Porém, a partir do exposto acima, observamos que se as demandas feministas entraram na agenda política da ONU, isto foi graças à intensa e ininterrupta ação dos movimentos de mulheres e, de acordo com Pitanguy e Barsted (2011, p.15), “esses progressos não se deram de forma homogênea e democrática”. No plano normativo, houve o resgate formal das liberdades civis e políticas. Na prática, a cada Conferência Internacional, itens foram acrescentados porque os anteriores pouco tinham sido respeitados pelos Estados-membros, itens para garantir os direitos humanos de ser mulher.

obstáculos permanecem, inviabilizando o pleno exercício de fato da cidadania das mulheres brasileiras. No conjunto dessas dificuldades, destacam-se as desigualdades de gênero no exercício de direitos sexuais e reprodutivos no acesso ao trabalho, à ascensão profissional e aos recursos produtivos; na persistência da violência de gênero, entre outras questões, agravadas quando se introduz a dimensão étnica/racial. A esse quadro de dificuldades, deve-se acrescentar a atuação do fundamentalismo religioso que tem impedido o avanço das políticas públicas no campo da sexualidade e da reprodução. Tais dificuldades indicam desafios a serem enfrentados (PITANGUY E BARSTED, 2011, p.16).

Os conceitos de cidadania e direitos humanos debatidos e assinados em cada Carta de intenções acabam por refletir a dinâmica de estruturas de poder e de relações

sociais com que lidam os movimentos em busca da igualdade de direitos de gênero. Trata-se, assim, de um processo em que se movem três elementos distintos:

o contexto, marcado por características estruturais e por conjunturas econômicas, políticas e sociais a nível nacional e internacional; o campo, constituído pela dinâmica e peso relativo dos diversos atores frente a determinada temática (instituições diversas, órgãos de governo, mídia, organizações da sociedade civil, igrejas, sindicatos, indivíduos) que são protagonistas no tema em questão, e a agenda específica dos setores envolvidos [...], com seus objetivos e estratégias de ação, negociação ou enfrentamento. Trata-se de um processo cujas agendas e estratégias, conteúdos e táticas devem ser compreendidos e analisados em função dos contextos nos quais se inserem e das características dos principais interlocutores nele envolvidos [...] em meio a conflitos de visão e de interesses, de consensos, negociações e embates próprios a qualquer ação política. Seu sucesso está relacionado à capacidade de negociação entre atores estratégicos dentro e fora do governo, e à habilidade de tecer estratégias consensuais entre organizações e redes da sociedade civil (PITANGUY, 2011, p.22).

A experiência mostra que este processo acontece nos bastidores, com articulação de demandas e suas estratégias de encaminhamento e visibilidade. Se os direitos adquirem existência social, a partir do momento em que são enunciados, a partir de então, tornam-se a estrutura das relações entre os indivíduos, entre estes e o Estado, e entre Nações.

Seguindo os objetivos de cada Convenção Internacional realizada, em especial a partir da década de 80, a igualdade de gênero se define como o acesso, uso e controle de recursos, tanto físicos como ideológicos, em uma relação social sempre presente. Porém, a dificuldade de romper com estruturas de poder mostra-se tão arraigada que a Agenda ONU de 2015 vislumbra um longínquo 2030 para se ter resultados. Note-se que as Nações Unidas, em suas convenções e tratados, sempre acrescentou temas de liderança para mulher, desde a responsável pela educação 'a produção ou progresso da sociedade. E nem assim houve mudança palpável. Em 2015 a ONU utilizou de forma mais impactante, a palavra "empoderamento", para as mulheres e para a humanidade. Mas isto se dilui quando, no título da Agenda, também utiliza "imagine". Porque no presente não é real.

O que demonstra que, só o fato de saber que existem vias legais para combater a desigualdade de gênero não é suficiente. Contudo, entender as dimensões sociais, políticas, culturais e psicológicas de sua opressão, junto com ações eficazes dos

governos e da sociedade civil, pode gerar transformação, do individual para o coletivo.

Se em 1945, Bertha Lutz teve que usar sua diplomacia para garantir a igualdade de direitos para as mulheres e, desde 1946, as Nações Unidas vêm buscando esta igualdade no plano internacional, em 1921 um grupo de mulheres norte-americanas criou e mantém até hoje a SI, cujo objetivo é garantir a autonomia de meninas e mulheres para que, elas próprias, sejam agentes de mudança em igualdade com os homens.

2.5 Criação da Soroptimist Internacional – SI

A Soroptimist International – SI surge não apenas como parte de um movimento feminista. Ela vai além porque tem, como base original, o trabalho de mulheres empreendedoras (lê-se independentes financeiramente), vindas na esteira política e social deixada pela I Guerra Mundial: mudanças estruturais e de costumes fizeram com que a presença da mulher fosse exigida e absorvida pelo ambiente de trabalho fora do lar, com sua dinâmica econômica “subvertendo” o que a História chamou de mundo masculino. E, na visão de Haywood (1995), para entender as reais necessidades que afetam a vida das mulheres, era preciso considerar as diferenças culturais e econômicas que sempre afetaram o desenvolvimento feminino: direito ao voto era apenas um detalhe dentro de uma sociedade que até então via a mulher como dona de casa, mãe, ou ainda, segundo a autora, no papel de “enfeite social” e não como estudantes sérias em áreas do Direito, Medicina, Cultura, Economia.

A I Guerra Mundial forçou a entrada da mulher no mercado econômico para ocupar a vaga dos homens recrutados pelo conflito, desde atividades na indústria e comercial, como para estar à frente em negócios de família. A conquista do trabalho fora do lar ou além de atividades tipicamente femininas “permitidas”, como a do Magistério, muito mais que o direito ao voto, reorganizam a mudança cultural do cenário tanto da mulher comum como das privilegiadas:

As construções de casas e apartamentos passaram a [...] obedecer exigências no sentido de facilitar a administração doméstica. Os alimentos passaram a ser apresentados de forma mais prática para sua preparação, aparecendo os enlatados. Outra característica marcante dessa transformação foi o comércio de eletro-domésticos, fazendo com que

fossem lançados meios mais rápidos e práticos para a execução das tarefas do lar. Surgiram o ferro elétrico, a máquina de lavar roupa, a geladeira elétrica [...]. O comércio de roupas feitas desenvolveu-se em grande escala (ELBEL, 1990, p.11).

Se os espaços foram sendo ocupados/aceitos pela sociedade, isto não significou o respeito. A luta pela permanência no emprego fez com se submetesse a salários mais baixos que o dos homens, além de aceitar a dupla jornada no lar, como algo próprio/natural da condição de ser mulher.

Foi com surpresa que Stuart Morrow, em 1921, profissional responsável por organizar clubes de servir masculinos encontrou, na direção da Parker Godard Secretarial School (na cidade de Oakland, Califórnia, Estados Unidos) uma mulher, Adelaid Godard. Após ouvir a intenção de Morrow de criar um clube de homens na instituição, Adelaid o desafiou para a criação de um clube feminino, prontamente aceito (ELBEL, 1990).

A realidade de que a mulher era capaz de gerar capital econômico exigiu que ela tivesse consciência de seu papel social e fosse preparada para liderar, o que levou à organização de clubes exclusivamente femininos, no sentido de canalizar esforços para manter as conquistas alcançadas, bem como perseguir novos objetivos de melhoria da condição feminina (ELBEL, 1990; HAYWOOD,1995).

Em 03 de outubro do mesmo ano, Violet Richardson-Ward, professora de educação física, tornava-se a primeira presidente do Clube Soroptimista de Oakland (CA). O nome Soroptimist deriva de *Soror* (irmã) e *Optimima* (ótima) formando, no sentido da frase, o melhor para as mulheres (VALLE, 2008). Nesta ocasião, estavam presentes 80 mulheres, de atuação, destaque e liderança, agrupadas nas áreas que representavam: Educação, Administração, Direito, Finanças, Indústria, Comércio, Comunicações e Artes, Saúde e Bem-estar social (HAYWOOD,1995).

Em seu livro sobre a história do Soroptimismo Internacional, Haywood (1995) observa que estas áreas podem sugerir uma ideia elitizada do Clube, o que talvez fosse verdade nos anos de 1920, visto no contexto em que viviam as mulheres. Porém, o objetivo real era ter em cada área ou profissão, nomes representativos na sociedade, além de serem economicamente independentes, isto pela razão do

Movimento Soroptimista ter como base elevar o status feminino e isto só seria possível com as próprias mulheres ajudando umas as outras, em um comprometimento que garantisse que as portas abertas jamais se fechariam. E isto só seria garantido com mulheres proeminentes em suas funções. Coube à advogada Eloise Cushing organizar o primeiro estatuto do Clube.

A autora destaca também o primeiro projeto social soroptimista à época, a campanha para salvar uma área de sequoias, que vinha sendo devastada impietosamente. Esta campanha envolveu o Clube não apenas com a conscientização e ativismo da sociedade em prol do meio ambiente, como o fez enfrentar as poderosas indústrias madeireiras e lutar por uma legislação que protegesse o local. Hoje, as sequoias permanecem como reserva protegida por lei e como a primeira vitória legislativa das soroptimistas. Para Haywood (1995), a campanha serviu como precedente do futuro envolvimento do Movimento com o ativismo legal e sua subsequente relação com a ONU; também mostrou o intento da palavra “servir”, compartilhado em todas as suas federações.

O ideal Soroptimista adquire especial propósito quando comparado à Declaração Universal de Direitos Humanos e seu elenco de direitos em uma longa história de desigualdade e exclusão das mulheres, como as convenções internacionais posteriores bem demonstram. O poder de organização, metas e foco do Soroptimismo vai desenhar, nos anos seguintes, a estrutura de ação prática de uma verdadeira Ong, cuja nomenclatura ainda não havia sido criada, porém, suas estratégias sim: ações que envolvessem a sociedade para o problema central e visibilidade de atuação (ELBEL, 1990; VALLE, 2008).

Desta forma, a SI desde seu início, pode ser entendida pelo conceito de ONG, como proposto por Barlet e Jarousse (2011), a saber, toda forma de associação não pública (não governamental), sem fins lucrativos, cuja vocação maior é a de oferecer determinado serviço à grupos específicos ou de manter ações à favor dos mesmos; para os autores, a primeira característica lhe concede autonomia em seus projetos de ação, suas modalidades de financiamento e de intervenção do Estado.

Justamente através de sua autonomia/independência, a SI vai ocupar, no período entre as duas Guerras Mundiais, o papel que caberia ao Estado, ou seja, o de garantir às mulheres seus plenos direitos de capacitação profissional. Porém, o governo as aceitava como parte da engrenagem econômica, mas não reconhecia seus direitos na prática. Por esta razão, a missão da SI sempre foi o comprometimento para melhorar a vida de outras mulheres e meninas (CLÈVE, 2012).

Em 1924, o Clube chega à Europa e tem a primeira sede em Londres e, em 1927, em Paris. A primeira convenção soroptimista internacional, realizada em Washington –DC, em julho de 1928, contou com a participação de 28 Clubes e associadas, além dos Estados Unidos, Canadá, França, Inglaterra, Escócia e Holanda, o que mostra que, em sete anos, a SI expandiu-se rapidamente. Se até então, tratavam-se de clubes geograficamente espalhados, o evento também marcará a criação de duas Federações: a da América (incluindo Canadá) e a da Europa, com a instituição formalizada como *Soroptimist International Association* (ELBEL, 1990).

Nesta primeira convenção, é apresentado o Emblema Soroptimista: a figura feminina ocupa o centro, com os braços erguidos, o qual segundo (ELBEL, 1990, p. 11 e p. 20) “num gesto de liberdade e de glorificação da nova era da associação”; à direita da mulher encontram-se folhas e frutos do “poderoso carvalho, símbolo da força e do crescimento que caracterizou o Soroptimismo e o progresso queria alcançar”... a sua esquerda “estão colocadas as folhas do loureiro, símbolo de vitórias e realizações”.

Se a década de 1920 foi de relativa facilidade de expansão para o soroptimismo, tanto nos Estados Unidos como na Europa, a situação se reverte a partir da crise mundial de 1929: as soroptimistas sabiam que em muitos países as mulheres já haviam conquistado o direito a voto e estudavam em universidades para seguir carreira profissional, contudo, o momento econômico acabaria por afetar as oportunidades para o mercado de trabalho: portas que foram abertas eram agora fechadas. Esta pauta foi discutida em 1934, durante a Convenção de Paris, que teve como tema principal “A posição profissional da mulher em países onde o Soroptimismo se estabeleceu”. Os relatos, nada animadores, versavam das

oportunidades negadas, na queda de salários e no preconceito contra a mulher casada que trabalhava fora. O evento mostrou que as americanas se voltavam mais para os negócios enquanto as europeias, para carreiras universitárias, ambas afetadas pela depressão. Contudo, se a crise não impediu a criação de um clube na Austrália, em 1936 (ligado à Federação da Grã-Bretanha e Irlanda) (HAYWOOD, 1995) a guerra afetaria a expansão da instituição.

Os clubes europeus sofreriam perdas importantes durante a Segunda Guerra Mundial, não apenas de sedes destruídas pelos bombardeios, como de vidas e aí se incluem memórias e documentações sobre a organização na Europa. Muitas famílias espalhadas e, de acordo com Haywood (1995), o trabalho de quase dez anos dos clubes foram perdidos. Para que os ânimos não se abatessem, as soroptimistas europeias trocavam a seguinte frase, uma com as outras, quando possível: “trabalhe duro e com esperança”; recebiam ajuda financeira da Federação Americana ao mesmo tempo que ainda faziam campanha de arrecadação de alimentos e doação de ambulâncias, esterilizadores, equipamentos médicos e bicicletas para facilitar o transporte. Durante a guerra, muitas soroptimistas americanas hospedaram em suas casas, filhos e filhas das irmãs da Europa, em um elo de solidariedade que continuou pelo pós-guerra. Após o conflito, a atenção dos clubes voltou-se para ajuda à reconstrução de casas, repatriação de refugiados, educação das crianças dispersas de suas famílias e órfãs.

Em 1948, a SI voltava a fluir, composta agora por 15 países, com 573 clubes e cerca de 20.000 associadas: a Federação Americana possuía 354 clubes; a Federação da Grã-Bretanha e Irlanda, 157 e a Federação Europeia, com 62 clubes. Enquanto a opinião corrente via as reuniões sociais como ocasiões onde não caberia a discussão de temas sérios, desde sua criação o Soroptimismo fez destas reuniões não apenas a oportunidade ideal para abordar novas associadas para os clubes como para expor o trabalho realizado em diversas linhas de atuação e, particularmente, o tema quadrienal escolhido, que angaria doações de todos os clubes ao redor do mundo. O primeiro surgiu em 48 e com razão tinha o título “Trabalhar para o Mundo que queremos”: a dedicação de cada associada durante a guerra, o desejo de ajudar umas as outras da melhor maneira possível e o profundo

senso de responsabilidade faziam com que o futuro do mundo estivesse em suas mãos (HAYWOOD, 1995).

A ideia de se trabalhar em um tema com enfoque mundial, a cada quatro anos, recebeu plena aceitação entre as Federações; as escolhas subsequentes mostraram a responsabilidade do Soroptimismo como organização de servir. Cada Federação prepara, implementa e produz resultados baseada no tema: ao final do *quadrenium*, as Federações, de forma diversa, acabam desenvolvendo ações através de projetos, todos com o tema principal como base (VALLE, 2008).

O tema escolhido é até hoje tanto um chamado de ajuda para mulheres e meninas, e suas comunidades, ao redor do mundo como para a própria vida de cada soroptimista, já que os clubes também estimulam a criatividade e a participação das associadas em várias ações locais.

2.5.1 SI no Sistema ONU

Reconhecida pela ONU, por sua participação na Declaração Universal de Direitos Humanos, o Movimento vai ganhando visibilidade internacional: ainda em 1948 torna-se membro da Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e chega, em 1951, ao Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC), único órgão das Nações Unidas voltado à participação das Organizações Não Governamentais e principal meio de acesso das ONGs ao Sistema da ONU, no qual se mantém até hoje como membro consultivo⁶.

Além do *quadrenium*, a SI ainda presta assistência econômica a Projetos Internacionais, geralmente em apoio a grandes agências internacionais como a UNESCO, através da arrecadação de fundos e contribuições de seus clubes. O primeiro deles, em 1971, foi o de levar água potável e educação à população das Maldivas, arquipélago com cerca de 2.000 ilhas, 196 inabitadas; na verdade, um grande banco de coral no Oceano Índico, protetorado britânico até 1965 e tido pelas Nações Unidas como um dos países menos desenvolvidos do mundo. Além da doação de US\$ 150.000,00 a SI também contribuiu com a estruturação de serviços

⁶ C.f. correspondência particular de Nordélia Gradowski, governadora da SIA Região América do Sul 1990-1992, à autora.

de saúde, para os quais barcos motorizados levavam especialistas e medicamentos às ilhas mais remotas⁷.

As décadas de 1960 e 1970 faziam o movimento conhecido por sua colaboração com a UNESCO em prol do bem-estar de meninas e mulheres em todos os níveis; campanhas contra a fome e desenvolvimento de liderança feminina; a *Soroptimist International Association*, neste momento, não apenas abraçava o problema dos refugiados em território europeu como estendia suas ações para a nova leva que chegavam da África e Ásia, com outras demandas de necessidades.

Um ponto destacado no livro de Haywood (1995) era o preconceito que as soroptimistas sofreram durante a década de 60, justamente por grupos de mulheres com causas muita mais “feministas” e radicais, de romper com a ordem estabelecida do que o direcionamento para apoiar e praticar o ato de servir e melhorar a vida das mulheres em suas comunidades e ao redor do mundo. Neste aspecto, a autora escreve que, contrariando as aparências, nunca foi fácil ser soroptimista: pertencer a esta associação feminina, só mediante convite e seleção; a escolhida deveria representar, com toda responsabilidade, sua categoria profissional e, a partir de suas qualidades pessoais, promover e sustentar os ideais da organização, em particular, elevar o status feminino, aumentando a auto-estima de mulheres e meninas.

Assim, através de objetivos e projetos interligados por laços de solidariedade e de ajuda, a Associação Soroptimista Internacional formou uma rede, nas quais suas participantes são encorajadas em representar seus interesses em níveis locais e nacionais. Elas são, portanto, capazes de prover treinamento direto e indireto para mulheres que aspiram respeito e valor como cidadãs. Cada soroptimista é responsável por realizar, na prática, este ideal. E nele, encontramos a explicação do significado de empoderamento para a organização, nos dizeres de ELBEL (1990, p.43) “a integração completa da mulher na vida educacional, econômica, social, política e cultural”.

⁷ C.f. correspondência particular de Nordélia Gradowski, governadora da SIA Região América do Sul 1990-1992, à autora.

O termo “associação” também passou a ser questionado pelas soroptimistas; a organização havia crescido, sua relevância em ações mundiais estava comprovada e a cada vez mais solicitada, portanto, 1973, dado o caráter de internacionalização do movimento, este passou a ser conhecido apenas como *Soroptimist International* (SI). Com isso, ajustes também aconteceram nas Federações: a *Soroptimist Federation of the Americas*, tornou-se *Soroptimist International of the Americas* (SIA), com a sigla SI precedendo os nomes de clubes e regiões, como apresentado no organograma da página 59, com ênfase na SIA e na Região Brasil (ELBEL, 1997).

No livro sobre os 50 anos de soroptimismo no Brasil (ELBEL, 1997), o período que marca a criação da Região Brasil é o mesmo da primeira latina a tornar-se consultora da SIA, Tânia Machado de Sá (de 1994 a 1996). Também é desta época, um dos temas apoiados no Quadriênio soroptimista, desarmamento das minas terrestres, de repercussão internacional, realizado em conjunto com a ONU e que sensibilizou a então princesa Diana de Gales.

Atualmente a SI está organizada em quatro grandes Federações: das Américas (*Soroptimist International of the Americas* - SIA); Europa (*Soroptimist International of Europe* - SIE); Grã-Bretanha e Irlanda (*Soroptimist International of Great Britain and Ireland* - SIGBI) e Sudoeste do Pacífico (*Soroptimist International of the South West Pacific* - SISWP), com atuação em 130 países, em um universo de cerca de três mil clubes que reúnem mais de 80.000 associadas (AZEVEDO, 2016).

A Soroptimist International mantém representantes permanentes junto às principais agências da Organização das Nações Unidas, em Roma, New York, Genebra e Viena, na UNESCO, em Paris, na FAO, em Roma e na UNEP em Nairobi. Também possui representantes juntos às Comissões Regionais das Nações Unidas, no Oeste da Ásia [...], América do Sul [...] e na Ásia do Pacífico [...] que atendem a uma ampla agenda, fazendo recomendações especiais para os Programas de Serviços da Soroptimist International (AZEVEDO, 2016, p.08).

Para atingir suas metas de formação profissional de mulheres e meninas, a SI tem como objetivo estratégico, promover impacto coletivo e para isto não apenas desenvolve programas de ação como incentiva as federações e clubes a fazê-lo. Por “efeito coletivo” a SI entende os esforços dos clubes, distritos, regiões, diretoria e

funcionários enquanto se trabalha para melhorar a vida de mulheres e meninas nas comunidades e ao redor do mundo.

A diretoria da SI é composta por presidente, por período de dois anos e indicada através de rodízio entre as quatro federações; tesoureira; presidente-eleita e past-presidente imediata. A presidente e a tesoureira são eleitas pela maioria dos votos, conforme a ordem de rotação estabelecida. Ainda que uma federação dispense seu turno em um cargo, a ordem de rodízio permanece. O corpo votante da mesa diretora da SI é composto pela presidente e duas representantes de cada federação.

As Convenções Internacionais ocorrem a cada quatro anos, com representantes dos países membros da SI; na ocasião, são definidas as metas de trabalho para o quadriênio e estendidas às Federações, Regiões/Uniões e Clubes, intercâmbios de ideias e conexões financeiras. Deve-se atentar que a SI se difere de outras ONGs já que o trabalho de suas associadas é todo voluntário, mesmo nos quadros de direção.

Os recursos para seus projetos e diversas premiações fazem parte da obrigatoriedade anual paga pelas associadas, cujas doações são assim especificadas por Valle (2008): taxa da Federação (anuidade, ingresso e Centavos das Fundadoras, onde cada soroptimista contribui com a quantia equivalente a 0,06 centavos de dólar por ano de fundação da organização).

Azevedo (2010) também cita como fontes de recursos: a *Memorials & Honorarius*, doação para a Soroptimist International em memória a um ente querido; *Laurel Legacy*, a inclusão da Soroptimist International em testamentos e heranças; *Corporate Giving*, doação programada por associadas ou patrocinadores e a *Dime a day*, onde cada associada de clube poupa um centavo por dia e ao final do ano há uma doação para os Projetos Internacionais (PI) que os clubes definirem.

Figura 1. Soroptimist Internacional



Fonte: AZEVEDO, 2016, p.9

Ao comemorar 50 anos, em 1971, a Convenção Internacional da SI reforçou sua ligação com a ONU e durante o evento algumas decisões neste sentido foram apresentadas:

- 1 Sensibilizar-se para desenvolver as metas propostas pela ONU;
- 2 Planejar programas e projetos que divulguem as Nações Unidas [...] como colaborar com os programas pela paz e segurança;

3 Encorajar as Soroptimistas a influenciar através de suas representantes em órgãos governamentais para colaborar a atingir as metas da ONU na Melhoria da Situação da Mulher – Bem Estar da Criança – Melhoria e Implementação dos Direitos Políticos-Econômicos-Sociais-Culturais do homem. Desenvolver programas para envolver jovens em trabalhos comunitários. Melhor aproveitamento do meio ambiente para o homem;
 4 Dar suporte às Nações Unidas nos programas que vem desenvolvendo com relação a Educação-MeioAmbiente-Saúde-Desenvolvimento Econômico e Social-Profissionalização da Mulher, através da ONU – UNESCO – UNICEF – ILO – FAO – ECOSOC (ELBEL, 1990, p.29).

Atualmente, a SI coordena os seguintes programas, redistribuídos às federações e respectivas regiões e clubes⁸:

1. Educar para Liderar – programa de longo prazo, cujo objetivo é fazer com que todos os clubes foquem na educação e liderança em suas ações.
2. Apelo da Presidente – a SI definiu, em 2015, seu tema quadrianual, o qual recebe a cada dia 12 de dezembro, doações de todos os clubes soroptimistas ao redor do mundo. *Ajuda ao Nepal* foi o tema escolhido até 2017.

Em documento apresentado no ECOSOC, em 2015, através da Comissão da Condição da Mulher, a SI deixa claro que é uma organização que fala em nome de 80.000 mulheres, distribuídas entre 3.000 comunidades por 130 países e territórios ao redor do mundo, unidas, desde 1921, em torno de valores primordiais como educação, autonomia e habilitação de meninas e mulheres em nível local, nacional e internacional e todo o trabalho das Federações estão fundamentados sobre a voz, a perspectiva e as opiniões destas mulheres e meninas⁹

2.6 Soroptimist International of the Americas – SIA

Em 1945, quando da redação da Carta das Nações Unidas, o soroptimismo já atuava há 24 anos, portanto, a presença de suas representantes em São Francisco era natural. Durante o evento, a atuação marcante da brasileira Bertha Lutz tornou-a uma associada em potencial ao Soroptimismo: profissional atuante e respeitada,

⁸ www.soroptimistinternational.org

⁹ Ibid.

sólida formação acadêmica, grande rede de contatos não apenas no Brasil, como no exterior, como cientista e como ativista da igualdade de gênero.

No ano seguinte, durante a comemoração do Jubileu de Prata do Soroptimismo, Bertha recebeu da organização, nos Estados Unidos, o Prêmio Helena Gamble por sua atuação em prol da mulher e dos Direitos Humanos. A capacidade e o dinamismo de Bertha asseguraram a vinda do soroptimismo para o Brasil. No ano seguinte, a SIA inicia suas atividades no Rio de Janeiro, tornando o país o primeiro a sediar um Clube soroptimista no continente sul-americano. Haywood (1995) cita que nesta época a Federação Americana via a posição da mulher latino-americana prejudicada pela escassez de sua presença no trabalho fora do lar e da vida profissional.

Aqui, podemos perceber a primeira diferença de atuação entre as soroptimistas norte-americanas e europeias e das brasileiras. Enquanto as primeiras visavam a igualdade de direitos e de reconhecimento do papel feminino na economia, com estratégias de formação cultural e profissional para a de geração de empregos e formação de líderes dentro de cada comunidade, no Brasil, a organização esbarra no alto índice de analfabetismo, ao mesmo tempo que o então Ministério da Educação e da Saúde desenvolve reformas estruturais, entre elas, a divisão entre o ensino primário e o ensino normal (este para preparar docentes necessários às escolas e habilitar administradores escolares) (JOSETTI; ARAÚJO, 2012).

Desta forma, por uma feliz coincidência, o início do Soroptimismo na América do Sul, com o primeiro clube instalado no Brasil, no Rio de Janeiro, começa justamente em 1947, ano em que acontece a Campanha de Educação de Adultos, promovida pelo Ministério, e que, entre seus objetivos, encontrava-se o

estímulo ao voluntariado, seja individual, para ensino de um analfabeto ou pequeno grupo de analfabetos, seja por parte de associações, para ensino de grupos mais numerosos; persistente esclarecimento do público quanto à necessidade de instruir e educar as grandes massas de adolescentes e adultos analfabetos do País (JOSETTI; ARAÚJO, 2012, p.190).

Com Lina Alevate de Oliveira como primeira presidente, o Clube da América do Sul foi de encontro ao que pretendia o Estado: os primeiros trabalhos, sempre

orientados pela Federação, foram realizados com crianças, onde eram promovidos concursos para bolsas de estudo em escolas públicas.

O segundo Clube na América do Sul, ainda no Brasil, surge em São Paulo em 1953. De acordo com a visão expansionista do Movimento, “um acordo foi feito entre os dois Clubes existentes. O Rio de Janeiro ficaria com o Norte e São Paulo com o sul do Brasil” (ELBEL, 1990, p.46). Em 1958, Montevideo (Uruguai) e Lima (Peru) ganham seus primeiros clubes. O Chile cria seu Clube em Las Condes em 1963, seguido pela Argentina, com o clube de Buenos Aires em 1964.

Desta forma, em julho de 1965, a Federação entendeu já haver clubes e associadas suficientes, instalando assim a Região Soroptimistada América do Sul, elegendo sua primeira governadora, Hildegard Stoltz, do Rio de Janeiro. A primeira conferência regional acontece no ano seguinte, em Lajes – Santa Catarina. A Venezuela teria seu clube em 1971. Na década de 1980, um clube soroptimista surgia em Assunción, Paraguai; no ano seguinte, Bolívia (clube de Cochabamba)¹⁰.

A SIA é formada por todos os clubes estabelecidos dentro do território designado pela Federação. Cada clube tem seus limites territoriais e as regiões formadas pelos dividem-se em distritos. A estrutura da Região é composta por governadora, governadora eleita, secretária e tesoureira; se a Região possui fundos, pode existir secretaria executiva, de acordo com os procedimentos estipulados pela região; já os clubes mantêm os cargos de presidente, presidente eleita, secretária/tesoureira.

Elbel (1990, p.92) explica que

As Regiões se reúnem anualmente, para manter contato mais direto com os Clubes. Esses após analisar as programações da Presidente da Federação e depois de identificá-la com a realidade de suas comunidades, passam à ação que só é possível pela união de esforços despedidos pelas sócias componentes de cada Clube.

Na verdade, as sócias são a base do Soroptimismo: é através de seu trabalho que o Clube poderá se impor na comunidade, na Região e na Federação. Ao tornar-se

¹⁰ C.f. correspondência particular de Nordélia Gradowski, governadora da SIA Região América do Sul 1990-1992, à autora.

soroptimista, espera-se seu engajamento e comprometimento em algum dos Projetos de seu clube como os da Federação. Assim, a autora continua:

Para que a Soroptimista seja integrante real desta organização, deverá identificar entre os programas propostos pelas Comissões de Trabalho do Clube, aquele com o qual está mais identificada e para o qual poderá dar alguma contribuição a nível de sugestão, de envolvimento e de responsabilidades em algumas tarefas (ELBEL, 1990, p.93).

Desta forma, o objetivo é tornar o trabalho dos clubes tão fácil quanto possível. Utilizar os modelos ou kits de programa da Federação é uma maneira de ganhar tempo e facilitar o trabalho das associadas em cada clube. É claro que, muitas vezes, necessita-se adaptar as sugestões da Federação ou da SI à realidade local e não simplesmente copiar. Neste aspecto, a Federação sempre promove a liberdade para trabalhar temas específicos dentro da linha soroptimista de ação e expansão de clubes¹¹.

Um clube soroptimista só pode existir com o número mínimo de 15 mulheres, que reúnam os requisitos de classificação dos membros, a linha mestra sobre a qual um Clube Soroptimista se conserva, a saber, com profissionais representativas nos negócios e na vida profissional onde se localiza o clube. A sócia ativa obrigatoriamente se dedica a uma profissão, seja como profissional liberal seja em nível executivo, isto porque através das sócias se concretizam os projetos, os programas e os prêmios Soroptimistas que beneficiam pessoas, instituições educacionais, sociais e outras. O Clube Soroptimista é um clube de serviço e, como tal, exige comprometimento ao seu ingresso¹².

O clube adota e promove procedimentos e políticas para cumprir os objetivos e metas da Federação, porém, deve manter sua própria identidade, ao mesmo tempo em que assume a responsabilidade de formular políticas soroptimistas e enviá-las, através de suas delegadas, às convenções da Federação, conferências regionais e reuniões de distritos. A expansão de novos clubes é a forma de disseminar a proposta soroptimista de igualdade de gênero e de convivência fraterna.

¹¹ C.f. correspondência interna da SIA para a Região Brasil.

¹² Documento interno não publicado da Região Brasil, Biênio 2000-2002.

Entre 1965 e 1995, a Região sul-americana realizou 24 Congressos e vários encontros de área nos diferentes países, mas, como suas sedes eram votadas no Congresso anterior e o Brasil possuía maior número de sócias, as cidades brasileiras sediaram a maioria dos eventos.

No início dos anos 1980, a Venezuela solicitou sua transferência para a Região do Caribe, tendo como justificativa a pouca esperança de eleger uma governadora venezuelana em uma Região dominada pelas brasileiras. De fato, em 30 anos da organização na América do Sul, das 11 governadoras que dirigiram a Região neste período, somente três não eram brasileiras: Haydee de Benavente (Peru, 70/72) ; Idalia Flores de Zarza (Paraguai, 88/90) e Teresa Ontaneda (Peru, 92/94); como Haydee declinou do cargo alguns meses após sua eleição, por ter mudado para os Estados Unidos, foi substituída por sua vice, Perpétua Pudney de Camargo Neves, brasileira. A saída da Venezuela e a reestruturação administrativa da Federação vão dar origem à SIA – Região Brasil¹³.

O que foi conhecido como *The Plan*, baseou-se na modificação administrativa instaurada pela Federação em 1990, com sua divisão em 13 áreas eleitorais: 1. Brasil; 2 Canadá; 3 parte oeste do Japão; 4 parte leste do Japão; 5 Coreia / Tailândia; 6 México, Panamá e países de língua hispânica da América do Sul; 7- Filipinas, além de mais outras seis áreas que abrangiam várias regiões dos Estados Unidos. O Plano tinha como meta e, de certa forma, uma exigência da Federação, a formação de novas regiões. Desta forma, o Brasil passou a eleger a cada dois anos, uma Diretora da Federação, enquanto os outros países da América do Sul, o fariam em sistema de rodízio, a cada seis anos¹⁴

Esta reestruturação também atingiu o tradicional símbolo soroptimista. O qual foi criado na década de 20 passa a designar a *Soroptimista International* – SI. O que passa a ser utilizado pela SIA é “representado pelo ‘S’, desenhado à mão, simbolizando a forma feminina, marcando sua inteligência e força, a serviço da comunidade internacional” (AZEVEDO, 2017, p.44).

¹³ C.f. correspondência particular de Nordélia Gradowski, governadora da SIA Região América do Sul 1990-1992, à autora.

¹⁴ Ibid.

Em um primeiro momento, a divisão permitiria maior estímulo de desenvolvimento dos clubes da área hispânica, com diretorias próprias, que melhor entenderiam suas necessidades; recebimento duplo dos prêmios da Federação, beneficiando maior número de mulheres em suas comunidades.

Contudo, os prognósticos não se confirmaram. As atividades dos clubes nos países latino-americanos tornaram-se pouco expressivas e o número de clubes e sócias diminuiu a tal ponto que a Federação, para não perder os que ainda existiam, e reforçar a expansão do movimento nestes países, declarou a América do Sul, Região dirigida pela Federação.

Atualmente, fazem parte da SIA os seguintes países: Argentina, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Coreia, Equador, Estados Unidos, Filipinas, Guatemala, Japão, México, Nordeste das Ilhas Marianas, Panamá, Paraguai, Peru, Porto Rico e Venezuela (extinguiu-se a Região Centro-americana, antiga Caribe e os Clubes do Panamá e Costa Rica foram incorporados à Região do México), totalizando, em 2016, 32.453 associadas em 1.290 clubes¹⁵.

De acordo com Azevedo (2017, p.29), a comunicação entre a SIA e o público acontece através da imagem que se envia:

a marca Soroptimismo representa uma organização que procura melhorar a vida de mulheres e meninas [...]. Para atingir nosso objetivo principal e para que ocorra a visibilidade e credibilidade pública é necessário que conheçam nosso nome, programa e missão, para que possamos atrair e reter sócias e patrocinadores. É importantíssimo que sejamos: ser o que dizemos ser (mulheres profissionais e de negócios) e fazer o que dizemos fazer (melhorar a vida de mulheres e meninas). Essa é a nossa marca. É o que nos distingue de outras organizações.
O voluntariado, atualmente, precisa disciplinar a sua ação, submetendo-a a um programa, a objetivos, a uma avaliação.

A Federação dinamizou as seis áreas de programas: Educação; Saúde; Meio Ambiente; Direitos Humanos; Desenvolvimento Social e Econômico; e Boa Vontade e Compreensão Internacional.

A SIA mantém programas que asseguram que mulheres e meninas tenham acesso à educação e treinamento adequado para alcançar seu pleno potencial. Por isso os

¹⁵ <https://www.soroptimistinternational.org>

investimentos voltam-se para programas que realmente produzam mudança mensurável e sustentável na vida destas¹⁶.

Para melhor compreender esta dinâmica organizacional da SIA foram instituídos quatro pilares ou áreas de atuação recomendadas para os clubes: Associadas, Arrecadação de Fundos, Programas e Conscientização Pública, com uma coordenadora cada.

1 Associadas – este pilar atua como facilitador aos clubes nos recrutamentos de membros e esforços para retê-los, além de estimular a abertura de novos clubes. Reforça a importância das sócias e seu comprometimento com a organização; reconhece os esforços criativos e inovadores de recrutamento e retenção do clube que aumenta o número de sócias e/ou melhora a experiência de afiliação ao clube. Exemplos de tais trabalhos incluem campanhas para recrutamento e eventos de arrolamento de novas sócias, realização de reuniões inovadoras, oferecimento de oportunidades para desenvolver liderança, além da avaliação regular do clube.

2 Programas – este pilar envolve a melhoria na vida de mulheres e meninas através de programas que levam à capacitação econômica e social; os projetos desenvolvidos pelos clubes nesta área devem abordar o acesso à educação, pobreza, violência e outros assuntos que afetam a capacitação econômica e social.

3 Arrecadação – este pilar é responsável pelo suporte e assistência aos clubes da Região em seus esforços para melhorar a vida de mulheres e/ou meninas nas comunidades locais e por todo o mundo. A coordenadora de Arrecadação de Fundos assume o compromisso de incentivar projetos de angariação que sejam criativos, bem-sucedidos e necessários aos projetos locais e da federação. Este pilar também deve envolver a comunidade e promover a imagem positiva da organização. 4 Conscientização Pública – o enfoque é tornar cada vez mais os clubes engajados em projetos coordenados de conscientização pública que apoiam a missão soroptimista de melhorar a vida de mulheres e/ou de meninas; este pilar enfatiza o esforço coletivo dos clubes em ações como apoio à comunidade on line LiveYourDream.org; uso de recursos e ferramentas pela federação para aumentar a

¹⁶ C.f. correspondência particular de Nora Blumenstein, Coordenadora de Programas da SIA, para Sônia Maria Delsin, Coordenadora Regional do Sonhe e Realize, em 16/10/2015.

conscientização, e também a visibilidade, sobre os programas da SIA, além de manter uma website atraente e profissional para promover a missão.

Neste contexto, o pilar procura dividir os planos de trabalho desta forma (VALLE, 2008):

Meninas:

- 1 interagir através da internet e correio eletrônico para solicitar informações;
- 2 criar oportunidades de treinamento para líderes nos clubes;
- 3 verificar na comunidade crianças que estão fora da escola;
- 4 meninas com HIV: apoio e prevenção;
- 5 informação sobre gravidez precoce e problemas de saúde que motivam a morte na adolescência;
- 6 informação e prevenção sobre prostituição entre 12 e 14 anos;
- 7 combate à pedofilia;

Mulheres:

- 1 projetos de capacitação para alcançar o empoderamento;
- 2 incentivo à participação do Prêmio Viva o seu Sonho;
- 3 interação com os programas já existentes.

Importante destacar que os clubes são estimulados pela SIA a desenvolver projetos de livre escolha, de acordo com as necessidades de sua comunidade e

desde que afinados com a meta maior que é promover o impacto coletivo. Uma vez que o Clube decida fazer o Projeto, ele poderá inscrever-se em diversas categorias de Prêmios da Região e da Federação. Por exemplo: Celebrando Sucesso e Subsídio de Clube (AZEVEDO, 2016, p.34).

Além destas categorias, a SIA estimula trabalhos dentro de seis áreas de programas: Educação; Saúde; Meio Ambiente; Direitos Humanos; Desenvolvimento Social e Econômico; e Boa Vontade e Compreensão Internacional.

A SIA mantém programas que asseguram que mulheres e meninas tenham acesso à educação e treinamento adequado para alcançar seu pleno potencial. Por isso os investimentos voltam-se para programas que realmente produzam mudança mensurável e sustentável na vida destas mulheres e meninas, e os clubes são

rigorosamente cobrados em relatórios sobre o desenvolvimento e continuidade destas ações. Os principais programas soroptimistas são¹⁷:

Viva o seu Sonho – Educação e Capacitação de Mulheres: este prêmio (anteriormente chamado de Oportunidades para Mulheres) foi criado em 1972 para ajudar mulheres arrimos de família a obter treinamento e habilidades educacionais necessárias para melhorar sua condição de emprego e padrão de vida para elas e para suas famílias. Anualmente, mais de 1,7 milhões de dólares são outorgados em fundos de clube, região e federação para mais de 1200 mulheres, nos países e territórios membros da SIA. As ganhadoras destes prêmios, em dinheiro, podem usá-los para qualquer custo associado com seus esforços educacionais, como mensalidade escolares; livros; cuidados infantis e transporte; a ideia é dar-lhes condições de viverem seus sonhos de uma vida melhor para elas e suas famílias.

Sonhe, Realize: Apoio Profissional para Meninas: voltado para adolescentes entre 14 e 18 anos, de escolas secundárias que enfrentam obstáculos para seu futuro sucesso. Ele oferece a estas meninas acesso a modelos profissionais positivos, orientação profissional e recursos para viverem seus sonhos. Os clubes soroptimistas nos países e territórios membros da SIA, trabalham em parceria com as jovens, em pequenos grupos, ou em uma conferência, para oferecer-lhes informações e recursos que elas querem e precisam para serem bem-sucedidas. Os assuntos abordados incluem oportunidades de carreiras; definição e realização de metas; superando obstáculos, contratempos ou fracassos para o sucesso. A SIA oferece múltiplos recursos para ajudar os clubes em seus projetos locais, o que inclui “kit” para planejamento, guia de abordagem com as jovens e sugestões de programas para serem desenvolvidos em sete sessões.

A SIA ainda promove e estimula a participação dos clubes em outros programas de igual objetivo, ou seja, melhorar as condições de vida de mulheres e meninas, resgatando-lhe a autoestima e a cidadania¹⁸:

Subsídios de Clubes Soroptimistas para Mulheres e Meninas: são prêmios dados aos clubes soroptimistas que, de acordo com a missão da SIA, começam ou dão prosseguimento um projeto que melhore a vida de mulheres e meninas em suas

¹⁷ www.soroptimistinternational.org

¹⁸ www.soroptimistinternational.org

comunidades. No ano de 2016, cerca de US\$ 120.000,00 estavam disponíveis em fundos. A SIA submete estes projetos à avaliação para conceder os recursos, mediante contínua prestação de contas da aplicação do aporte financeiro e resultados.

Comunidade Virtual Viva seu Sonho: comunidade online capacitando ações no mundo real para ajudar mulheres e meninas. Cada sócia ou interessado decide o seu próprio nível de envolvimento em um dos premiados programas soroptimistas. Esta comunidade virtual busca dar visibilidade à missão soroptimista, atraindo simpatizantes para seus trabalhos voluntários, sem criar vínculos associativos com a organização em si, mas com seus projetos, como os três a seguir:

Soroptimistas PARAM o Tráfico: o objetivo principal deste programa é aumentar a conscientização sobre o tráfico de seres humanos e escravidão sexual e combatê-los. O programa dispõe de vários recursos como cartão impresso, usados pelos clubes para oferecer informação sobre o tráfico sexual de mulheres e meninas ao público em geral¹⁹.

Projeto sobre Violência em Namoro entre Adolescentes: projeto que visa aumentar a conscientização sobre violência no namoro entre adolescentes; oferece recursos para adolescentes e suas famílias para prevenir ou acabar com a situação. A SIA criou um marcador de livros, disponível para download ou para comprar, a fim de ajudar os clubes na prevenção deste tipo de violência e promover relacionamentos saudáveis entre os jovens²⁰.

Campanha Soroptimista no Lugar de Trabalho para acabar com a Violência Doméstica: trata-se de um trabalho contínuo para o aumento da conscientização sobre um tipo de violência doméstica pouco discutido, a violência doméstica no lugar de trabalho. O programa possui página na internet dedicada à campanha e que oferece informação e materiais para funcionárias que sofrem violência doméstica, seus colegas e informação também aos empregadores. A página online também

¹⁹ www.LiveYourDream.org.SoroptimistasParamoTrafico

²⁰ www.LiveYourDream.org.OportunidadesdeVoluntariadonoprojetoViolenciaemNamorosentreAdolescentes

inclui instruções para participar da campanha; diretrizes para combater os sinais de violência doméstica no local de trabalho; materiais de publicidade; cartões de emergência e links para outros recursos sobre o tema ²¹.

A SIA possui, ainda, programas de reconhecimento para os clubes em seus projetos e esforços (SÁ, 2017):

Soroptimistas Celebrando Sucesso: programa de reconhecimento dos projetos bem sucedidos dos clubes que melhorem a vida das mulheres e meninas e que promovem a SIA como organização com esta missão. Os prêmios reconhecem as melhores práticas dos clubes em quatro áreas do plano estratégico (pilares) da instituição: angariação de fundos, associação, programa e conscientização pública (2015-2016). Cada região escolhe um projeto em cada uma destas quatro áreas; quatro finalistas da federação serão escolhidas e a Diretoria da SIA seleciona a melhor inscrição de cada categoria entre os finalistas regionais.

As inscrições para este prêmio obedecem aos seguintes critérios, de acordo com os temas dos pilares:

1. Arrecadação – os projetos desta área devem conter as informações requeridas para a angariação de fundos descrita, como despesas do projeto/evento; renda bruta (venda de ingresso; patrocínio; doações; renda de angariações de fundos concomitantes, tais como sorteio ou leilão durante o evento) e renda líquida (renda bruta menos despesas). Também deve conter informações de apoio como lista dos projetos sustentados pelas angariações de fundos de clube, incluindo a quantia dedicada a cada um deles, além de indicar se o clube orçamenta 10% de suas angariações de fundos para a Contribuição de Clube em apoio aos projetos da federação em todos os países. Azevedo (2016, p. 28) explica o destino da arrecadação: “70% para projetos locais; 20% para administração do clube (despesas e pagamentos do próprio clube); 10% campanha anual de clube”.

2 Associação – os projetos desta categoria incluem: como a atividade realizada aumentou e/ou melhorou a experiência de afiliação das sócias no clube; lista dos recursos da SIA utilizados e quaisquer outros materiais em apoio ao projeto e ainda,

²¹ [www.LiveYourDream.org.OportunidadesdeVoluntariadonaCampanhanoLugardeTrabalhoparaAcabarcomaViolenciaDomestica](http://www.LiveYourDream.org/OportunidadesdeVoluntariadonaCampanhanoLugardeTrabalhoparaAcabarcomaViolenciaDomestica)

testemunho sobre as atividades fornecido ao menos por duas sócias atuais que não são oficiais do clube.

3 Programa – a inscrição para esta categoria deve conter: informação sobre a necessidade que está sendo abordada; os métodos utilizados para tratá-la; efeito do projeto, incluindo o número de mulheres ou meninas ajudadas e descrição de como suas vidas mudaram como resultado do projeto. Por último, a categoria exige também a descrição da participação das sócias do clube.

4. Conscientização Pública – os projetos devem incluir: as etapas tomadas para promover o clube e a missão da SIA (exemplo: o clube escreveu para a imprensa sobre o trabalho focalizado na missão? Usou mídia social? Comprou espaço para anúncios? Distribuiu folhetos?); os meios pelos quais estas ações ajudaram melhorar o perfil público do clube e da SIA; resultados dos trabalhos de publicidade do clube (exemplo: quantas candidatas a prêmios, novas sócias e/ou doações o clube obteve? Se o clube angariou fundos, ele apoiou a Contribuição de Clube? O clube registrou pessoas para a comunidade on line *LiveYourDream.org?*).

Somente aqueles projetos que são verdadeiramente coerentes com a missão e requisitos, apontando as melhores práticas, recebem prêmios regionais e da federação.

Certificado de Apreciação: substitui o Prêmio de Clube. Homenageia clubes que preenchem três requisitos durante o ano. Aqui, os clubes não precisam se inscrever para o prêmio, recebendo-o automaticamente, bastando que cumpra:

- Participar em programas da SIA: participar nos Prêmios *Viva o Seu Sonho*; *Educação e Capacitação para Mulheres*; participar ou apoiar o *Sonhe, Realize*.
- Apoiar a filantropia da SIA: contribuir com pelo menos 10% dos fundos angariados localmente para a Contribuição de Clube para apoiar os programas da federação; doar Centavos das Fundadoras para cada sócia em apoio aos programas da federação.
- Aumentar envolvimento com a SIA: fornecer endereços pessoais de e-mails ao escritório central da SIA; enviar os projetos de clube para o Prêmio

Soroptimistas Celebrando Sucessos; atentar para o recrutamento de novas sócias para o clube e criar experiência de clube feliz e saudável.

Como Azevedo (2017) explica, o mundo mudou e mudanças foram colocadas na forma de ação da SIA, em especial, as doações para que nenhum projeto suspenda o aporte financeiro: os clubes são incentivados a organizarem outras formas de arrecadação e subvenção de seus projetos locais e das campanhas e programas da SIA:

Os clubes realizarão eventos (bazares, bingos, chás, apresentações culturais e artísticas), receberão doações de associadas ou de terceiros a fim de sustentar e apoiar projetos das comunidades e premiar suas candidatas nos vários programas.

[...]

Campanhas – os clubes deverão realizar campanhas inovadoras para arrecadação de fundos, com o tema “Sonho de Mulheres e Meninas”, classificando patrocinadores e doadores corporativos ou particulares, de forma a arrecadar um bom montante em toda a comunidade (AZEVEDO, 2016, p.29).

Outra forma de aporte financeiro da SIA é a Sociedade Laurel, programa de reconhecimento das colaboradoras que fazem doações totalizando US\$1.000,00 ou mais. Desde 1994, mais de 6.000 membros da Sociedade Laurel contribuíram com cerca de 10 milhões de dólares para ajudar a capacitar mulheres e meninas. As doadoras recebem um broche especial da Sociedade Laurel quando suas contribuições individuais alcançam mil dólares e um novo broche a cada nível alcançado²²:

<i>Níveis de Reconhecimento</i>	<i>Quantia de Contribuição</i>	<i>Cor da Pedra</i>
Adido	US\$ 1.000	Safira
Enviado	US\$ 2.500	Rubi
Diplomata	US\$ 5.000	Diamante
Embaixador	US\$ 10.000	Pérola
Círculo Interno	US\$ 25.000	Safira
Círculo Interno	US\$ 50.000	Rubi
Circulo Interno	US\$ 75.000	Diamante
Círculo Interno	US\$ 100.000	Pérola

²² C.f. correspondência particular de Nordélia Gradowski, governadora da SIA Região América do Sul 1990-1992, à autora.

A partir de 2015, a SIA mudou o meio pelo qual as sócias podem fazer contribuições individuais para apoiar seus programas, permitindo contribuições designadas. As sócias agora têm a opção de designar sua doação, de qualquer quantia, para apoiar os Prêmios “Viva o seu Sonho”, “Sonhe, Realize” ou simplesmente ajudar a financiar todos os programas da SIA, incluindo “Subsídios de Clube Soroptimista”, “Campanha no Lugar de Trabalho para Acabar com a Violência Doméstica”, entre outros da organização. Doações individuais feitas a qualquer um destes três fundos (Prêmios “Viva o Seu Sonho”, “Sonhe, Realize” ou “Apoio Irrestrito a Programas”) serão reconhecidas na Sociedade Laurel.

Outra modernização da SIA aconteceu, em 2004, com relação a sua identidade visual e o slogan até então utilizado Clève (2012) explica a mudança: como a Soroptimist Internacional – SI mantinha a tradicional logo, desde a década de 1920, ter material diferenciado, marcado com nova configuração ajudaria as associadas a compreenderem melhor quais os produtos, programas e serviços da SI e os da Federação.

Um logo e um slogan são usados por uma organização como parte de uma estratégia global para firmar a marca na mente do público. Para que uma marca seja efetivada, ela precisa ser única, vindo, rapidamente à mente do público quando se fala em organização, produto ou serviço.

A expressão da Soroptimista Internacional das Américas falhou neste ponto e a principal razão foi outras organizações usando o slogan “Fazendo uma Diferença para as Mulheres”. Uma pesquisa pela internet [...] apontou noventa e duas entidades com este mesmo slogan. O Conselho de Diretoras concordou que precisávamos de um novo slogan e a opção foi pelo “O melhor para as Mulheres”, porque é uma boa tradução para a palavra Soroptimista [...] com importante significado [...] porque descreve as qualidades da organização e o trabalho que é realizado no interesse de outras mulheres; também porque a palavra Soroptimista é uma palavra difícil e usar o slogan que é a tradução da palavra é uma ótima estratégia e não é marca registrada de nenhuma organização (CLÈVE, 2012, p.86).

Surgia assim, em julho de 2004, a Campanha Renascença com objetivo de revitalizar, modernizar e motivar as associadas – e as potenciais soroptimistas – a enfrentarem os desafios por que passa a sociedade mundial, incluindo os programas da organização. A começar pelo novo logo, adotado pela SIA: um “S” estilizado com o slogan “O Melhor para as Mulheres”.

A plataforma virtual *LiveYourDream.org* mostrou que a SIA, a caminho de seu centenário, se ajustou às crises econômicas atuais: permitir doações contínuas sem

a obrigatoriedade de associar-se, bem como parceiros corporativos e já começa a trazer resultados significativos: 80.000 apoiadores envolvidos nesta opção de participação (AZEVEDO, 2017).

Tanto a Sociedade Laurel como o LiveYourDream.org dão suporte aos dois projetos-alvos da SIA, os Prêmios *Viva o seu Sonho* e *Sonhe, Realize*. O primeiro visa candidatas

que superaram obstáculos e estão tentando colocar suas vidas de volta ao normal, construir uma vida melhor para si mesmas e para suas famílias, e sair juntamente com suas famílias da pobreza, por meio da educação e capacitação. Elas superaram violência, saúde mental, dependência química, problemas de saúde, a morte de um cônjuge ou dos pais. E são mulheres com dependentes. No mundo inteiro, as famílias chefiadas por mulheres têm os índices mais altos de pobreza (AZEVEDO, 2017, p. 103).

Com o Prêmio *Sonhe, Realize* a SIA procura

alcançar meninas que não têm acesso aos recursos ou informações para viverem seus sonhos. Nós nos concentramos em meninas de escola secundária que, na maioria dos casos, estão entre as idades de 14 a 18 anos. As meninas de outras idades podem se beneficiar com o programa [...]. Apesar de todas as meninas enfrentarem barreiras por causa do seu gênero, estamos tentando alcançar meninas que possuam ainda maiores obstáculos, incluindo a pobreza, uma vida doméstica instável, que vivem em orfanatos, ou que são mãe adolescentes. Ajudar estas garotas identificarem seus objetivos profissionais, e seus caminhos para o sucesso, irá ajudá-las a superar barreiras e obstáculos que encontrarem em seu futuro (AZEVEDO, 2017,p. 104).

Azevedo (2017, p.107) informa que a Soroptimist of the Americas tem em seu Plano Estratégico para 2016 a 2018, as seguintes áreas para os clubes desenvolverem em seus projetos:

Igualdade de gênero: mulheres e meninas vivem livres de discriminação.
Empoderamento: mulheres e meninas são livres para agir em seu melhor interesse.
Educação: mulheres e meninas merecem viver vidas plenas e produtivas através do acesso à educação.
Diversidade e Solidariedade: mulheres de várias origens e perspectivas trabalham juntas para melhorar a vida de mulheres e meninas.

Para dar continuidade a estes programas e prêmios, a SIA “precisa de dinheiro para angariar dinheiro e as organizações mais bem sucedidas tem robustos trabalhos de angariação de fundos” (SÁ, 2017, p.115). Assim, prossegue a autora, renovar a experiência de doação é fundamental para entender a filantropia soroptimista do século XXI, que têm como estratégias:

1 melhorar a experiência dos doadores: encorajar a cultura de doação; demonstrar o impacto da filantropia organizacional para avançar a missão da SAI; administrar nos doadores e reconhecimento dos clubes e indivíduos por seus aumentos em contribuições.

2 aumentar a quantia total de doações: cultivar novos doadores e reter doadores atuais.

3 Melhorar a capacidade para levantar doações extraordinárias: apoiar o Conselho de Angariação de Fundos para aumentar doações e encorajar as sócias e apoiadores no papel de embaixadores de angariação de fundos.

4 Aumentar apoio financeiro de fontes externas: cultivar contribuições corporativas.

Azevedo (2017) afirma que nos países em que a SIA atua quase 20 milhões de mulheres e meninas vivem na pobreza. Os perfis de mulheres e meninas identificados pela SIA em seus dois programas principais são justamente os que mais sofrerem com outro tipo de violência, além da pobreza e da desigualdade de gênero, o tráfico de pessoas, outro tema desenvolvido pela organização que conta, há 17 anos, com intensa campanha de prevenção, orientação e ajuda da Região Brasil, analisada no capítulo seguinte.

2.7 Conclusão Parcial

. Desde a Antiguidade, a História da Humanidade vem sendo contada sob a ótica masculina.

. O feminismo surge, como movimento social, no contexto das ideias iluministas da Revolução Francesa e da Independência Americana e em um primeiro momento, era um movimento por inclusão política.

. O sufrágismo conseguiu o direito de voto pelas mulheres na maior parte dos regimes eleitorais nas primeiras décadas do século XX, porém, não lhes trouxe a igualdade de gênero.

. A igualdade de gênero se refere essencialmente à mudança da posição das mulheres na sociedade.

. É com Bertha Lutz, cientista, cientista e advogada que o movimento feminista no Brasil passa a lutar pela igualdade de gênero: para ela, as mulheres tinham o dever e o direito de trabalhar e construir uma carreira, assim como os homens.

. Seu engajamento em movimentos feministas no exterior fazem Bertha Lutz se aproximar das soroptimistas norte-americanas e seu reconhecimento internacional pela comunidade científica fazem-na figura de ponta no cenário político nacional, sendo indicada por Getulio Vargas a representar o Brasil na Convenção que definiria a Carta das Nações Unidas. Graças a sua forte intervenção, é colocada no documento a igualdade de gêneros.

. Ainda assim, permanecem no Brasil como os dois grandes obstáculos dentro da igualdade de gênero: o abismo salarial entre os dois sexos e a desigualdade no acesso à educação.

. A ONU destaca-se como maior órgão internacional em defesa de mulheres e crianças, promovendo tratados e conferências que, paulatinamente, tentam proteger os direitos humanos de mulheres e meninas.

. Em 1921, a elevação do status feminino foi o principal objetivo na criação da Soroptimist Internacional (SI), ao congregar mulheres economicamente independentes para ações de melhoria na condição de vida de mulheres e meninas, com estratégias de formação cultural e profissional para a de geração de empregos e formação de líderes dentro de cada comunidade, tornando-se, a partir do final dos anos 1940, o maior clube feminino de servir, cujas ações são reconhecidas pela ONU e ECOSOC.

. A Soroptimist International of the Americas (SIA) surge como uma das quatro Federações da SI e é formada por todos os clubes estabelecidos dentro do território designado pela Federação, totalizando, em 2016, 32.453 associadas em 1.290 clubes.

. Os programas e prêmios da SIA envolvem, como forma de empoderamento de mulheres e meninas, a educação e inserção no mercado de trabalho, incentivando

sua independência financeira. Atualmente, os dois programas principais da SIA são os Prêmios *Viva o seu Sonho* e *Sonhe, Realize*.

. A SIA têm o aporte financeiro apenas de suas associadas, porém, incentiva seus clubes a criarem estratégias e co-parcerias na continuidade de projeto que efetivamente produzam resultados na melhoria das condições de vida de mulheres e meninas.

Desta forma, o Terceiro Capítulo da presente pesquisa vai apresentar a atuação da SIA Região Brasil, em especial, os Programas *Viva seu Sonho* e *Sonhe, Realize*, destacando, também, a prevenção e o combate ao tráfico de mulheres e meninas, com o desenvolvimento de medidas preventivas.

3. Soroptimist International of the Americas – Região Brasil

O Brasil já dispunha, em 1947, potencial de implementar tanto os valores soroptimistas como de expandir os programas internacionais da organização e, a partir de Bertha Lutz, isto realmente aconteceu de forma contínua até que como visto anteriormente, na década de 1990, a Venezuela ao preferir permanecer na então Região do Caribe dá impulso a criação da Região Brasil. Porém, outros fatores contribuíram para esta cisão²³.

Além da exigência da Federação para formar novas regiões, outros fatores mostraram ter chegado o momento da separação entre as soroptimistas de língua portuguesa das de língua espanhola, entre estes, diferenças culturais; distâncias geográficas; idioma (cada vez que se realizava um Congresso no Brasil, solicitava-se a presença de intérpretes); desempenho administrativo e financeiro abaixo do esperado pelos clubes latino-americanos; maior número de clubes brasileiros ganhadores dos Prêmios da Federação e maior número de coordenadoras regionais do Brasil.

Na sessão de agosto de 1995, o Board (Diretoria) da Federação votou por se estabelecer uma região soroptimista no país. Em clima tenso, a votação aconteceu por correspondência. No dia 03 de agosto de 1996, na cidade de São Vicente (SP), a diretora Tânia Machado de Sá, representando a SIA, instalava, oficialmente, a Região Soroptimista do Brasil, com Teresa Mangiocca Almeida Bueno de Camargo como primeira governadora (de 1996 a 1998) (VALLE, 2008).

A Região Brasil é administrada por Diretoria eleita pelas Soroptimistas e composta por uma Governadora, Governadora- eleita, Secretária e Tesoureira. As eleições ocorrem a cada dois anos, sendo considerado o início de mandato a data de 01 de julho. Atualmente é formada por 27 clubes que estão em seis Estados da União: Goiás, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Distrito Federal²⁴.

3.1 Programas desenvolvidos pela Região Brasil

²³ C.f. Anais do XXII Congresso Regional da América do Sul – Santiago do Chile, abril de 1994.

²⁴ www.soroptimistbrasil.com.br/pt/regiao-brasil/

A partir de 1996, a Região Brasil ganha força, independência e reconhecimento dentro da Federação, a ponto de continuar sozinha um programa que a SIA deixou de manter por questões financeiras e administrativas, por exemplo, o Fórum Juvenil Soroptimista, que pertencia a então Região da América do Sul da SIA e mantido em todas as regiões.

O Fórum Juvenil Soroptimista foi criado como seminário, em 1977, voltado para estimular jovens lideranças, meninas e meninos. O programa, desenvolvido agora só na Região Brasil a cada dois anos, envolve adolescentes de 16 a 19 anos, alunos do Ensino Médio, para trabalharem em um tema pré-determinado e de interesse global. Os participantes defendem uma linha de pensamento (através de pesquisa e debates) e são estimulados a fazer uma auto avaliação sobre sua maneira de observar a comunidade em que vivem. O programa faz com que os jovens reflitam sobre os fatos a sua volta, suas dimensões sociais, políticas e culturais, quais as mudanças que poderiam acontecer, as maneiras de analisá-las e de implementá-las para uma vida melhor, além de participarem de um programa estruturado e de dividir experiências. O Fórum Juvenil ajudam estudantes a formarem habilidades efetivas de participação em grupo e beneficiam, também, a própria sócia soroptimista porque ele oferece imersão em um tema do ponto de vista dos jovens (que não são seus filhos), enquanto aumenta a divulgação do Soroptimismo na comunidade.

De acordo com a Agenda Soroptimista 2016 – 2018, a Região Brasil é também responsável pelos seguintes Projetos e Prêmios:

Prêmio Violet Richardson – voltado para meninas entre 14 a 17 anos, que realizam trabalhos voluntários em suas comunidades e escolas. Este prêmio destina-se às jovens líderes, cujas atividades voluntárias melhoram a vida de sua comunidade. Valle (2008, p.38), dá exemplos de quem pode candidatar-se ao Prêmio:

- Uma jovem que apresente interesse, criatividade e, acima de tudo, esteja comprometida em fazer do mundo um lugar melhor;
- Uma jovem que tenha demonstrado iniciativa de identificar um problema, e como também, tentativas para solucioná-los;
- Uma jovem que tenha realizações significativas e valorosas como voluntária.

Os clubes soroptimistas podem enviar os formulários às organizações de parceria ou diretamente a uma possível candidata. A premiação envolve US\$ 1.000 para a

vencedora e a mesma quantia adicional para a organização onde a jovem presta o voluntariado. A coordenação do prêmio recebe os processos de todos os clubes do Brasil, monta uma planilha com todas as jovens e seus trabalhos, organiza um corpo de três jurados para olhar cada processo e escolher aquele que mais representa o perfil do prêmio: liderança da jovem, criatividade e iniciativa (SÁ, 2017).

De modo geral, a maioria das indicações é de jovens que atuam em igrejas (católicas, evangélicas ou instituições espíritas), pastorais de igreja, centros comunitários e algumas ONG's de seus bairros e que atuam em asilos, creches e casas de apoio. Esses locais recebem as jovens como em seus trabalhos, orientando-as e ensinando-as no trabalho voluntário. Algumas também pertencem a clubes de servir, como Rotary Clubes, atuando nos Rotaract, formado por jovens. Observa-se que na maioria das vezes, são jovens que acompanham seus pais, já engajados em trabalho voluntário e dão sequência a esta atividade, estimuladas pelo exemplo.

Os projetos de serviço voluntário, candidatos ao prêmio, que beneficiem mulheres ou meninas são mais valorizados, mas podem incluir temas que tratam de problemas sociais como desabrigo, violência, uso de drogas, desemprego, analfabetismo, AIDS e poluição. Os temas ainda podem incluir abuso sexual, decisões relativas ao sexo, mães adolescentes, carreiras, finanças ou qualquer outro projeto que especificamente beneficie mulheres, jovens ou meninas, mas podem incluir assistência a qualquer grupo, inclusive idosos, excepcionais e grupos de pessoas com problemas mentais ou emocionais.

O prêmio é baseado exclusivamente no trabalho voluntário e qualidades de liderança da candidata: é uma oportunidade para homenagear a menina. Segundo a Região Brasil, a candidata pode não ser a melhor estudante, a melhor atleta ou a menina mais popular na escola, porém, está comprometida em fazer do mundo um lugar melhor.

Prêmio Sorotimista Ruby: Mulheres Ajudando Mulheres - o Prêmio Soroptimista Ruby, anteriormente chamado *Prêmio Soroptimista Fazendo uma Diferença para Mulheres*, recebeu o nome da primeira presidente da federação, Ruby Lee Minor. O

rubi também é uma pedra preciosa, geralmente associada à sabedoria, importância, vitalidade, força poder e amor: todas as palavras revelam o perfil de quem recebe esse prêmio²⁵. A iniciativa homenageia mulheres que ajudam mulheres em sua comunidade, promovendo impacto coletivo e fazendo diferença na vida de mulheres e meninas. Este prêmio não apenas reconhece o esforço dessas mulheres, mas também promove oportunidade para recrutamento de novas sócias, bem como de divulgar as ações do clube e da organização soroptimista como um todo para o público. A premiação é feita da seguinte forma:

O Prêmio começa a nível de clube, onde os clubes reconhecem mulheres de suas comunidades. Os clubes enviam as suas inscrições a nível regional, onde a região seleciona e homenageia uma mulher durante os congressos. As regiões enviam inscrições para nível da federação, onde uma mulher é escolhida para receber US\$ 5.000 para ser doado à organização beneficente de sua preferência.

A premiada pode ser convidada a receber o seu prêmio durante a Convenção Bienal, ou em outra reunião da federação (VALLE, 2008, p.41).

A Região Brasil também homenageia soroptimistas através das seguintes premiações²⁶:

Prêmio Gilda Correa Fleury - para soroptimistas que completam 50 anos de atividades ininterruptas na organização.

Prêmio Ecilda Gomes Haensel - para soroptimistas que completam 40 anos de atividades ininterruptas na organização.

Prêmio Marlene Miran Godoy Elbel – para soroptimistas que completam 30 anos de atividades ininterruptas na organização.

Prêmio Perpétua Pudney de Camargo Neves – para soroptimistas que completam 20 anos de atividades ininterruptas na organização.

Prêmio Marina de Magalhães Santos Silva – para sócias que completam 10 anos de atividades ininterruptas na organização.

Soroptimista Destaque – para sócia que se destacou em seu clube na realização de trabalhos soroptimistas durante o ano.

A Região promove ainda:

Elo da Amizade – promove a confraternização das associadas e estimula o intercâmbio entre os clubes da Região Brasil e das outras regiões do mundo.

²⁵ www.soroptimist.org.br

²⁶ C.f correspondência enviada aos clubes pela Coordenadora de Leis e Resoluções Região Brasil em fevereiro de 2017.

Atenção ao Grupo de Informação Soroptimista (GIS) – estimula e orienta a correta utilização de temas soroptimistas como meio de comunicação e relacionamento; meio de relacionamento familiar e sadio das ações das sócias, sucessos pessoais e familiares entre todas as associadas.

In Memoriam – presta homenagem póstuma às companheiras soroptimistas, destacando seu empenho na organização.

Nações Unidas – o SI tem assento na ONU e a Região Brasil incentiva os clubes a considerarem o Dia das Nações Unidas, 24 de outubro, como data a ser lembrada em nível local.

Interclubes – trata-se de reunião anual por clubes soroptimistas de cada estado do Brasil, para promover intercâmbio de ideias, projetos e experiências diversas. O encontro é realizado aos sábados, preferencialmente aos sábados e tem pauta desenvolvida durante todo o dia.

A Região Brasil também estimula cada clube a desenvolver projetos de livre escolha, desde que promovam impacto coletivo na vida de mulheres e meninas e por esta razão, vem conquistando prêmios importantes nas categorias *Subsídio de Clube Soroptimista para Mulheres e Meninas* e *Programa Soroptimistas Celebrando Sucesso*. No primeiro, os clubes são motivados a iniciar ou dar continuidade a projetos em suas comunidades e devem refletir dois aspectos exigidos pela SIA: melhorar a vida de mulheres e meninas, para acabar com a pobreza e a violência contra elas e tratar de assuntos que afetam diretamente o desenvolvimento econômico, social e político delas²⁷.

O Subsídio de Clube obrigatoriamente envolve as sócias porque descreve suas atividades no projeto escolhido; faz com que seja identificado um problema dentro da comunidade na qual o clube está inserido; fortalece a presença soroptimista na sociedade e, em especial, deve apresentar resultados mensuráveis, já que na Proposta a ser encaminhada ao Escritório Central da SIA deve incluir orçamento detalhado para sua execução. Em 2016, o subsídio foi solicitado, e enviado o respectivo projeto, por seis clubes da Região Brasil: Cubatão, Lages, Porto Alegre, Rio do Sul, Rio Negro e São Vicente; ao todo, a SIA recebeu 38 propostas

²⁷ www.soroptimist.org.br

solicitando verbas. Destas, quatro clubes foram contemplados (Cubatão, Porto Alegre, Rio do Sul e Rio Negro).

Para participar do *Celebrando Sucessos*²⁸ as exigências do projeto incluem melhorar a vida de mulheres e meninas como também promover a Soroptimist como uma organização que visa este resultado em várias partes do mundo. Os clubes devem desenvolver práticas efetivas em uma destas quatro áreas/pilares: associadas, programas, arrecadação e conscientização pública. Um clube em cada região será premiado em cada área. O Conselho de Administração da SIA seleciona, entre as finalistas das regiões, as quatro finalistas da federação.

Através do *Celebrando Sucessos*, os clubes participantes podem mostrar seu perfil, sua identidade com características específicas da região onde se situam. Os projetos apresentados são também estratégias para auxiliar os demais clubes em novas práticas de trabalho ou melhorar as já existentes. De acordo com dados de 2016, houve 100% de participação dos 28 clubes da Região Brasil, em um total de 51 projetos analisados em uma das quatro áreas/pilares.

Desta forma, os clubes ganhadores do *Celebrando Sucessos*, em cada área, foram assim escolhidos de acordo com seus projetos²⁹

Área/pilar Arrecadação de Fundos: SI Rio Negro (PR) – Bazar 2016: o clube realiza, desde 2007, bazares anuais como sua maior fonte de arrecadação de recursos. A primeira edição do bazar tinha como objetivo levantar recursos para a construção da Casa Abrigo para Mulheres Vítimas da Violência no município. Atualmente, os recursos dos bazares destinam-se aos programas soroptimistas em prol de mulheres e meninas realizados pelo clube. No ano de 2016, a arrecadação líquida do bazar do SI Rio Negro foi de R\$ 15.703,50 (quinze mil, setecentos e três reais e cinquenta centavos).

²⁸ C.f. correspondência particular de Lídia Ines Kulakowski, Coordenadora Regional *Celebrando Sucesso* – biênio 2016-2018 para as presidentes e coordenadoras do Prêmio *Celebrando Sucesso* da Região Brasil, em 06/05/2017.

²⁹ C.f. correspondência particular de Maria Helena Riquinho dos Santos, Coordenadora Pilar Programas Região Brasil 2016 -2018 aos clubes, em 22/06/2017.

Área/pilar Associação: SI Lages (SC) – “Vamos embarcar conosco?”. Neste projeto vencedor, as associadas do clube convidam mulheres da comunidade com perfil soroptimista para entrarem na organização, freqüentando reuniões de serviços, eventos sociais do clube e algumas até participam na execução de alguns projetos. No período de 2015/2016, em reunião solene, onze novas associadas tornaram-se soroptimistas pelo trabalho realizado no clube de Lages.

Área/pilar Programa: SI Araguari (MG) – “Educar para liderar: foco, força e fé com valores”. O clube realiza este programa educativo, com atividades vivenciais e metodológicas, realizadas por professores, facilitadores voluntários e associadas, buscando ajudar meninas de 14 a 17 anos a desenvolverem 12 valores-chaves pessoais e sociais: Cooperação, Liberdade, Felicidade, Paz, Honestidade, Humildade, Amor, Respeito, Responsabilidade, Simplicidade, Tolerância, União e Sexualidade (tema incluído a pedido das participantes). Na primeira etapa do projeto, realizada na escola, houve adesão de 19 meninas, em reuniões de duas horas, duas vezes por semana, com duração de quatro semanas (oito encontros). Na segunda etapa, também na escola, houve adesão de seis meninas, em reuniões de três horas, uma vez por semana, durante seis semanas (total de 18 horas de preparação). Segundo relato dos professores às associadas, o crescimento e interesse das meninas nas atividades escolares aumentou visivelmente.

Área/pilar Conscientização Pública: SI Presidente Prudente (SP) – “Março é Mulher”. Este projeto insere-se na programação alusiva ao Dia Internacional da Mulher, em parceria com a Ordem dos Advogados e a Associação de Mulheres de Negócios e Profissionais de Presidente Prudente e vem sendo realizado desde 2011, com duração de 22 dias, nos quais advogadas realizam atendimento para esclarecimento e orientação à mulheres carentes, além da exposição e vendas de produtos confeccionados por mulheres carentes e cursos diversos ministrado pelas associadas.

Uma vez que o clube decida fazer determinado projeto, ele poderá inscrever-se em diversas categorias de Prêmios da Região, como os acima citados, e da Federação (Viva o seu Sonho: Educação e Capacitação para Mulheres e Sonhe, Realize: Apoio Profissional para Meninas).

O *Viva o seu Sonho: Educação e Capacitação para Mulheres* é realizado em três etapas. A primeira compõe-se de classificação e conferência dos documentos enviados pelos clubes e validação das inscrições; na segunda fase, selecionam-se as candidatas pelas suas histórias de vida (ou as “dez mais necessitadas”). A última etapa classifica as seis finalistas da fase anterior. Em 2016, o prêmio de US\$ 5.000 (cinco mil dólares) foi para a inscrita pelo SI de Cubatão (SP): arrimo de família, necessidade financeira e sonhos de empoderamento comprovados; cursa a Faculdade de Direito para ajudar a filha deficiente física; as duas utilizam o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES). Caso seja escolhido também pela SIA, o prêmio equivale a US\$ 10.000 (dez mil dólares)³⁰.

O segundo e terceiro lugares ganharam três mil dólares cada; o quarto lugar, um mil e quinhentos reais e o quinto e sexto, um mil reais respectivamente (a Região Brasil é a única que premia também o quinto e sexto lugares).

Já o *Programa Sonhe, Realize: apoio profissional para meninas*, apesar de ser atraente e vir de encontro aos anseios e necessidades das adolescentes, curiosamente, não obteve os 100% de adesão desejada pela Região Brasil. Assim, em 2016, a Comissão Julgadora analisou 23 projetos enviados à Coordenadora Regional, classificando os projetos de três clubes: SI São Vicente, SI Curitiba e SI Brasília. Os clubes vencedores realizaram atividades que produziu impacto coletivo, retirando meninas da exclusão social, buscando sua capacitação que garantisse uma colocação no mercado de trabalho. Segundo dados da Região Brasil, os três clubes cumpriram os requisitos exigidos pela SIA e pela Região Brasil, enriquecendo-os com técnicas pedagógicas criativas, a fim de qualificar as jovens para uma profissão e serem pessoas de relevância na comunidade. Os clubes não apenas se preocuparam em cumprir objetivos, metas e currículos do *Programa Sonhe e Realize* como possibilitaram a conexão entre valores pessoais das meninas com possíveis carreiras. Ainda, as equipes que trabalharam no projeto se dedicaram ao papel de “mentores”, de forma a conseguir o empoderamento destas meninas. Os prêmios oferecidos pela Região Brasil foram um mil reais para o SI São Vicente e quinhentos reais para os outros dois colocados.

³⁰ C.f. correspondência particular de Lídia Ines Kulakowski, Coordenadora Programa Celebrando Sucessos 2016-2018 à autora.

Tanto no site da SIA como no da Região Brasil, existe a ênfase na participação e angariação de fundos para os dois programas principais da SIA *Viva o seu Sonho: Educação e Capacitação para Mulheres* e *Sonhe, Realize: apoio profissional para meninas*. As verbas destes dois programas além de ajudarem iniciativas em países diversos onde existe um clube soroptimista são as principais fontes de ajuda às mulheres e meninas de todas as idades vítimas do tráfico humano, tema que as soroptimistas abraçaram junto com a ONU, pela estarrecedora rede em funcionamento no mundo todo.

O problema, tido como fundamental pela ONU, no começo dos anos 2000, também fará parte de pesquisa e posicionamento firme da SIA, mobilizando a Região Brasil, no começo do novo século, com o projeto *Soroptimistas PARAM o Tráfico*.

O assunto é considerado de alta relevância pela organização e os clubes têm liberdade para começar ou continuar a Campanha por tempo ilimitado. Região Brasil desenvolveu mecanismos de trabalho para prevenir e auxiliar as vítimas do tráfico através da *Campanha Soroptimistas Param o Tráfico*, assunto desenvolvido no próximo item.

3.2 Soroptimistas Param o Tráfico

Como membro do ECOSOC e da Comissão para o Status das Mulheres, a SI e suas federações participam de conferências e encontros internacionais, cuja pauta principal de discussão envolve melhores condições de vida para mulheres e meninas ao redor do mundo. Foi assim em 1993, na Conferência Internacional de Viena, onde os direitos das mulheres tornaram-se direitos humanos, e em 1995, em Beijing, na Quarta Conferência Mundial de Mulheres, quando 189 países adotaram a Plataforma de Ação, na qual, uma das doze áreas críticas era a criança do sexo feminino (CLÈVE, 2012).

Destes dois encontros, em 1997, a SIA solicitou aos clubes, informações sobre a situação das meninas em cada região. O resultado, apresentado na Comissão para o Status das Mulheres, em março de 1998, fez parte do Apelo da Presidente, no ano seguinte, com o slogan *Soroptimistas Param o Tráfico*, com renda destinada para a UNIFEM (Fundo das Nações Unidas para o Progresso da Mulher) e Instituto

Miramed. A primeira, voltado ao projeto de construção de um centro antitráfico em Mumbai, Índia; o segundo combate o tráfico nas cidades, estados e países, além do trabalho na antiga União Soviética, através de educação e campanhas na mídia.

Em julho de 2000, a Região Brasil começa nova gestão com a governadora Tânia Machado de Sá. No mês seguinte, a SI lança sua Declaração sobre o Tráfico. No documento de 22 de agosto de 2000, a organização

Define tráfico como recrutamento, transporte, transferência, abrigo ou recebimento de pessoas, especialmente mulheres e crianças, mediante ameaça ou uso de força, seqüestro, fraude, meios enganosos ou coerção, com o propósito de exploração. Isto inclui exploração física, mental e sexual, independente da vontade da pessoa, todas as formas de prostituição, trabalhos ou serviços forçados, escravidão e débito escravizante.

[...]

Soroptimist International compromete-se a:

- participar com a comunidade mundial num enfocado e coordenado esforço internacional para erradicar as causas originárias do tráfico;
- identificar, prender e punir os criminosos;
- ajudar as vítimas na recuperação de sua saúde física e mental, dignidade e legítimo lugar na sociedade;
- despertar a consciência comunitária através da educação social e serviços de saúde, trabalhando em estreita ligação com todos os níveis de repressão legal.

Para tanto, Soroptimist International trabalhará em parceria com governos, com outras organizações não governamentais, com Agências da ONU e outros organismos apropriados a erradicar o flagelo do tráfico (CLÈVE, 2007, p.37)

No mesmo ano, em novembro, Brasília sedia o Primeiro Seminário Internacional sobre Tráfico de Seres Humanos, cujo objetivo era incentivar a troca de informações, conhecimentos e experiências bem sucedidas de combate ao tráfico; o evento contou com participação de membros do Federal Bureau of Investigation (FBI), International Criminal Police Organization (INTERPOL), Serviço Europeu de Polícia (EUROPOL) e New Scotland Yard - Metropolitan Police Service (NSY). As discussões do seminário vão traçar as estratégias de ação da Região Brasil sobre o tema, em documento sobre o tráfico no Brasil a ser apresentado no congresso internacional da SI em 2001 (CLÈVE, 2007).

Na ocasião, a Região Brasil orienta os clubes e as associadas para³¹:

1.Ler, estudar e discutir o documento da SI sobre o tráfico (Declaração) e compará-lo com a realidade encontrada em suas comunidades.

³¹ C.f. correspondência da Governadora Região Brasil aos clubes, em novembro de 2000.

2. Levantar dados sobre a Ação Governamental para meninas e jovens do sexo feminino, em suas comunidades (federal, estadual e municipal) atendendo para programas/projetos existentes; progressos obtidos; problema mais grave; leis e observando acesso à educação (em especial, projetos para atender meninas, jovens gestantes e mães adolescentes); acesso à saúde e nutrição; medidas de proteção para eliminar atitudes e práticas culturais negativas (casamento/união precoce, gestação precoce); medidas de proteção contra violência (abuso físico, abuso sexual, casa abrigo); medidas de proteção contra a exploração econômica (trabalho, comércio sexual, direitos da família).
3. Pesquisar o trabalho das ONGs nas cidades onde atuam os clubes soroptimistas.
4. Desenvolver algum programa ligado às meninas/adolescentes.

No mesmo ano de 2000, em dezembro, a SI apóia a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional e seu Protocolo sobre o Tráfico e assume formalmente o compromisso de trabalhar na prevenção do tráfico de mulheres. Para a organização,

Está patente que um país sozinho não poderá combater esse crime e que nenhum governo pode tratar deste assunto com indiferença ou intolerância e as estratégias devem ser centradas, na prevenção, no cumprimento da legislação e na reintegração das vítimas (CLÈVE, 2012, p.170).

Assim, até março de 2001 (prazo para os dados serem enviados à SIA), a Região Brasil intensifica circulares solicitando a participação efetiva dos clubes para apresentação de resultados/iniciativas durante a convenção internacional da SI. Contudo, se a comunidade mundial alertava para a gravidade do tema, no Brasil, em um ano, os comunicados dos clubes soroptimistas da Região mostravam o desconhecimento da realidade do tráfico de seres humanos³². De acordo com Clève (2007), o Governo do Paraná e a Polícia Federal não tinham projetos/programas de combate ao tráfico de mulheres; os inquéritos eram de responsabilidade da Polícia Federal que os tratava como qualquer outro crime internacional, sem operação específica. Segundo a autora, a polícia dizia que nunca havia ouvido falar de prisão por tráfico de mulheres no Paraná.

³² Ibid.

Os clubes da Região Brasil recebiam, da governadora, material de apoio como jornais e revistas com informações sobre o tema, reforçando que as estratégias de ação deviam ser voltadas para cada realidade. Com o slogan “Comprometidas com nossos sonhos”, a Região Brasil cobrava de forma efetiva a participação das sócias no desenvolvimento de projetos de prevenção ao tráfico de mulheres e meninas, bem como ajuda efetiva para as vítimas, mesmo encontrando dificuldades e resistência de autoridades governamentais.

O V Congresso da Região Brasil, de abril de 2001, desenvolveu o workshop Tráfico de Mulheres, cujo objetivo era solicitar que os grupos/clubes apresentassem estratégias para elaborar a Campanha de Prevenção ao Tráfico de Mulheres. Os grupos seguiam um roteiro pré-estabelecido: slogan para a campanha; cartazes alusivos; forma de atuação; público alvo; recursos a serem utilizados e avaliação do projeto.

Os seis grupos formados retrataram o entendimento das sócias com relação ao tema e suas possíveis origens/dimensões (CLÈVE, 2007):

1- Grupo Combate à Pobreza, ligado à área de Desenvolvimento Econômico/Social. O projeto deste grupo propunha resgatar valores, elevando a autoestima de meninas e mulheres em situação de risco, buscando a estruturação familiar. Tinha como slogan para a campanha, *Pobreza, causa ou consequência?*

2- Grupo Educação. Suas ações propostas envolviam palestras e reuniões em escolas, servindo como alerta para professores, pais e alunos, tendo meninas de 10 a 12 anos como público alvo. Sua proposta de slogan: *Tráfico de Mulheres, não deixe acontecer!*

3- Grupo Saúde. Este grupo também escolheu como público alvo meninas de 10 anos, mas incluiu também adolescentes e mulheres. Sugeriu parcerias, além da comunidade e da mídia, o Conselho Tutelar, a Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente, Delegacia da Mulher e as Secretarias de Educação e da Saúde dos municípios e Estados. Pretendiam resultados rápidos, com avaliação após seis meses de campanha, buscando avaliar atitudes melhoradas das adolescentes, maior interesse nos estudos, melhora na autoestima. Slogan sugerido: *Mulher, viver com dignidade é seu direito!*

4- Grupo Midia. Este grupo visava o trabalho com a mídia para conscientização sobre o tráfico de pessoas. Para tal, sua proposta incluía o envio de releases, sensibilização dos contatos, em especial, os de programas femininos. Além dos releases, seriam usados cartazes únicos distribuídos em todo o país. Como slogan de sua proposta, a frase: *Denuncie o tráfico de mulheres: a próxima vítima pode ser seu ente querido!*

5- Grupos Direitos Humanos. O grupo sugeriu uma campanha em três etapas. A primeira deveria criar impacto através de filme institucional, slogan, cartazes e outros meios de impacto. A segunda etapa exigia que cada clube desenvolvesse projeto derivado da campanha para sua comunidade, através de palestras, debates, entre outras ações. A última etapa pretendia envolver entidades locais para colaborar com a campanha através de parcerias. O slogan sugerido era *Tráfico de Mulheres é uma realidade! Você pode impedir isso!*

6- Grupo Comunidade. Este grupo pretendia, com as informações colhidas pela Região Brasil, preparar psicólogos, professores, delegados e advogados para o problema, chamando a atenção da comunidade através de caminhadas, faixas, distribuição de folders em centro comunitários, associações de pais e mestres; para as escolas, o grupo sugeria levar o tema por meio de dramatizações, vídeos, cartazes e até mesmo um júri simulado, enfatizando trabalhos desenvolvidos pelos alunos após a exposição, bem como questionários a serem respondidos pelos participantes adultos. O slogan apresentado foi *Tráfico de Mulheres é uma realidade. Mulher, você pode impedir isso!*

Os grupos cinco e seis foram os que mais se aproximaram das ações efetivas da Região Brasil no combate e prevenção ao tráfico de mulheres e meninas. Nos meses seguintes, a governadora percorreria os clubes não apenas com informações vindas da SIA como levantava dados que cada um recolhia, com um ponto em comum, a dificuldade de acesso e de respostas de órgãos públicos.

Algumas informações recolhidas formaram um manual básico³³, de referência ao assunto, digitado e copiado, distribuído aos clubes, com dados sobre direitos humanos, violência contra mulheres, crianças e adolescentes no Brasil.

³³ Documento interno não editado da Região Brasil de 2001.

Este material enfatiza as dificuldades dos Conselhos Tutelares, em especial, o reconhecimento de sua autoridade; a falta de equipe multidisciplinar (psicólogos, assistentes sociais, advogados) e a falta de projetos sociais efetivos para atender crianças e jovens em situação de risco; afirma que a desagregação familiar é responsável por grande parte da realidade destes jovens e que os Conselhos necessitam de programas que possam reabilitar crianças e adolescentes já na prostituição, caminho fácil para o tráfico.

Também chama atenção a pergunta que a Região Brasil faz para seus clubes nesse manual: “quantas jovens/mulheres mais terão que sofrer a fatalidade de serem vítimas de traficantes enquanto a comunidade internacional segue debatendo [...]?”³⁴. Isto porque, até aquele momento, a ONU se debatia em discutir a classificação da prostituição: se classificada como uma forma de trabalho, com regulamentos específicos ou como uma violação dos direitos humanos de meninas e mulheres.

Este questionamento é importante para entendermos a independência de ações das soroptimistas, ou seja, não ficarem atreladas às organizações, como a ONU, mas agirem na busca de soluções para cada comunidade tida com potencial para o tráfico de mulheres, como Rio de Janeiro, Recife, Salvador, Fortaleza e Goiânia; a cidade de Foz do Iguaçu (Paraná) se destacava por sua localização de fronteira, além de ser o segundo pólo turístico e terceiro, em hotelaria, no país.

O texto explica que na maior parte das vezes, as vítimas são olhadas como culpadas e sujeitas a castigo, na visão da sociedade. Por esta razão, o manual pede para que os clubes promovam palestras em escolas e associações; entrem em contato com a mídia para maior divulgação e debate sobre o tema; façam piquetes de petições e insistam no diálogo e apresentação do problema com funcionários do governo³⁵. Clève (2007, p.92) explica que:

Num dado momento, a Câmara Federal teve nesse manual uma das poucas fontes de consulta. O tema, polêmico e até considerado perigoso, despertou a atenção das comunidades, inclusive das pequenas cidades e as solicitações para entrevistas, palestras e debates foram sendo em grande número.

³⁴ Ibid.

³⁵ Documento interno não editado da Região Brasil de 2001.

Os clubes também recebiam a orientação em questões como puberdade precoce e violência na mídia, ou, a erotização da infância. O material também abordava a imagem aceita e divulgada do Brasil no exterior, como as mulatas sambando em feiras internacionais, organizadas pela própria Embratur.

Percorrer os clubes também significava divulgar a Campanha e os trabalhos da Região Brasil nos meios de comunicação local. Exemplo é a matéria do dia 15 de maio de 2001, do Jornal A Tribuna (Santos – SP), que abordou a questão do tráfico de mulheres, a campanha e a própria organização, com a chamada “Sorooptimista denuncia tráfico de Mulheres”.

O resultado do trabalho da Região Brasil foi apresentado no dia das Nações Unidas, dia 24 de outubro de 2001: a Campanha de Prevenção ao Tráfico de Mulheres, com o slogan *Tráfico de Mulheres, Não Deixe Acontecer*, cuja peça principal era a Cartilha de Prevenção ao Tráfico, de autoria da governadora Tânia Machado de Sá e distribuído por todos os clubes da Região Brasil, para a comunidade, órgãos governamentais, Poder Judiciário, imprensa e outras ONGs ligadas à mulheres e meninas. A iniciativa mereceu divulgação no Jornal O Estado de São Paulo, no dia seguinte ao lançamento da Cartilha.

Na Apresentação da Cartilha, explicava-se a importância do material:

Companheiras:

Os Clubes Sorooptimistas brasileiros, atendendo ao apelo do SOROPTIMIST INTERNATIONAL E DO SOROPTIMIST INTERNATIONAL OF THE AMERICAS, na 36ª Convenção realizada em julho de 2000 no Havaí, iniciaram o trabalho de prevenção ao Tráfico de Mulheres. Durante todo o ano coletaram dados nas suas comunidades e no IV Congresso Regional [...] através de painéis realizados com as Coordenadorias das áreas de Direitos Humanos / Status da Mulher e SOLT, discutiram ações para integrarem-se ao projeto mundial de combate ao Tráfico de Mulheres. Palestras, parcerias e outras dinâmicas já estão sendo implantadas pelos Clubes (SÁ, 2001, p.2).

O material abordava a Declaração Internacional Sorooptimista sobre Exploração Sexual e Tráfico, com o apelo da presidente *Sorooptimistas param o tráfico*, de 1999 e as ações tomadas, em conjunto com a ONU e outras instituições; informação sobre Crime Organizado Transnacional; dados sobre o tráfico de mulheres e meninas no mundo e no Brasil. Com relação à realidade brasileira, o texto chamava

atenção para o tráfico interno, causas e perfil das vítimas, aliciadores e o caminho da prostituição.

A Cartilha descreve o Brasil como um dos maiores exportadores de prostitutas e líder no tráfico de mulheres na América do Sul. “O governo federal desconhece totalmente a extensão do problema” (SÁ, 2001, p.9), frase mais ouvida durante as reuniões dos clubes soroptimistas brasileiros. Prossegue a autora:

A falta de controle sobre esta modalidade de tráfico levou a ONU a auxiliar o país na execução de um projeto que visa fortalecer a luta contra o tráfico de seres humanos. Pelos cálculos das Nações Unidas e da Federação Internacional de Helsinque de Direitos Humanos, 75 mil brasileiras estariam sendo obrigadas a se prostituir, somente nos países da União Europeia, representando 15% de todas as “escravas” do continente [...]. As jovens aliciadas saem de Goiás, Rio de Janeiro, interior do Paraná, São Paulo, além de estados nordestinos. As goianas e as paranaenses são consideradas belas e exóticas [...]. No Nordeste, em função do turismo sexual (pornoturismo), há maior facilidade de contatos. (SÁ, 2001, p.9).

Os dados sobre o tráfico interno foram catalogados pelo Sistema Integrado de Informações do Mercosul e pela Interpol:

Segundo pesquisas, no nordeste do Brasil, 60% das meninas começam na prostituição com idade entre 12 e 14 anos e 13% entre 8 a 12 anos; aproximadamente, 20% das crianças de rua caminham para a prostituição [...]. Meninas são levadas aos garimpos nos estados do Amazonas, Maranhão, Acre e Pará [...]. Os clientes que preferem crianças pagam muito mais caro pelo trabalho [...]. Quando planejar um trabalho sobre tráfico de mulheres [...] os clubes devem fazer um levantamento da situação do problema em suas comunidades (SÁ, 2001, p.11).

De acordo com a Cartilha,

As vítimas da exploração sexual são mulheres na faixa de 18 anos; crianças de ambos os sexos também constituem outro grupo de peso. São jovens das classes média e baixa, com promessas de trabalho no meio artístico (modelo, dançarina, etc). Também mulheres entre 18 e 40 anos recrutadas nas favelas de São Paulo e de outras cidades para o trabalho como domésticas nos Estados Unidos e Grã-Bretanha, principalmente. Muitas vítimas já trabalhavam como prostitutas no Brasil e com promessas de ganhar muito mais, aceitam a “exportação” (SÁ, 2001, p.11).

Assim, a Cartilha apontava como causas do tráfico, entre os principais fatores, a desestruturação familiar; desinformação; pobreza; falta de perspectiva de vida; drogas; dinheiro fácil; corrupção e a prostituição. No texto, a Região Brasil atenta para os aliciadores, grande parte estrangeiros, donos ou funcionários de boates, com elevado poder aquisitivo e muitos deles com sólidos contatos em Brasília, o que lhes facilita a falsificação de documentos e o trânsito pelo país. A forma de abordagem não varia muito: “ a) se já for prostituta, acaba indo por acreditar que no

exterior ganhará mais dinheiro; b) se não for, o traficante diz que arranjará emprego digno para ela; c) em outro tipo de golpe, o criminoso se diz apaixonado e faz uma proposta de casamento” (SÁ, 2001, p.12). Segundo o documento, as redes de tráfico têm forte esquema de conivência com autoridades de governos europeus. No país de destino, os documentos das mulheres são apreendidos, o que gera uma dívida com o traficante, a ser paga com a prostituição.

A Cartilha explicita ainda os tipos de violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil por região:

Norte: exploração sexual (garimpos, prostíbulos, porto, cárcere privado, fazendas); prostituição em estradas e nas ruas; leilões de virgens; exploração nas redes de narcotráfico (Rondônia,/Acre/Amazonas/Pará).

Centro-oeste: exploração sexual comercial em prostíbulos; exploração sexual comercial nas fronteiras/redes de narcotráfico (Paraguai, Bolívia, Brasília, Cuiabá e municípios do Mato Grosso); prostituição de meninas e meninos de rua; rede de exploração sexual (hotéis, agências de viagem, taxistas, etc.); prostituição através de anúncios de jornais; prostituição através de falsas agências de modelo; turismo sexual náutico e ecológico; tráfico de meninas para exploração sexual na Espanha (Goiânia).

Nordeste: turismo sexual; exploração sexual comercial em prostíbulos; pornoturismo; prostituição de meninas e meninos de rua; prostituição nas estradas; aliciamento de meninas nas áreas rurais.

Sudeste: pornoturismo; exploração sexual comercial em prostíbulos/ cárcere privado; exploração sexual comercial de meninas e meninos de rua; prostituição nas estradas; pornografia infanto-juvenil através de falsas agências de modelo.

Sul: exploração sexual comercial de meninas e meninos de rua/ redes de narcotráfico; denúncia de tráfico de crianças; prostituição nas estradas; aliciamento de meninas nas áreas rurais (SÁ, 2001, p.14).

Em debates, reuniões de clubes e entrevistas a diversos veículos de comunicação, que se seguiram ao lançamento da Cartilha, também era explicado que nem todas as mulheres vítimas do tráfico viajavam enganadas quanto ao tipo de trabalho que deveriam exercer. O que elas desconheciam é a forma como trabalhariam, ou seja, em regime de escravidão. Segundo a Região Brasil, todas as vítimas do tráfico são vítimas de escravidão. O tráfico é um tipo especialmente cruel de escravatura porque ele retira das vítimas de tudo o que lhe é conhecido ou lhe traz segurança, deixando-a completamente isolada e sozinha, geralmente sem saber falar a língua do país de destino ou de outras vítimas companheiras³⁶.

Nas ocasiões de debates em associações e escolas, os clubes também esclareciam que o tráfico de pessoas não é apenas o que “exporta” as vítimas para países

³⁶ C.f. correspondência da Governadora Região Brasil aos clubes, em 2001.

estrangeiros. As sócias explicavam que alguns dos meios do tráfico são altamente visíveis, tais como a prostituição de rua. Meninas de rua são presa fácil e os traficantes as convertem, primeiro, em usuárias de drogas, para assim controlá-las melhor.

Muitas das vítimas de tráfico/escavidão sexual permanecem invisíveis, “trabalhando” em bordéis despercebidos em áreas insuspeitas, e às vezes em vizinhanças suburbanas. Os traficantes de sexo também podem operar em vários locais públicos e privados, tais como spas, salões de massagem e clubes de strip-tease, teoricamente, legalizados por leis municipais sob uma nomenclatura flexível (CLÈVE, 2012).

Para os clubes da Região Brasil, no desenvolvimento de projetos ou ações sobre o tráfico, a governadora alertava para o fato de que, onde não existem alternativas econômicas, mulheres e meninas são mais vulneráveis a serem enganadas e forçadas à servidão sexual; o aumento do desemprego e a perda da segurança do trabalho corroem a renda e posição econômica das mulheres; o hiato de salário entre os gêneros, como também o aumento de empregos de meio período e em setores informais de trabalho, tem empurrado as mulheres a aceitarem baixos salários e ao desemprego de longo prazo, os quais as deixam vulneráveis aos traficantes e suas promessas de uma vida melhor³⁷.

O que a Região Brasil e sua Cartilha, levada em inúmeras cidades e ocasiões, deixavam claro era que o tráfico de mulheres e meninas, juntamente com seus elementos correlativos (sequestro, estupro, prostituição e abuso físico) é ilegal em quase todos os países do mundo. Todavia, a corrupção difundida em órgãos governamentais destes mesmos países torna possível a fácil e rápida proliferação do tráfico sexual. Segundo a organização, apesar das instituições nacionais e internacionais tentarem regular e executar legislações contra tráfico, governos e policiais locais poderiam de fato estar participando em círculos de tráfico sexual, pela razão de ser um campo extremamente lucrativo, especialmente em áreas onde oportunidades educacionais e de empregos legítimos possam ser limitados e o

³⁷ Ibid.

preconceito de gênero, culturalmente aceito. Neste último caso, tem-se que lidar com a crença fundamental de que as vidas de mulheres e meninas são substituíveis (CLÈVE, 2012).

O esforço dos clubes da Região Brasil, a partir do lançamento da Cartilha e no decorrer de 2002 foi informar e alertar de que em sociedades onde mulheres e meninas são desvalorizadas ou não valorizadas, elas correm maiores riscos de serem maltratadas, traficadas e forçadas à escravidão sexual. Se meninas e mulheres tivessem condições econômicas e sociais melhoradas, o tráfico em sua grande parte seria punido com mais rigor e, talvez, erradicado (CLÈVE, 2012).

Se a Cartilha apresentava um “perfil” das vítimas, o mesmo era mais complexo quando se tratava do “cliente”. As soroptimistas da Região Brasil explicavam, durante a divulgação de sua Campanha de Prevenção ao Tráfico de Mulheres, que homens de todos os setores da sociedade participavam da indústria do tráfico. Não existia um perfil que cobrisse o cliente “típico”, pois homens que compram mulheres traficadas são ambos ricos e pobres, orientais e ocidentais. Muitos são casados e têm filhos, e em alguns casos, homens têm sexo com meninas traficadas em lugar de abusar suas próprias filhas³⁸.

Para os clubes soroptimistas brasileiros, em razão das mulheres serem cultural e socialmente desvalorizadas existe pouco conflito com a compra de mulheres e meninas para serviços sexuais. À época da Campanha da Região Brasil, poucos compreendiam a explícita conexão entre o comércio de sexo, o tráfico de mulheres e meninas e a escravidão ilegal, existindo a percepção comum de que a mulher “escolheu” entrar “nesta vida”. Contudo, nos depoimentos colhidos pelos clubes da Região e nas poucas matérias que saíam na imprensa nacional e que faziam parte do material divulgado internamente, a maioria das mulheres no comércio do sexo, e especialmente no caso das mulheres e meninas traficadas, coagidas e forçadas à servidão, não existiu escolha consciente.

³⁸ C.f. correspondência da Governadora Região Brasil aos clubes, em 2002.

Segundo a Região Brasil, em 2001, os três estados com maior índice de tráfico de meninas e mulheres eram Goiás, Rio de Janeiro e Paraná, por isso a insistência das soroptimistas em alertar a sociedade sobre o turismo sexual, ou pornoturismo. Os clubes divulgavam, em suas comunidades, que a prática de viajar ou tirar férias com o propósito de ter relações sexuais tornou-se uma indústria que gerava bilhões de dólares, o que encorajava ainda mais a exploração sexual de mulheres e meninas. Muitos roteiros turísticos de sexo destacam explicitamente meninas. Estes roteiros eram vendidos especificamente a pedófilos e a homens que acreditam que fazer sexo com virgens ou meninas iria curá-los de doenças sexualmente transmissíveis (DST), o que explicaria, muitas vezes, epidemia localizada dessas doenças, em especial, a Aids³⁹.

Assim, em suas ações educativas pelo país, as soroptimistas informavam que o tráfico de pessoas sobrecarregava o sistema de saúde pública, corroía autoridades governamentais e encorajava amplo esquema de corrupção, já que estimulava grupos de crime organizado, que participavam em outras atividades ilegais, incluindo tráfico de drogas, armas e lavagem de dinheiro.

Entre as poucas informações que as presidentes dos clubes recebiam das autoridades ligadas ao tema, destacamos as da Polícia Federal da cidade de Santos (São Paulo) a então governadora da Região Brasil. Em fax enviado, em 2001, encontramos lista de quadrilhas de traficantes, de 1993 a 2000, surpreendidas em cativeiro, denunciadas ou no ato de traficar pessoas:

Quadro 1. Quadrilhas de traficantes de mulheres, de 1993 a 2000

Data	Quadrilha	Situação
16/04/1993	Ana	presa e envolvida em mais de 40 processos
04/03/1994	Maria e outros	presos com 11 mulheres
12/03/1994	Rosa	presa
16/04/1996	Arlete e outros*	presos com dois jovens
09/08/1995	Hyung	detido com dois jovens

³⁹ C.f. correspondência da Governadora Região Brasil aos clubes em 2001.

09/08/1995	Manuel	preso com três jovens
01/03/1996	Silvana e outros	presos com 18 mulheres
08/04/1996	Patrícia e outros	presos com quatro mulheres
25/04/1996	Manoel**	denunciado
25/09/1996	LaTerra	preso com 15 mulheres
12/08/1996	Enrique	preso com cinco mulheres
27/08/1996	Mariza e outras	presas com oito mulheres
07/05/1997	Traficante internacional	preso com 11 mulheres
16/11/1998	Pedro e outros	preso com dez mulheres
09/01/2000	Levinho	preso com uma adolescente
16/02/2000	Marta e outro	presos

Fonte: correspondência pessoal da autora.

*a prisão desta quadrilha, em 16 de abril de 1996, levou à denúncia de outro traficante no dia 25 do mesmo mês.

Nos demais relatórios dos clubes, o retorno e interesse pelo assunto vieram através dos contatos mantidos pelas soroptimistas com os meios de comunicação nas cidades onde existiam clubes da organização. Os clubes também apontaram que na Polícia Civil, os registros sobre tráfico de mulheres estavam classificados como “outros”.

Cléve (2007) cita que a Região Brasil encaminhava seus materiais sobre o tema para escolas, Câmaras Municipais, Igrejas e Conselhos Municipais/Estaduais da Mulher. Em carta do dia 19 de novembro de 2001 (ver Anexo), o Ministério Público do Estado de São Paulo, através da Promotoria de Justiça Cível de Santos, envia carta à governadora, a fim de obter informações concretas sobre o tráfico de mulheres na Cidade para que o Ministério Público pudesse atuar na questão, o que demonstra tanto o respeito pelo trabalho desenvolvido com a Cartilha como a falta de maiores informações por parte dos órgãos públicos.

Em dezembro de 2001, o governo brasileiro lançou o Programa Nacional de Prevenção e Combate ao Tráfico de Seres Humanos para tentar acabar com

aliciamento de mulheres para a prostituição no exterior; também assinou convênio com o governo de Portugal e o Centro das Nações Unidas para Prevenção Internacional ao Crime (CICP). O Programa, centralizado no Ministério da Justiça, pretendia trabalhar em conjunto com os demais organismos do governo referentes à questão (CLÉVE, 2007).

A campanha organizada pela Região Brasil envolvia duas etapas distintas. Na primeira, informação e conscientização do problema através da Cartilha. A segunda etapa voltava-se para a denúncia e tinha outro slogan: *Tráfico de Mulheres, DENUNCIE!*. A denúncia tornava-se fundamental porque se o tráfico de meninas e mulheres ainda era “desconhecido” ou levado com sua devida importância pelas autoridades governamentais, uma das razões era porque as famílias das vítimas ou elas próprias não queriam ser conhecidas como prostitutas ou garotas de programa.

Esta segunda etapa foi lançada em abril de 2002 durante o VI Congresso Soroptimista realizado em Santos⁴⁰ e tinha como estratégia principal denunciar para prevenir, o que significava romper com a forte resistência das vítimas e suas famílias. A forma encontrada de ação envolvia o serviço de Disque-Denúncia e conjugava parceria com o Ministério da Justiça e das Secretarias de Estado da Justiça. O público-alvo desta nova fase direcionava a Campanha para colégios, universidades, associações de bairro, clubes de serviço, ONGs e familiares das vítimas, em atividades como palestras, debates e seminários nestes locais, além de farta distribuição de materiais informativos (Cartilha, folder, cartões).

O apoio da Região Brasil à denúncia do tráfico também concordava com o tratado de Palermo, formalmente assinado durante a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado, em novembro de 2000. O Tratado é o primeiro instrumento legal da ONU para ação conjunta contra este tipo de quadrilha; de acordo com o documento, trata-se de grupos estruturados de três ou mais pessoas, agindo em conjunto para cometer delitos sérios, visando lucro (CLÉVE, 2007).

⁴⁰ C.f. convocatória da Governadora Região Brasil 2000-2002 aos clubes em janeiro de 2002.

A *Campanha de Combate ao Tráfico de Mulheres* realizada pela Região Brasil obteve o segundo lugar regional do *Programa de Prêmios Celebrando Sucessos 2002*, na Categoria de Relações Públicas, disputando com mais de 400 inscrições vindas de 26 regiões da SIA. Originalmente um projeto para atender a solicitação da presidente da federação, em 1999, tornou-se Plano Estratégico da organização de alta prioridade, cujas diversas ações podem começar a qualquer momento, sustentando que pela informação e educação o destino destas mulheres e meninas pode ser mudado.

Em novembro de 2004, Dirce Clève, Coordenadora Regional de Direitos Humanos/Status da Mulher da Região Brasil escreveu em um de seus apontamentos:

O ano de 2000 já vai distante, quando foi lançada a Campanha Soroptimista na Prevenção do Tráfico de Mulheres. Será que alguma coisa mudou?!!!! Os dados, agora que as autoridades estão monitorando este crime hediondo, parece que são mais reais (CLÈVE, 2007, p.158).

Treze anos depois da pergunta e 17 após a campanha da Região Brasil, a Campanha *Soroptimistas PARAM o Tráfico* continua porque pouca coisa mudou no status de mulheres e meninas, em situação vulnerável, perante o mundo globalizado, onde se compartilham informações quase que instantaneamente, porém, elas ainda lutam por reconhecimento de gênero e por seu direito à vida.

Em fevereiro de 2017, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), em conjunto com o governo canadense e o Instituto Avon apresentou relatório com dados atuais sobre a vitimização das mulheres no Brasil. A pesquisa foi feita com população a partir dos 16 anos, em 130 municípios de pequeno, médio e grande porte do País, em um total de 2.073 entrevistados e destes, 1051 mulheres. Os dados obtidos mostraram além da percepção da violência contra a mulher, os tipos de agressão que a mulher brasileira vive cotidianamente (a verbal, inclusive), perfil da vítima e as atitudes tomadas frente à violência (denúncia).

Segundo a pesquisa,

30% das mulheres relataram ter sofrido algum tipo de violência pessoal e direta apenas no último ano e nada menos do que 66% de todos os entrevistados admitiram ter presenciado alguma cena de violência contra mulheres no próprio bairro no último ano [...] o resultado mais surpreendente desta pesquisa foi a concordância de mais 70% de homens e mulheres, de todas as idades, classes sociais e regiões do Brasil, de que

a violência contra a mulher aumentou nos últimos dez anos (RAMOS, 2017, p. 22).

Do total de entrevistadas, mais de metade das mulheres agredidas (52%), relata não ter feito nada após a agressão (RAMOS, 2017). Estes dados mostram a dimensão de um problema internacional, e que ainda caminha a passos lentos em sua resolução pelos governos, como também reafirma o papel da educação na dignidade de mulheres e meninas, para as quais a mudança sustentável em sua condição, segundo as soroptimistas, viria com sua capacitação profissional e educação para entender a violência, em dimensões vaiadas, no meio em que vivem, pois, como confirmam os dados do FBSP

É certo que mulheres jovens, inseridas no mercado, circulam mais pela cidade e estão mais expostas a sofrer e testemunhar cenas de violência, assédios, ofensas e ameaças, especialmente em locais públicos. Mas também é provável que mulheres mais jovens estejam hoje mais atentas ao decodificar como “violência” uma cantada agressiva, uma proximidade corporal forçada e também estejam mais dispostas a ressignificar como assédio aquele convite insistente do chefe ou do professor que tinha ficado na memória apenas como um momento ruim vivido na solidão e em geral na culpa (RAMOS, 2017, p. 22).

Dar voz às mulheres e meninas na denúncia e superação dos obstáculos enfrentados é o comprometimento desde 1921 seguindo pelas soroptimistas.

3.3 Educar e Liderar

A campanha de 2001 da Região Brasil e o prosseguimento da Soroptimistas PARAM o Tráfico têm como consequência adicional o próprio engajamento pessoal das associadas, em um tema que elas desconheciam, a profundidade do trabalho exigido e que lhes cobra o real senso de voluntariado:

O voluntariado, atualmente, precisa disciplinar a sua ação, submetendo-a a um programa, a objetivos, a método, a uma avaliação. Esta ação deve visar a reciprocidade, na medida em que é orientada para que ocorra o “crescimento de ambos”, quem a pratica e aquele que recebe seus benefícios (AZEVEDO, 2017, p.29).

Esta disciplina acontece, forçosamente, na inscrição dos projetos a partir das informações solicitadas para cada categoria e seguindo critérios bem estabelecidos: beneficiar mulheres e meninas; promover a Soroptimista como organização que melhora a vida das mulheres e meninas tanto nas comunidades locais como em todo mundo (impacto coletivo); criatividade do projeto e seu impacto mensurável. E, nas palavras de Azevedo (2017, p. 47), “buscar o sucesso solidário e não um

sucesso solitário [...]. O desafio – construir uma cultura de parceria, base para o desenvolvimento de equipes de alto desempenho”.

No sentido soroptimista o “sucesso solidário” não envolve apenas quem recebe e participa dos resultados dos prêmios, envolve necessariamente a própria sócia e, portanto, a questão da educação é fundamental na organização nos dois lados de cada projeto, quem doa e quem recebe, cujo objetivo maior, sempre será a liderança: 1) da soroptimista, em sua ascensão dentro da instituição e 2) das mulheres e meninas ajudadas pelos prêmios, que lhes asseguram um papel de destaque em sua comunidade. Podemos ver este direcionamento em dois momentos, no programa interno chamado Soroptimist Leadership Training ou Treinamento de Liderança (SOLT) e na vencedora do *Viva seu Sonho* do ano de 2016.

Como o próprio nome indica, o SOLT tem por objetivo capacitar a sócia para que transcenda os limites culturais da própria organização:

A visão internacional transmite [...] as diferenças existentes entre culturas, mas que poderão ser aproveitadas com adaptações entre as nações que formam a Federação. Por exemplo, podemos ver como um Clube resolveu um problema semelhante ao nosso, em cultura diferente, mas que nós também podemos fazê-lo com adaptações para nossa cultura (Elbel, 1997, p.96).

O Guia para Clubes – Região Brasil (SÁ, 2017) explica que a educação soroptimista se inicia com a breve história da organização e seus propósitos, enfatizando a importância da assistência (o ato de servir); a sócia deverá sempre receber estímulo para apresentar suas ideias e utilizar seus talentos individuais nas atividades do clube (incluindo a participação nas conferências regionais e nas convenções da federação, onde ela necessariamente aumenta seu círculo de contatos e de conhecimento) e no preparo de projetos específicos para sua comunidade, de acordo com a proposta da federação.

A exata compreensão do que significa “Clube de Servir” é a base da educação soroptimista para a sócia, como observa a Diretora de Board da SIA 1992-94, Luizita Maria D’Albuquerque, no relato de Elbel (1997, p.95-96):

O nosso problema é cultural – a brasileira confunde – na verdade ela não sabe o que é “voluntariado” e como é pertencer a um Clube de serviço. A

maioria opera no campo da filantropia social – fazer festas, e aparecer na mídia como benfeitora de obras de caridade. Não é que declinemos da ajuda à instruções da comunidade, mas é a maneira como fazemos. Acredito que para melhorar, deve-se investir mais no desenvolvimento da sócia no conhecimento de sua organização.

Trinta anos depois, a Região Brasil prossegue com a ênfase no correto entendimento de que a organização é, acima de tudo, um Clube de Servir e, segundo Azevedo (2017), que se direciona para capacitar, orientar não para o mais fácil, a pura caridade ou filantropia somente, mas através de um programa que exige constante avaliação de resultados, seja para continuar as ações, para modificá-las ou ainda, para finalizá-las. Azevedo (2017, p.50) explica:

[...] devemos levar em conta que a perfeição, em qualquer atividade vem acompanhada de informações, de treinamento, de conhecimento e de aptidão, logo, não podemos exigir antes de capacitar.

A autora continua em sua explanação:

Quando falamos em Prestação de Serviço nos nossos Projetos Soroptimista devemos primeiro nos apropriar da filosofia que norteia nossa ação Soroptimista. Perceberemos que eles são, ou deveriam ser, Projetos de Promoção Social, buscando melhorar a qualidade vivenciada pelo grupo que visamos atender (AZEVEDO, 2017, p. 37).

Assim, no entendimento de educação da Região Brasil, a sócia deve ser capacitada para palestrar em público (sobre a organização e sobre determinados projetos realizados por seus clubes); solucionar conflitos; criação e trabalho em equipes; atividades/projetos de manutenção das sócias e conquistas de novas associadas, incentivando financiadores para suas ações.

Da participação da sócia nestas atividades surge, inevitavelmente, a líder, em dado momento escolhida para conduzir, coordenar e liderar o clube, em primeiro lugar e, posteriormente, galgar funções na organização. A preocupação com o treinamento da líder, através de programas específicos do SOLT, faz com que a sócia busque, em suas responsabilidades e habilidades pessoais, aquelas que tenham potencial para conduzir a instituição “para que Soroptimistas de todo o mundo saibam que os Clubes do Brasil se dedicam e podem oferecer exemplos de novas ideias para resolver problemas comuns” (AZEVEDO, 2017, p.57), como a Campanha “Tráfico de Mulheres, Não Deixe Acontecer” e sua Cartilha de Prevenção ao Tráfico.

Por esta razão, os Programas de Liderança devem começar nos clubes, nas oficinas de trabalho em comissões; com estratégias de cumprimento de metas e objetivos; no domínio na antecipação e resolução de problemas e conflitos internos.

Liderar, para as soroptimistas, significa realizar uma tarefa altamente profissional, para a organização e para a comunidade, onde não se vende projetos, mas conquistam-se parceiros e conquistar parceiros, é ter sucesso. Para outras mulheres, discriminadas pela pobreza e gênero; traficadas para prostituição ou abusadas por um companheiro, tentar superar estes obstáculos e construir uma vida melhor para si mesma também é ter sucesso e isto, para a soroptimista, é conseguido pela educação.

Azevedo (2017, p.102) explica a definição de educação pela SIA e que norteia as ações da Região Brasil, projetos e demais clubes da federação, em seus dois principais programas é

fornecer acesso à escolaridade formal, conhecimento, informação e recursos acessíveis para mulheres e meninas. Para Prêmios Viva o Seu Sonho, o acesso à educação formal é fornecido através da escolaridade ou da capacitação. Para o Sonhe, Realize a educação é fornecida através do currículo Sonhe, Realize, em conferências ou em pequenos grupos de orientação.

[...] A educação é a ferramenta que pode abordar todos os assuntos tão importantes para nós incluindo [...] tráfico de seres humanos, violência em namoros entre adolescentes, desabrigo, gravidez na adolescência e agressão sexual. A educação serve como um catalisador para tirar mulheres e meninas da pobreza [...] e aumenta as chances de que os seus próprios filhos tenham acesso à educação, quebrando o ciclo vicioso para sua família.

Os prêmios ligados a estes dois Programas são baseados em evidência, isto é, trajetória de vida comprovada das beneficiadas; se as mesmas têm chance de se tornarem agentes multiplicadoras das ações soroptimistas na comunidade (impacto coletivo) e se, através da indicação dos clubes, atraem sócias em potencial, bem como colaboradores e financiadores. As vencedoras destes dois Prêmios passam por entrevistas e triagem de suas histórias, o mesmo os projetos desenvolvidos pelos clubes. Desta forma, as candidatas e as participantes dos projetos dos clubes são apresentadas a uma forma de se exercer a liderança (AZEVEDO, 2017).

O interesse a participar do Prêmio Viva o Seu Sonho começa pela capa do livreto, com seu título que evoca uma mudança pessoal: “Pronta para começar uma nova vida?”, sobre a foto de uma mulher e uma menina (possível mãe com sua filha)⁴¹.

No livreto, a candidata encontra folha específica para escrever breve resumo de sua trajetória de vida; entre as qualificações para o Prêmio, encontram-se exigências como a matrícula em um programa vocacional, de treinamento de habilidades ou graduação; além da candidata estar motivada a alcançar seus objetivos profissionais e educacionais e ser o principal apoio financeiro para si e seus dependentes (filhos, cônjuge, companheiro, irmãos ou pais)⁴².

Entre a documentação pedida, inclui-se Formulário de Referência de duas pessoas, não-aparentadas com a candidata e que vão mostrar ao clube a possibilidade de tê-la na premiação. Isto se dá em um score de 1 a 5, a respeito da clareza de seus objetivos (alvos); sua motivação para alcançar estes alvos; sua responsabilidade e se seria uma inspiração para outros, sendo 1 para “discordo fortemente” e 5 para “concordo fortemente”. As pessoas escolhidas pela candidata como referência também devem especificar: 1) os pontos fortes da candidata em sua vida pessoal, educacional ou profissional, se possível, com exemplo de uma realização; 2) o conhecimento dos alvos educacionais da candidata e seu progresso para alcançá-los, bem como a barreira ou dificuldade superada por ela⁴³.

O Formulário pede ainda qualquer informação relevante que a organização deveria saber sobre a candidata em relação a este programa de prêmio. Esta questão é importante uma vez que se pede a descrição da despesa familiar anual (como moradia, mensalidade escolar, transporte, livros, água/luz, entre outras). Não deve haver desvio do compromisso assumido pela candidata em sua formação⁴⁴.

⁴¹ www.soroptimist.org

⁴² *Ibid.*

⁴³ *Ibid.*

⁴⁴ www.soroptimist.org

Na terceira capa do livreto de inscrição ao *Viva o Seu Sonho* há o depoimento de uma ganhadora e o comentário da organização, que reforça o desenvolvimento da liderança feminina, tão caro ao movimento feminista e ao soroptimismo⁴⁵:

Após mudar do México para os EUA, ela era uma mãe solteira lutando após ter escapado de seu casamento cheio de violência. Com a ajuda do Prêmio [...] a Guadalupe aprendeu Inglês e estudou criminologia – e eventualmente recebeu um Doutorado. Ela também retribui o que recebeu através de ajuda a outras mulheres em situação de violência doméstica.

Na contracapa, a frase “as mulheres destacadas neste folheto são recebedoras reais do Prêmio Soroptimista Viva o Seu Sonho”, para identificar as fotos com mulheres e suas filhas ou sozinhas, reforça o objetivo da organização também exposto: “melhorar a vida de mulheres e meninas através de programas que levam a capacitação econômica e social”⁴⁶.

Em sua Apresentação do relatório produzido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2017, p.5), Riccardo Savone, embaixador canadense no Brasil, partilha da visão soroptimista de educar/capacitar como forma de independência e igualdade de mulheres e meninas:

Mulheres e meninas educadas tendem a se casar mais tarde, têm menos filhos, proporcionam uma melhor saúde e nutrição para suas famílias e ganham mais renda do que mulheres com pouca ou nenhuma escolaridade. A eliminação de barreiras legais, sociais e de segurança pessoal baseadas em gênero leva as mulheres a ter maior acesso ao capital, a criar empresas, a criar ou garantir empregos decentes e a investir em suas famílias e comunidades. Quando as mulheres e as meninas têm controle sobre as decisões relativas à sua sexualidade e vida reprodutiva, mortalidade e morbidade materna e infantil diminuem e famílias prosperam.

No *Programa Sonhe, Realize*, os clubes recebem instruções, entre estas, como ganhar a confiança das adolescentes que participam de seus seminários (o folheto do Prêmio explica que “a voz das meninas é muito importante para garantir o sucesso do Projeto”). No Kit de Apoio há dez recursos para que um projeto com adolescente seja bem sucedido, com observância da sensibilidade:

algumas participantes podem ter experiências de primeira mão com situações dolorosas, ou conhecerem alguém próximos a elas que tem lidado com os obstáculos abordados. Nestes casos, certifique-se de fornecer uma introdução ou “aviso breve” para possíveis questões potencialmente sensíveis. Tente manter a consciência dinâmica do grupo e ofereça a opção para as participantes saírem da sala ou fazerem uma pequena pausa se elas se sentirem muito afetadas emocionalmente por uma discussão⁴⁷.

⁴⁵ Ibid.

⁴⁶ Ibid.

⁴⁷ www.soroptimist.org

As instruções prosseguem orientando para a soroptimista

ser uma presença consistente para ajudá-las a criarem uma rotina nova e importante com pessoas que elas possam confiar e que estão comprometidas com ela. Se menos participantes do que o esperado aparecerem na conferência ou reunião, não a cancele. Você pode precisar ajustar seus planos, mas não mande as meninas para casa [...]. Se você encontrar frustração ou resistência das participantes, é útil pensar nas dificuldades física, emocional e social da adolescência que podem fazê-las agirem assim [...] resista ao desejo de debater. Considere parafrasear e repetir de volta o que ouviu para que as participantes possam confirmar se você entendeu ou não seus objetivos do jeito que elas pretendiam⁴⁸

No kit também se encontram guias de assuntos, modelos de currículo para cada sessão temática, sempre trabalhados em pequenos grupos. O folheto informativo tem, na contracapa, a frase de estímulo “Simples Assim”. Esta premiação e contato com as jovens em suas comunidades faz tanto o clube desenvolver um perfil próprio de ação como envolvê-las nos valores que poderão tornar seus sonhos realidade e a terem sucesso, um enfoque que poucas possuem, por isso, segundo a organização

Celebre o sucesso, não importa o quão pequeno seja. Dando uma grande importância quando as coisas vão bem pode ter um efeito enorme na autoestima e pode motivar todos envolvidos para fazer ainda mais. Muitas meninas podem ter tido começos difíceis na vida e podem sentir que têm experimentado muitos contratemplos, então celebrar o progresso e ótimos resultados mantém suas motivações e interesses no caminho certo. Agradeça as meninas por terem comparecido as sessões⁴⁹.

Esta forma de abordagem das jovens, bem como as exigências para inscrição Viva o Seu Sonho mostram a uma visão da educação ou capacitação que pode transformar estas beneficiadas em líderes em suas comunidades ou na futura profissão. Não por acaso o Ano Fiscal Soroptimista 2015/2016 apresentou os seguintes resultados nos dois programas⁵⁰:

Prêmio Viva o Seu Sonho: 1.355 mulheres contempladas com um prêmio; US\$ 1.9 milhões em prêmios educacionais; 82% das premiadas que completaram seus estudos aumentaram seu padrão de vida.

Sonhe, Realize: 8.634 meninas participantes; 80% disseram que, após o contato com seminários/palestras, têm os instrumentos necessários para superar obstáculos ao seu sucesso; 87% se sentem mais preparadas para seguir seus objetivos

⁴⁸ www.soroptimist.org

⁴⁹ Ibid.

⁵⁰ Ibid.

profissionais. Como este Prêmio envolve diretamente a participação/ação das sócias e seus clubes, houve o total de 24.825 horas de trabalho voluntário, 27% a mais que o ano 2014/2015.

A educação e a liderança, das sócias e das participantes dos projetos soroptimistas, permitem que os clubes soroptimistas promovam um processo sistemático, estratégico e pragmático que visa o aumento de influência da mulher na sociedade e a independência econômica de grupos vulneráveis, notadamente, mulheres e meninas. Afirmar-se como um Clube de Servir, como o movimento soroptimista se reconhece, estendendo seu comprometimento com a dignidade feminina é uma forma de reconhecer sua identidade e seu status social em igualdade com os do homem.

Em seus projetos, como a *Campanha Soroptimistas PARAM o Tráfico*, a educação também permite que se amplie o debate dos estereótipos sexuais que são uma das causas de discriminação contra mulheres e meninas e responsáveis pela violência que lhes submetem.

Se o perfil das soroptimistas são mulheres que pertencem a uma elite diplomada e com renda suficiente para as taxas e empenho que este trabalho voluntário exige, são estas mesmas mulheres que lutam pela erradicação da pobreza como fonte principal de exploração feminina em grande parte dos sistemas de governos, muitos deles, signatários da ONU. A proximidade entre comunidade e o mundo empresarial, representado pela soroptimista, contribui para quebrar o círculo vicioso de escolhas de vida fundado na discriminação de gênero.

Tanto nas periferias urbanas como em zonas rurais, encontramos mulheres e meninas em condições sociais difíceis, submetidas à diversos tipos de exploração que contribuem para um permanente estado de vulnerabilidade. Em seus Programas, a Soroptimista promove uma base de sustentação para elas que seja durável e que a qualidade de vida seja realmente melhor a partir do descobrimento de habilidades pessoais que, nos programas tradicionais do governo, pouco se desenvolvem. Ainda, os Programas propostos são diretamente ligados ao contexto

social destas mulheres e meninas como respondem às necessidades locais, com seu potencial de capacidade de inserção profissional.

A exigência de avaliação constante e fundamentada dos resultados das premiações promove a imagem de mulheres e meninas que superaram graves obstáculos para sair de um estado de indignidade (mesmo dentro do lar) e que, a partir do acesso à educação ou capacitação em alguma atividade produtiva, conquistaram seu poder de decisão e ganharam respeito por si mesmas. Podem tornar-se modelos para outras e modificar a realidade de muitas.

O sucesso da empreitada soroptimista para educar e liderar é confirmado, novamente pelas cifras de seu Ano Fiscal 2015/2016: US\$ 1.7 milhões angariados (2% a mais que em 2014/2015); 71% dos custos dos programas cobertos por contribuições e 22.272.954 pessoas alcançadas através da rede de mídia social da SIA e da *LiveYourDream.org*⁵¹. Os exemplos dos Programas soroptimistas mostram que uma ONG, por sua capacidade de estabelecer laços, seja com a comunidade seja com autoridades governamentais; de exercer influência; de aglutinar vários segmentos da sociedade e de abordar os problemas a que se propõe discutir e solucionar, tendo em conta seu contexto cultural e social, é capaz de mobilizar seus atores e promover práticas educativas mais eficazes e inovadoras, em um contexto de servir humanitário e com responsabilidade pessoal no crescimento da própria organização.

3.4 Conclusão Parcial

. O Brasil sempre teve potencial de implementar tanto os valores soroptimistas como de expandir os programas internacionais da organização; é Bertha Lutz quem traz estes valores para o país em 1947.

. A Região Brasil ganha força, independência e reconhecimento dentro da Federação, através de diversos programas e prêmios, muitos deles independentes da SIA e financiados apenas pelos clubes da Região.

⁵¹ www.liveyourdream.org

. A partir da SIA, é da Região Brasil, durante o período de 2000 a 2002, o projeto de prevenção e combate ao tráfico de mulheres e meninas, que incluiu Campanha informativa entre os clubes e a população (incluindo formadores de opinião e autoridades públicas), e uma Cartilha com dados recolhidos da ONU e de organizações internacionais de combate ao tráfico de pessoas, em especial de mulheres e meninas.

. Essa Campanha de Combate ao Tráfico de Mulheres, originalmente um projeto para atender a solicitação da presidente da federação, em 1999, hoje tornou-se Plano Estratégico da SIA de alta prioridade com o nome Soroptimistas PARAM o Tráfico.

. A formação de líderes é importante tanto para as próprias soroptimistas como para as mulheres e meninas auxiliadas pelos prêmios e projetos desenvolvidos pelos clubes.

. A Região Brasil, através de seus programas e prêmios, sustenta que pela informação e educação o destino de mulheres e meninas em situação de risco pode ser mudado e com tais premissas desenvolve, com critérios comprovados, seus prêmios e projetos.

Considerações Finais

O desenvolvimento do presente estudo teve como problematização o papel dos atores não estatais dentro do cenário internacional, representado pela ONU e ECOSOC; assim, esta dissertação se propôs a analisar a atuação de um destes atores, a Soroptimist International of the Americas (SIA) e seu papel no empoderamento feminino, através do auxílio à mulheres e meninas em situação de risco. O tema permitiu, ainda, estudar as ações da Região Brasil na efetivação dos propósitos da organização.

Porém, como o alcance das ações da SIA ainda não tinha sido academicamente estudado, por esta razão, a presente pesquisa se defrontou com dois problemas: o primeiro, como o empoderamento da mulher é essencial para a SIA continuar desenvolvendo seus Programas, em especial, o *Viva seu Sonho (Live your Dream)*; o segundo, até que ponto as ONGs, através de suas forças internas de mobilização, podem ser o meio adequado para o empoderamento feminino.

Como a SIA participou da Carta das Nações e, desde 1951 faz parte do ECOSOC, a dissertação tinha quatro hipóteses iniciais. A primeira, que a SIA Brasil mantinha o comprometimento original da SIA, estimulando a conscientização da sociedade para problemas graves como o tráfico internacional de meninas e mulheres; a segunda hipótese afirmava que não bastava a situação de risco em si, mas caráter e personalidade (valores), de mulheres ou meninas, mesmo em situação tão desfavorável, eram fatores decisivos na escolha das ganhadoras, pelos Programas desenvolvidos pela SIA, em especial o *Viva seu Sonho*, que mantém a *Campanha Soroptimistas Param o Tráfico*. Por esta razão, este estudo apresentou a terceira hipótese de que o desenvolvimento e resultados do *Programa Viva seu Sonho* forneceriam às soroptimistas um meio de cobrança do apoio internacional às mulheres, dentro da própria ONU, principalmente pelo fato de nenhum recurso financeiro para desenvolvê-lo vir do ECOSOC ou de outros doadores internacionais, mas sim, das próprias associadas, reforçando o papel de mobilização das ONGs. A última hipótese entendeu que, embora reconheça a importância do papel dos atores não estatais como agentes de mudança social, a ONU não responderia/interageria de forma eficaz/rápida na avaliação e posterior execução dos Projetos e sugestões recebidos de seus Membros Consultivos Gerais, como a SIA.

A pesquisa definiu, como objetivos principais, através da atuação da SIA e da Região Brasil, demonstrar como os atores não estatais são vistos no cenário internacional e como suas ações afetam Estados e a sociedade civil. O estudo abordou ainda a atuação desta ONG no cenário internacional e sua capacidade de gerar mudanças significativas na sociedade na qual se insere; o perfil das ganhadoras do *Prêmio Viva seu Sonho* (se este permanece de acordo com os princípios de empoderamento da SIA) e a *Campanha Soroptimistas PARAM o Tráfico* como instrumento possível de formulação de novas políticas dedicadas à promoção da mulher proposta pela SIA e Região Brasil.

Para compreender a atuação de um agente não estatal e sua abrangência, o Primeiro Capítulo demonstrou as questões suscitadas pelo Direito Internacional, referidas à participação do Estado; aos direitos humanos e os sujeitos deste direito; as mudanças e o fortalecimento dos agentes não estatais a partir da globalização; a ONU e o ECOSOC, principal referência de importância das ONGs no cenário internacional. O Segundo Capítulo analisou a questão do feminismo e da igualdade de gênero, através da participação da brasileira Berta Lutz, em especial, sua atuação na Carta das Nações; os principais tratados e conferências internacionais propostos pela ONU na defesa de mulheres e criação e contribuição do SI e do SIA na elevação do status de mulheres e meninas. O Terceiro Capítulo analisou a atuação da SIA Região Brasil, em especial, o desenvolvimento de sua campanha contra o tráfico de mulheres.

De acordo com o presente estudo, os Programas da SIA Brasil procuram manter o comprometimento original do movimento soroptimista de 1921, na busca pela elevação do status social e econômico da mulher, através da educação e capacitação profissional. Os *Programas Viva o Seu Sonho* e *Sonhe e Realize* são, hoje, os principais meios com que as soroptimistas realizam o trabalho de inserção social de mulheres e meninas e delas se exige o comprometimento (vontade) de viver uma situação melhor e o aprimoramento da personalidade (valores).

Para o soroptimismo, com sua forte origem no movimento feminista e excelência de desempenho profissional cobrado de suas associadas, a situação desfavorável destas mulheres e meninas não as impede de superação pessoal, quando

devidamente ajudadas. Este ponto é essencial para entendermos a visão soroptimista do voluntariado atualmente exercido pela organização: evidência de auxílio, mérito e posterior avaliação do crescimento pessoal e profissional da contemplada ou grupo auxiliado, porque neste processo o próprio clube é avaliado em sua responsabilidade maior perante à Federação e na imagem que a instituição tem diante da sociedade para continuar suas propostas.

Assim, o objetivo de vida e o esforço para conquistar uma realidade produtiva (muito diferente da questão “caridade”, que não cobra desempenho de quem recebe as doações) são fatores considerados decisivos na escolha das ganhadoras, pelos Programas desenvolvidos pelos clubes, em especial o *Viva seu Sonho*, que mantém atualmente a *Campanha Soroptimistas PARAM o Tráfico*.

O Programa Viva seu Sonho fornece às soroptimistas um meio de cobrança do apoio internacional às mulheres, dentro da própria ONU, principalmente pelo fato de nenhum recurso financeiro para desenvolvê-lo vir do ECOSOC ou de outros doadores internacionais, mas sim, das próprias associadas, reforçando o papel de mobilização interna e externa desta ONG, como prova o Ano Fiscal 2015/2016. Se por um lado, o status de membro consultivo do ECOSOC fornece a respeitabilidade necessária a uma ONG, como as soroptimistas, em nenhum momento significa obter do ECOSOC o financiamento de programas assistenciais ou de conscientização, como a *Champanha contra o Tráfico*. Ao contrário, no caso da Federação, é ela quem compartilha as principais propostas da ONU em defesa de mulheres e meninas ao redor do mundo, levantando fundos de ajuda real para elas.

O fato de ser uma ONG em que as associadas tiram de seu próprio ganho as taxas que formam os recursos financeiros de seus programas obrigou, a partir dos anos 1990, a SIA a rever sua forma de trabalho, colocando a organização diante da necessidade de captação de doações vindas de parcerias com a iniciativa privada. Portanto, o grau de exigência profissional e comprometimento nos projetos da Federação e Região são avaliados também do ponto de vista do sucesso em manter a imagem positiva da organização para a sociedade, com excelência de resultados, porque deles depende o aumento de recursos externos. Isto é demonstrado com a criação da plataforma visual *LiveYourDream*, na qual a Federação inclui não-

membros da organização para ajudá-las tanto financeira como na divulgação de seus projetos.

Com a *Campanha Tráfico de Mulheres, Não Deixe Acontecer*, em 2001, os clubes brasileiros não apenas atenderam ao pedido da presidente da Federação diante do quadro internacional sobre o tráfico de seres humanos, como avançaram ao levar informações atualizadas aos cidadãos e, em especial, às autoridades governamentais que desconheciam a extensão do problema ou simplesmente negligenciavam suas causas e consequências, justamente por entender a mulher/menina como não importante ao desenvolvimento social e político. Ainda, o trabalho da Região Brasil não apenas informou a sociedade (com sua realidade até então “encoberta” ou “invisível”) como também estimulou a denúncia e a superação de barreiras culturais, que colocavam na vítima do tráfico, a culpa de sua situação.

Podemos entender que o exemplo desta primeira campanha da Região Brasil e a qual a SIA, atualmente dá continuidade, são um meio para que o público e outras organizações não governamentais insistam para que as autoridades públicas tomem providências não apenas punitivas aos traficantes, como também criem espaços e formas de acolhimento e recolocação dessas vítimas. Uma atitude ousada, responsável e financeiramente dispendiosa para uma ONG, como as soroptimistas que, a partir dos anos 2000, viram a necessidade da organização contar com a ajuda do público externo para subsidiar um trabalho que poderia ter grande parte financiado pelo Estado.

Por fim, embora tenha sido reconhecida a importância do papel dos atores não estatais como agentes de mudança social, a ONU não responde/interage de forma eficaz/rápida na avaliação e posterior execução dos Projetos e sugestões recebidos dos Membros Consultivos Gerais, como a SIA. Quanto à situação de mulheres e meninas, a ONU postergou para 2030 uma possível mudança da condição feminina pelos Estados que, desde 1948 concordam com a necessidade de se estabelecer concretamente melhoria da condição da mulher.

Referências

ACCIOLY, Hildebrando; SILVA, G.E. do Nascimento e; CASELLA, Paulo Borba. *Manual de Direito Internacional Público*. São Paulo: Saraiva, 2011.

AMARAL, Ana Paula. *Merkel, a mulher mais poderosa do mundo*. www.mas.org.pt 2010. Disponível em <http://www.mas.org.pt/index.php/internacional/europa/489-merkel-a-mulher-mais-poderosa-do-mundo-representa-um-avanco-nos-direitos-e-conquistas-das-mulheres-.html> Acesso em 15/03/2017.

AMARAL, Maia Gelman. *A Sociedade civil brasileira no monitoramento dos Direitos Humanos: os relatórios alternativos*. 2006, 239 f. Dissertação (Mestrado em Direito), Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2006.

ARAÚJO, Eliany Alvarenga de. Informação, sociedade e cidadania: gestão da informação no contexto de organizações não governamentais (ONGs) brasileiras. *Ci. Inf.*, Brasília, v. 29, n. 2, mai./ago, p. 155-167, 1999.

ARAÚJO, Gedilana C. Ribeiro. *ONGs de Direitos Humanos no Sistema ONU*. 2010, 45f. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia), Especialização em Relações Internacionais, Instituto de Ciências Políticas e Relações Internacionais da Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

AZAMBUJA, Darcy. *Teoria Geral do Estado*. São Paulo: Globo, 1959.

AZEVEDO, Jane Carol. *Guia Soroptimist of the Americas – Região Brasil: orientação Soroptimista – Treinamento de Liderança e diretrizes para uma região saudável*. Brasília, 2017.

_____. *Sou Soroptimista – Região Brasil. Agenda 2016 – 2017*. Araguari: Sincopel, 2016.

AZEVEDO, Marisa Soares de. *Soroptimist – Mulheres e Meninas, nossa Missão!* Agenda 2010 – 2012. s/ed, 2010.

BARLET, Sandra & JAROUSSE, Jean-Pierre. Les ONG et l'éducation dans les pays en development. *Revue Internationale d'éducation de Sèvres*, n.58, p.37-46, 2011.

BARROSO, Carmen. As Mulheres e as Nações Unidas: as linhagens do Plano Mundial de População. *Tempo Social*, USP, São Paulo, v.1,n.1, p.183-197,1989.

BARROS-PLATIAU, Ana Flávia. Novos atores, Governança global e o Direito Internacional Ambiental. *Colóquio do Centro de Direito Internacional da Universidade de Paris X*. L'émergence de la société civile internationale. Vers la privatisation du droit international?. França, 02 e 03 de março de 2001. Disponível em www.esmpu.gov.br. Acesso em 30/01/1917.

BARSTED, Leila Linhares. Uma vida sem violência: o desafio das mulheres. *Observatório da Cidadania*, p.53-60, 2004. Disponível em: http://www.socialwatch.org/sites/default/files/pdf/en/panorbrasileiroc2004_bra.pdf

BOBBIO, Norberto. *A Era dos Direitos*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BOURDARIAS, Françoise; HOURS Bernard; LE PALEC, Annie. Les ONG Médiations politiques et globalisation. *Journal des anthropologues*, 94-95, p.7-11, 2003.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. *Direito Constitucional*. 6ª ed. Coimbra: Almedina, 1996.

CAPARROZ, Roberto. *Direito Internacional Público*. São Paulo: Saraiva, 2012.

CARESIA, Gislaine. Ong internacional: Classificação e participação no sistema das Nações Unidas. *Estudos de Direito Internacional - Volume VII - Anais do 4º*

Congresso Brasileiro de Direito Internacional. Wagner Menezes (coord.). Curitiba: Juruá, p.783 -801, 2006.

CARVALHO, Nuno Vieira de. O direito internacional na era da globalização e do risco. *Filosofia Política*. 2006. Disponível em <http://criticanarede.com/politica.html>

CKAGNAZAROFF, Ivan Beck; MACHADO, Mirian Lúcia Jácome. Empoderamento de Mulheres: Avaliação de Impacto de Uma ONG na Região Metropolitana de Belo Horizonte. *XXXII Encontro da ANPAD*. Rio de Janeiro, 6 a 10 de setembro, p.1-16, 2008.

CLÈVE, Dirce. *Descobrendo novos horizontes: construindo pontes para um mundo melhor*. Curitiba: Artes & Tempos, 2012.

_____. *Direitos Humanos para Mulheres e Meninas*. Curitiba: s/ed, 2007.

COMISSÃO SOBRE GOVERNANÇA GLOBAL. *Nossa Comunidade Global*. Relatório da Comissão sobre governança global. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

COSTA, Ana Alice Alcântara. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. **Gênero**. Niterói, v. 5, n. 2, p. 09-35, 2005.

CRUZ, Fernanda Natasha Bravo. *Discursos sobre a influência da sociedade civil transnacional na Rio-92*. 2013,152f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política), Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

DECLARAÇÃO E PLATAFORMA DE AÇÃO DA IV CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE A MULHER - PEQUIM, 1995. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/pequim20/>

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DE DIREITOS HUMANOS. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Declara%C3%A7%C3%A3o-Universal-dos-Direitos-Humanos/declaracao-universal-dos-direitos-humanos.html>

DINIZ, Maria Helena Diniz. *Compêndio à Ciência do Direito*. 25ª edição. SP: Saraiva, 2014.

DUARTE, Constância Lima. Feminismo e literatura no Brasil. *Estudos Avançados*. v.17, n.49, p. 151-172, 2003.

DUPONT, Barbara. Une réponse aux tensions post-féministes: l'empowerment de Grey's Anatomy. In: *Revue française des sciences de l'information et de la communication*, 4, 2014. Disponível em <http://rfsic.revues.org/784>

EAESP-FGV. *Pesquisa Arquitetura Institucional de Apoio às Organizações da Sociedade Civil no Brasil. Articulação D3 – Diálogos, Direito e Democracia / CEAPG – Centro de Estudos em Administração Pública e Governo da EAESP-FGV*. São Paulo: 2013.

ELBEL, Marlene. *Soroptimismo Internacional – 50 Anos no Brasil*. Brasília: Forma Com. e Editoração Gráfica, 1997.

_____. *Soroptimismo – História e Ação*. Brasília: Gráfica Off-Set, 1990.

EVANS, Graham; NEWNHAM, J. *The Pinguim Dictionary of international relations*. London: Pinguim Books, p.4-5, 1998.

FÁVERI, Marlene de. O Ano Internacional da Mulher e o feminismo de Heloneida Studart. *Anais do II Seminário Internacional História do Tempo Presente*, 13 a 15 de outubro, Florianópolis, p.01-11, 2014.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Visível e Invisível: a vitimização da Mulher no Brasil*. Disponível em <http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2017/03/relatorio-pesquisa-vs4.pdf>

FONTOURA COSTA, J.A. *Direito Internacional Público*. São Paulo: Saraiva, 2009.

FRANCE MÉDIAS MONDE. Disponível em: <http://br.rfi.fr/franca/20150429-franca-celebra-70-anos-do-direito-de-voto-das-mulheres> Acesso em 10/08/2017.

FRITZ, Jan Marie. Mulheres, Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas 1325 e a necessidade de planos nacionais. *Sociologias*, Porto Alegre, N.23, 2010.

GIL, A.C. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 6ª ed. SP: Atlas, 2008.

GONÇAVES, Alcindo. Governança Global e o Direito Internacional Público. In: JUBILUT, Liliana Lyra (coord). *Direito Internacional Atual*. Rio de Janeiro:Elsevier, p. 83-101, 2014.

_____ ; COSTA, José A.F. *Governança Global e Regimes Internacionais*. SP: Almedina, 2011.

_____. A origem e evolução do termo “governança”.In: GONÇAVES, Alcindo; COSTA, José A.F. *Governança Global e Regimes Internacionais*. SP: Almedina, p.21-41, 2011a.

_____. Regimes Internacionais como ações da governança global. *Meridiano*. v.12, n.47, p.40-45, 2011b.

GUARNIERI, Tathiana Haddad. Os direitos das mulheres no contexto internacional – da criação da ONU (1945) à Conferência de Beijing (1995). *Revista Eletrônica da Faculdade Metodista Granbery*. <http://re.granbery.edu.br> - Curso de Direito - n. 8, jan/jun, p.01-28, 2010.

HAYWOOD, Janet. *The History of Soroptimist International*. Lincolnshire: Warners Midlands, 1995.

HEERE, W.P. (ed). *From Government to governance: The Growing Impact of Non-State Actors on the International and European Legal System*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

HENKIN, Louis. *International law: politics, values and principles*. Boston:Martinus Nijhoff, 1990.

JARDIM-PINTO, Céli Regina. Les féministes: mouvements sociaux et sujet politique. *Les cahiers du CEDREF*. Disponível em: <http://cedref.revues.org/691> p. 103-125

_____. Feminismo, História e Poder. *Rev.Sociol.Polít.*, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, 2010.

JOSETTI, Celina Cassal & ARAÚJO, Rosi Valéri Corrêa. Educação nas Décadas de 1920 e 1950 no Brasil: Alfabetização de Adultos em Questão. *Revista Fórum Identidades*. Itabaiana: Gepiadde, v.6, n.12, p.183-192, 2012.

JUBILUT, Liliana Lyra (coord). *Direito Internacional Atual*. Rio de Janeiro:Elsevier, 2014.

KHARAS, Homi. Trends and Issues in Development Aid (Nov 2007). Wolfensohn Center for Development Working. Paper No.1. Disponível em <http://ssrn.com/abstract=1080342>

LEÓN, Magdalena. Poder y Empoderamiento de las mujeres. *Region y Sociedad*, Bogotá, p.189-197, 1999.

LISBOA, Teresa Kleba. O Empoderamento como estratégia de inclusão das mulheres nas políticas sociais. *Fazendo Gênero 8 – Corpo, Violência e Poder*. Florianópolis, de 25 a 28 de agosto, p.1-6, 2008.

LOPES, Maria Margaret. Proeminência na mídia, reputação em ciências: leituras sobre a construção de uma feminista paradigmática e cientista normal no Museu Nacional do Rio de Janeiro. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.15 (supl.), 2008.

LOPES, Maria Margaret; SOUZA, Lia Gomes Pinto de; SOMBRIO, Mariana M. de O. A trajetória político-científica de Bertha Julia Maria Lutz (1894-1976). Contribuições para os estudos de Gênero e Ciências e à crítica da construção da “invisibilidade” das mulheres. *Gênero*. Niterói: EdUFF, v.5, n.1, pp.97-109, 2004. Disponível em: http://www.uibcongres.org/imgdb/archivo_dpo1303.pdf

MARINHO, Paloma A. S.; GONÇALVES, Hebe Signorini. Práticas de empoderamento feminino na América Latina. *Revista de Estudios Sociales*, Bogotá, n.56, 2016. Disponível em <http://dx.doi.org/10.7440/res56.2016.06>

MARQUES, Tereza Cristina de Novaes. *Bertha Lutz*. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2016.

MATIAS, Eduardo Felipe P. *A humanidade e suas fronteiras: do Estado soberano à sociedade global*. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

MELLO, Celso D. de Albuquerque. *Curso de Direito Internacional Público*. v.1. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

MENDES, Raiana S.; VAZ, Bruna J.O.; CARVALHO, Amasa F. O movimento feminista e a luta pelo empoderamento da mulher. *Gênero & Direito*, João Pessoa, n.3, p. 88-89, 2015.

MENEZES, Fabiano L. de. *As Inter-relações entre os atores internacionais: o caminho à cooperação*. São Paulo:Editorama, 2010.

MENEZES, Wagner (coord). *Anais do 4º Congresso Brasileiro de Direito Internacional*. Curitiba: Juruá, p. 783 -801, 2006.

MIGUEL, Luis Felipe. Carole Pateman e a crítica feminista do contrato. *RBCS*. v.32 n.93, fevereiro, p.01-17, 2017.

MOLYNEUX, Maxine. Change and Continuity in Social Protection in Latin America: Mothers at the Service of the State? *Gender and Development*. Paper n.1. Geneva: UNRISD, 2007.

MONSERRAT FILHO, José. Globalização, interesse público e direito internacional. *Estudos Avançados*. v.9, n.25, p. 77-92, 1995.

MONTEBELLO, Marianna. A proteção internacional aos direitos da mulher. *Revista da EMERJ*, v.3, n.11, p.155-170, 2000.

MULHERES GANHAM MAIS ESPAÇO NO MERCADO DE TRABALHO DO REINO UNIDO. Globo News. Disponível em: <http://g1.globo.com/globo-news/noticia/2013/09/mulheres-ganham-mais-espaco-no-mercado-de-trabalho-do-reino-unido.html>. Acesso em 08/02/2017.

NOBRE, Miriam. Igualdade para todas: estratégias para políticas públicas e ações do movimento. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 24, n.2, p.645 -652, 2016.

OLMEDO, Antonio; BALL, Stephen. Nouvelle philanthropie, capitalisme social et développement international. Les nouvelles façons de concevoir le « don ». *Revue internationale d'éducation de Sèvres*, n.58, pp. 119-131, 2011.

O'SIOCHRÚ, Sean & GIRARS, Bruce. La Société Civile enlisée dans le système. *Annuaire suisse de politique de développement*, v.22, n.2, 2003. Disponível em <http://aspd.revues.org/591>

PAIVA, Denise (org). *Mulheres, política e poder*. Goiás: Cànone, 2011.

PEREIRA, Fernanda Linhares. *Quem é o sujeito dos direitos humanos na Declaração Universal e na autobiografia de Eleanor Roosevelt (1950-1960)?* 2016. 154f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História (FH), Programa de Pós-Graduação em História, Goiânia, 2016.

PIERIK, Roland. Globalization and Global Governance: A Conceptual Analysis. In: HEERE, W.P. (ed). *From Government to governance: The Growing Impact of Non-State Actors on the International and European Legal System*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 454-462, 2003.

PIMENTEL, S. Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher - Cedaw 1979. *Instrumentos Internacionais de Direitos das Mulheres*. ONU Mulher, 2013. Disponível em http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/convencao_cedaw.pdf

PIOVESAN, Flávia. *Direitos humanos e o direito constitucional Internacional*. 14. ed., rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2013.

PITANGUY, Jacqueline; BARSTED, Leila (orgs). *O Progresso das Mulheres no Brasil 2003–2010*. Brasília: ONU Mulheres, 2011.

_____. Um instrumento de conhecimento e de atuação política. In: PITANGUY, Jacqueline; BARSTED, Leila (orgs). *O Progresso das Mulheres no Brasil 2003–2010*. Brasília: ONU Mulheres, p. 15-18, 2011.

_____. Advocacy: um processo histórico In: PITANGUY, Jacqueline; BARSTED, Leila (orgs). *O Progresso das Mulheres no Brasil 2003–2010*. Brasília: ONU Mulheres, p. 22-56, 2011.

PORTELA, Paulo Henrique Gonçalves. *Direito Internacional Público e Privado*. Salvador: Juspodium, 2016.

PRÁ, Jussara Reis. Reflexões sobre gênero, mulheres e política. In: PAIVA, Denise (org). *Mulheres, política e poder*. Goiás: Cãnone, p.101-125, 2011.

PRIORE, Mary Del (org). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1995.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani César de. *Metodologia do Trabalho Científico. Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico*. Novo Hamburgo: FEEVALE, 2013.

REZEK, Francisco. *Direito Internacional Público - curso elementar*. 13^o ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

RAMOS, Silvia. Violência, violências: mais agredidas ou mais atentas? In: FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Visível e Invisível: a vitimização da Mulher no Brasil*. Disponível em <http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2017/03/relatorio-pesquisa-vs4.pdf>, p. 21-24, 2017.

ROCHA, Ivan Barreto de Lima; FEITOSA, Marcos Gilson Gomes. *Cadernos Gestão Social*, v.4, n.1, p.25-37, 2013.

ROSENAU, James N. Governança, ordem e transformação na política mundial. In: ROSENAU, James N; CZEMPIEL, Ernest-Otto. *Governança sem governo: ordem e transformação na política mundial*. Brasília: Ed. UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, p. 11-46, 2000.

_____; CZEMPIEL, Ernest-Otto. *Governança sem governo: ordem e transformação na política mundial*. Brasília: Ed. UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

ROWLANDS, Jo. *Questioning empowerment: working with women in Honduras*. Oxford: Oxfam, 1997.

SÁ, Tânia Machado de. *Guia para Clubes – Região Brasil*. Santos: Demar Gráfica, 2017.

_____. *Tráfico de Mulheres. Não deixe acontecer*. Santos: Demar Gráfica, 2001.

SAFFIOT, Heleeth B . Enfim, sós Brasil rumo a Pequim. *Estudos Feministas*. n.1, p.198-202,1995.

SÁNCHEZ, María Teresa Camberos. Empoderamiento femenino y políticas públicas, una perspectiva desde las representaciones sociales de género. *Entramado*, Cali, vol.7 no.2, p. 40-53, 2011.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização do pensamento único à consciência universal*. 5ª. Ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SARDENBERG, Cecília M.B. Conceituando “Empoderamento” na Perspectiva Feminista. *I Seminário Internacional: Trilhas do Empoderamento de Mulheres – Projeto TEMPO*. Salvador, Bahia, de 5-10 de junho, 2006.

SAKAMOTO, Yoshikasu. O contexto global da democratização. *Revista Lua Nova*. n. 23, p.131-144, mar. 1991.

SHETTY, Salil. Declaração e Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: oportunidades para os direitos humanos. *SUR - Revista Internacional de Direitos Humanos*. n. 02, p. 01-16, 2005.

SILVEIRA, Artur Barbosa da. Direito Internacional Público: as organizações internacionais. *Conteúdo Jurídico*, Brasília-DF: 06 mar. 2013. Disponível em: <http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.42322&seo=1>

SIMULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA SECUNDÁRIAS - SINUS. ONU:Universidade de Brasília, p.01-26, 2012.

SOARES, Andreia Azevedo. *Bertha a brasileira que pôs a mulher na Carta da ONU. Público*,18/9/2016, disponível em <https://www.publico.pt/2016/09/18/mundo/noticia/a-batalha-de-bertha-lutz-para-por-a-mulher-na-carta-da-onu-1742593> (Acesso em 18/8/2017).

SOARES, Guido. *Curso de Direito Internacional Público*. v. 1. São Paulo: Atlas, 2002.

SOARES, Mário Lúcio Quintão. *Teoria do Estado. Novos Paradigmas em Face da Globalização*. São Paulo: Atlas, 2011.

SOIHET, Raquel. *Bertha Lutz e a ascensão social da mulher, 1919-1937*. Dissertação (Mestrado). Niterói, ICHF-UFF, 1974.

SOROPTIMIST INTERNATIONAL. *Economic and Social Council. Commission of the Status of Women*. 4-15 March 2013. Disponível em: www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=E/CN.6/2013/NGO/20

_____. *Economic and Social Council. Commission of the Status of Women*. 27 February – 9 March 2012. Disponível em: www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=E/CN.6/2012/NGO/23

_____. *Economic and Social Council. Commission of the Status of Women*. 28 June – 22 July 2010. Disponível em: www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=E/2010/NGO/26

SOROPTIMIST INTERNATIONAL OF THE AMERICAS – REGIÃO BRASIL. *Apostila Programa de Direitos Humanos / Status da Mulher*. Curitiba, 2001.

SOUSA, Lia Gomes Pinto de. *Educação e profissionalização de mulheres. Trajetória científica e feminista de Bertha Lutz no Museu Nacional do Rio de Janeiro (1919-1937)*. 2009. 174 f. Dissertação (Mestrado), História das Ciências e da Saúde - Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz, 2009.

SWINARSKI, Cristoph. *Reflexões sobre os fundamentos do Direito Internacional Humanitário*. Porto Alegre: Sérgio Fabris Editor, 1991.

TAVARES, Ricardo Neiva. *As organizações não-governamentais nas Nações*

Unidas. Brasília: Instituto Rio Brando; Fundação Alexandre Gusmão; Centro de Estudos Estratégico, 1999.

TELLES, Vera da Silva. Direitos Sociais: afinal do que se trata? *Revista USP - Dossiê Direitos Humanos no limiar do Século XXI*. São Paulo: USP, n.37, 1998.

THIERRY, H. L. *Évolution du Droit International*. *RCADI*, v.222, 1990.

Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>

UK STATISTICS AUTHORITY. Disponível em: <http://g1.globo.com/globo-news/noticia/2013/09/mulheres-ganham-mais-espaco-no-mercado-de-trabalho-do-reino-unido.html> Acesso em 08/02/2017.

VALLE, Norma Maria do. *Soroptimist – Best for Women Agenda 2008-2010*. Mafra: NITRAM, 2008.

VENÂNCIO JUNIOR, André Luiz. Concepção educativa do Museu Nacional por Bertha Lutz: itinerários, práticas e intelectualidade (1922-1933). *X Seminário Nacional HISTEDBR*, 18-21 de julho de 2006, UNICAMP, Campinas, p.01-26, 2016.

WAPNER, Paul. Democracy and social movements. *American Society of International Law. Proceedinds of the Annual Meeting*, April 2 – April 5, p. 305-308, 2003.

_____. Global civil society. In YOUNG, O. (ed). *Global governance: drawing insights from the environmental experience*. Cambridge, Massachussets/London: The MIT Press, p. 65-84,1997.

WILLETTS, Peter. From consultative arrangements tos partnership: the changing status of ngos in diplomacy at the UN. *Global Governance*, v.6, n.2, p.205, 2000.

WRISTON, Walter. *O Crepúsculo da Soberania*. São Paulo: Makron Books, 1994.

YOUNG, O. (ed). *Global governance: drawing insights from the environmental experience*. Cambridge, Massachusetts/London: The MIT Press, 1997.

Sites Consultados

Biblioteca Digital da Associação Brasileira de ONGs – Abong

<http://www.bibliotecadigital.abong.org.br/>

Care Brasil

<http://www.care.org.br/>

Commission on the Status of Women

<http://www.unwomen.org/en/csw>

Declaração de Direitos Humanos

<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Declara%C3%A7%C3%A3o-Universal-dos-Direitos-Humanos/declaracao-universal-dos-direitos-humanos.html>

ECOSOC

www.un.org/ecosoc

www.un.org/en/ecosoc

www.un.org/en/ecosoc/docs/public.shtml

NGO Branch – Department of Economic and Social Affairs

www.csonet.org

ONU

www.un.org

ONU Mulheres

<http://www.onumulheres.org.br/>

Pragmatismo Político

<http://www.pragmatismopolitico.com.br>

Revues

www.revues.org

SIA Brasil

<http://www.soroptimistbrasil.com.br/pt/regiao-brasil/>

Social Science Research Network

http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1080342

Soroptimist International

<http://www.soroptimistinternational.org>